



Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores Diário da Sessão

VII Legislatura
I Sessão Legislativa

Número 7
Horta, Quarta-feira, 24 de Janeiro de 2001

Presidente: Deputado Fernando Menezes
Secretários: Deputados António Loura e Raul Rego

Sumário

Período de Antes da Ordem do Dia

Os trabalhos tiveram início pelas 15 horas e 10 minutos.

Feita a leitura da correspondência entrada na Mesa da ALRA, seguiu-se a apresentação, pelo Sr. Deputado José Nascimento Ávila (*PS*), de um **Voto de Pesar**, pelo “**falecimento do Padre Doutor Manuel Rocha**”, o qual foi aprovado por unanimidade, tendo usada da palavra, sobre o mesmo, o Sr. Deputado João Cunha (*PDS*).

Em seguida, passou-se à apresentação das intervenções de interesse político relevante para a Região, onde intervieram, a diverso título, os Srs. Deputados Francisco Barros (*PS*), Paulo Valadão (*PCP*), Berta Cabral (*PSD*), Victor Cruz (*PSD*), Luís Medeiros (*PSD*), Bento Barcelos (*PSD*), José Decq Mota (*PCP*), Alvarino Pinheiro (*PP*), Nélia Amaral (*PS*), Renato Leal (*PS*), Costa Pereira (*PSD*), Joaquim Machado (*PSD*), José do Rego (*PS*), Paulo Gusmão (*PP*) e os Srs. Secretários Regionais da Agricultura e Pescas (*Ricardo Rodrigues*), dos Assuntos Sociais (*Fernanda Mendes*) e Adjunto da Presidência (*Francisco Coelho*).

Período da Ordem do Dia

Em primeiro lugar, procedeu-se à apresentação do **Projecto de Decreto Legislativo Regional — Adaptação do sistema fiscal nacional — Redução das taxas nacionais sobre o imposto que incide sobre o rendimento das pessoas singulares — IRS**, cabendo a sua apresentação ao Sr. Deputado José Decq Mota.

Em segundo lugar, debateu-se e votou-se a **Proposta de Decreto Legislativo Regional — Criação da reserva florestal de recreio de Água Retorta**.

Intervieram no debate os Srs. Deputados José Manuel Bolieiro (*PSD*), José do Rego (*PS*), José Decq Mota (*PCP*), bem como o Sr. Secretário Regional Adjunto da Presidência (*Francisco Coelho*), a quem coube a apresentação do diploma.

A proposta em apreço foi aprovada, tanto na generalidade, como na especialidade, por unanimidade.

Em seguida, esteve patente a **Proposta de Decreto Legislativo Regional — Desafecção do regime florestal de uma parcela de terreno baldio no núcleo florestal da Achada, no perímetro florestal da Ilha Terceira**.

Após a sua apresentação, feita novamente pelo Sr. Secretário Regional Adjunto (*Francisco Coelho*), participaram no debate os Srs. Deputados Bento Barcelos (*PSD*), Andreia Cardoso (*PS*), Paulo Valadão (*PCP*), Alvarino Pinheiro (*PP*) e José Decq Mota (*PCP*).

Encerrado o debate, seguiu-se a votação da proposta em análise, a qual mereceu a unanimidade da Câmara.

Proferiu uma declaração de voto o Sr. Deputado Paulo Valadão (*PCP*).

Finalmente, seguiu-se a apresentação da **Proposta de Resolução sobre “Constituição da Comissão Eventual sobre uma nova Assembleia para o novo século”**, que coube ao Sr. Deputado Dionísio Sousa (*PS*).

Após uma interpelação à Mesa, pelo Sr. Deputado Duarte Freitas (*PSD*), o debate ficou agendado para o dia seguinte em virtude de se ter atingido a hora regimental para encerramento dos trabalhos.

(Os trabalhos terminaram às 20 horas)

Presidente: Srs. Deputados, boa tarde.
Vamos dar início aos nossos.
Tem a palavra o Sr. Secretário para proceder à chamada.

(Eram 15 horas e 20 minutos)

Procedeu-se à chamada à qual responderam os seguintes Deputados:

Partido Socialista (PS)

Ana Paula Pereira Marques
Andreia Martins Cardoso da Costa
António José Tavares de Loura
Augusto António Rua Elavai
Cláudia Alexandra Coelho Cardoso Meneses da Costa
Dionísio Mendes de Sousa
Fernando Manuel Machado Menezes
Fernando Rosa Rodrigues Lopes
Francisco Couto de Sousa
Francisco Sérgio Frade Frota Tavares Barros
Hernâni Hélio Jorge
João António Ferreira Ponte
José António Cabral Vieira
José Carlos Gomes San-Bento de Sousa
José de Sousa Rego
José Humberto Medeiros Chaves
José do Nascimento de Ávila
Lizuarde Manuel Machado
Luís Paulo de Serpa Alves
Manuel Avelar da Cunha Santos
Manuel Herberto Santos da Rosa
Manuel Soares da Silveira
Nélia Maria Pacheco Amaral
Nuno Alexandre da Costa Cabral Amaral
Óscar Manuel Valentim da Rocha
Renato Luís Pereira Leal
Vasco Ilídio Alves Cordeiro

Partido Social Democrata (PSD)

Aires António Fagundes Reis
António Bento Fraga Barcelos
Berta Maria Correia de Almeida de Melo Cabral
Clélio Ribeiro Parreira Toste Meneses
Duarte Nuno D'Ávila Martins de Freitas
Humberto Trindade Borges de Melo
João Manuel Bettencourt Cunha
Jorge Alberto da Costa Pereira
José Joaquim Ferreira Machado
José Manuel Cabral Bolieiro Dias
José Manuel Avelar Nunes
Luís Henrique de Aguiar Sequeira de Medeiros
Manuel da Silva Azevedo

Mark Silveira Marques
Raúl Aguiar Rego
Sérgio Manuel Bettencourt Ferreira
Victor do Couto Cruz

Partido Comunista Português (PCP)

José Eduardo Bicudo Decq Mota
Paulo António de Freitas Valadão

Presidente: Estão presentes 47 Srs. Deputados.

Declaro aberta a Sessão. Pode entrar o público.

Vamos iniciar a leitura do expediente.

Secretário (António Loura): Do Ministério da Administração Interna, Secretariado Técnico dos Assuntos para o Processo Eleitoral, envio da revista de “Assuntos Eleitorais”, nº 6.

Secretário (Raúl Rego): Do SINTAP/Açores, remessa do boletim informativo nº 7.

Secretário (António Loura): Do Sr. Deputado Regional José Manuel Avelar Nunes, um ofício solicitando a justificação das faltas ao plenário de Dezembro p.p., por falta de ligações aéreas entre a Ilha do Corvo e a Ilha do Faial.

Secretário (Raúl Rego): Da Sociedade Filarmónica Lira e Progresso Feteirense, um ofício dando conhecimento da constituição dos novos corpos gerentes.

Secretário (António Loura): Do Grupo Parlamentar do PCP, envio do Projecto de Decreto Legislativo Regional, sobre “Adaptação do sistema fiscal nacional — Redução das taxas nacionais sobre o imposto sobre o rendimento de pessoas singulares — IRS”.

Secretário (Raúl Rego): Da Comissão de Política Geral, parecer sobre o Projecto de Decreto-Lei que “altera o DL nº 54-A/2000, de 7 de Abril, que define a estrutura orgânica relativa à gestão, acompanhamento, avaliação e controlo da execução do QCA III e das intervenções estruturais comunitárias relativas a Portugal, nos termos do regulamento (CE) nº 1260/1999, do Conselho, de 21 de Junho”.

Secretário (António Loura): Da Comissão de Política Geral, parecer sobre o Projecto de Decreto-Lei que “altera o Plano Oficial de Contabilidade das Autarquias Locais (POCAL), aprovado em anexo ao DL nº 54-A/99, de 22 de Fevereiro, para adequação das regras previsionais e suspensão de uma dessas regras no perímetro de aplicação facultativa”.

Presidente: Srs. Deputados, deu entrada na Mesa um Voto de Pesar, apresentado pelo Grupo Parlamentar do PS.

Pedia a um dos Srs. Deputados subscritores, que procedesse à apresentação do mesmo.

Deputado José Nascimento Ávila (PS): Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Voto de Pesar

Aos 92 anos de idade faleceu recentemente, nos Estados Unidos da América do Norte, o ilustre açoriano, natural da ilha Graciosa, nascido aos 22 dias de Dezembro de 1907, na Praia, Freguesia de São Mateus, o Padre Doutor Manuel Rocha, filho de Manuel Machado da Rocha e Sousa e de Maria Sancha de Bettencourt.

Em 1919 foi para o Seminário de Angra do Heroísmo, tendo ido para Roma onde se licenciou em Filosofia e Teologia pela Universidade Gregoriana.

O Doutor Manuel Rocha defendeu tese de doutoramento em 1933, em Sociologia, na Universidade de Louvain na Bélgica, onde conheceu e trabalhou com o apóstolo da classe operária que viria a ser o Cardeal Cardajn.

De regresso a Portugal, o Episcopado Português confiou-lhe, e ao Padre Abel Varzim, a Acção Católica Operária, numa altura em que se vivia em regime ditatorial e de sindicalismo de Estado.

Foi ordenado Sacerdote na Igreja de Santo Inácio em Roma, pelo Cardeal Marshette Salvagiano.

Foi condecorado pelo Governo Português com a Ordem Militar de Cristo, grau de oficial. Nunca esquecendo a sua origem açoriana e, nomeadamente, a graciosense, de que se orgulhou e muito

amou, ao ponto de no seu testamento expressar a vontade de ser sepultado no cemitério da freguesia que o viu nascer.

O Padre Doutor Manuel Rocha exerceu, como sacerdote e como intelectual, um papel determinante na defesa e expansão dos valores religiosos e culturais entre os nossos imigrantes nos Estados Unidos e mesmo entre os naturais daquele país.

À semelhança do Padre Manuel Varzim, com quem fundou o Jornal "O Trabalhador", em que defendiam a doutrina social da Igreja quanto às liberdades de associação política e sindical, o padre Doutor Manuel Rocha foi vítima de perseguições por motivos políticos, vendo-se forçado a, diplomaticamente, exilar-se nos Estados Unidos onde fundou, na cidade de Ludlow a paróquia portuguesa de Nossa Senhora de Fátima e o Instituto "Lusitânia": a primeira para assistência religiosa aos emigrantes portugueses e à difusão da Mensagem de Fátima por todos os Estados Unidos, o segundo — O Instituto "Lusitânia", para promoção da língua e divulgação da cultura portuguesa.

Nestes termos, e ao abrigo das disposições regimentais aplicáveis, o Grupo Parlamentar do PS, propõe à Assembleia Legislativa Regional dos Açores, reunida em Plenário a 24 de Janeiro de 2001, a aprovação de um Voto de Pesar, pelo falecimento do Padre Doutor Manuel da Rocha.

Horta, Sala das Sessões, 24 de Janeiro de 2001.

Os Deputados do Grupo Parlamentar do PS: *Vasco Cordeiro, José Nascimento Ávila, Manuel Avelar Santos, António Gomes e Manuel Silveira.*”

Presidente: Apresentado o voto, está aberto o debate.

Tem a palavra o Sr. Deputado João Cunha.

Deputado João Cunha (PSD): Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sra. e Srs. Membros do Governo:

O Padre Manuel da Rocha é um graciosense que, embora não muito conhecido na sua ilha Natal, veio a tornar-se um cidadão do mundo.

Bem cedo, porventura, fruto da esmerada educação recebida, essencialmente do seu pai e da sua avó, ambos professores, revelou ser uma pessoa culta e com enorme valor, tendo-se por isso, ordenado sacerdote e licenciado em filosofia e teologia e doutorado em Ciências Políticas e Sociais, Quer durante os seus estudos, quer durante a sua vida activa, passou por diversos países e localidades, deixando sempre a imagem de homem culto, estudioso e activista.

Era também uma personalidade conhecida pela sua capacidade de decisão e pelos seus dotes de jornalista.

Manuel da Rocha era um poliglota já que dominava, fluentemente, seis línguas, e dado o seu valor religioso, intelectual e cultural, era escutado por personalidades ligadas à Igreja e ao Governo Português, tendo sido mesmo condecorado, por este, com a Ordem Militar de Cristo.

Morreu com 92 anos de idade na cidade de Ludlow, nos Estados Unidos da América do Norte, onde passou grande parte da sua vida e onde desenvolveu um assinalável trabalho em prol das comunidades portuguesas radicadas naquele país.

Essencialmente por estas razões, o Grupo Parlamentar do Partido Social Democrata, associa-se ao Voto de Pesar ora em discussão e votá-lo-á favoravelmente.

Presidente: Não havendo mais inscrições, vamos votar.

Os Srs. Deputados que concordam com este Voto de Pesar, mantenham-se por favor como se encontram.

Secretário: O Voto de Pesar foi aprovado por unanimidade.

Presidente: Vamos passar à fase seguinte do Período de Antes da Ordem do Dia para tratamento de assuntos de interesse político relevante.

Tem a palavra o Sr. Deputado Francisco Barros.

Deputado Francisco Barros (PS): Sr. Presidente da Assembleia, Sras. e Srs. Deputados, Sra. Secretária Regional, Srs. Secretários Regionais:

Sr. Presidente da Assembleia, Sras. e Srs. Deputados, Sra. Secretária Regional, Srs. Secretários Regionais:

No momento em que, pela primeira vez, subo a esta tribuna permitam-me, em primeiro lugar, saudar Vossa Excelência, Senhor Presidente da Assembleia, formulando votos para que, com o empenho e dedicação que vem demonstrando, desempenhe as suas funções de forma a contribuir, de modo decisivo, para a dignificação deste importante órgão.

A sua postura de diálogo e de participação muito contribuirá, estou certo, para derrubar os muros desta Casa tornando-a, cada vez mais, num espaço aberto ao diálogo entre todos os açorianos.

Saúdo igualmente todas as Senhoras e Senhores Deputados, cujo papel nunca é de mais realçar. A todos compete, de forma inequívoca, a função de tudo fazer em prol do desenvolvimento e do progresso da nossa Região. O nosso mandato só terá sucesso se contribuir, das mais variadas formas, para a melhoria das condições de vida daqueles que, de forma livre e democrática, nos elegeram.

Sr. Presidente da Assembleia, Sras. e Srs. Deputados, Sra. e Srs. Membros do Governo:

A Cimeira de Nice transportou consigo um conjunto de resultados que alguns não esperariam ou, atrevo-me a dizer, que alguns não desejariam. Na verdade, para além da definição das linhas gerais de estruturação e organização de uma União Europeia que, no decurso desta década, verá o seu número de membros quase duplicar, ficou garantido que, no quadro institucional do Conselho de Ministros da União Europeia, o peso relativo do nosso País sai reforçado, através do acordo estabelecido quanto ao número de votos que Portugal passará a deter, contrariando as primeiras propostas apresentadas pelos designados “grandes”, que reduzia de forma inaceitável o peso que Portugal e outros países pequenos e médios passariam a deter, aquando do alargamento.

Para além disso, a fórmula encontrada para a designação dos Comissários europeus determinou que, a partir de 2005, a Comissão Europeia será composta por um Comissário de cada Estado-membro, o que implicará que países como a França, Alemanha, Espanha, Itália e Reino Unido percam um dos dois Comissários que actualmente possuem e possibilitará a presença, após o alargamento para 27 países, de um Comissário por Estado-membro, em regime de rotatividade, sendo que nenhum país poderá ficar com dois mandatos seguidos. Esta metodologia fará com que Portugal garanta um Comissário em cada cinco de sete mandatos consecutivos.

Esta arquitectura, associada ao facto de, para o ano em curso, se privilegiarem questões relacionadas com o Emprego, o Ambiente e a política de Asilo e Emigração no espaço da União Europeia, permitiriam, por si só, encarar com alguma satisfação os resultados da Cimeira de Nice.

No entanto, Nice foi, para os Açores, muito mais importante do que isto.

Nice foi o lugar onde, através da alteração do artigo 100º do Tratado das Comunidades Europeias, se consagrou o princípio de que as catástrofes naturais passam a ser entendidas como uma situação em que a Comissão pode deliberar medidas de apoio e auxílio.

Esta medida, que, estranhamente, tão despercebida tem passado, assume para a nossa Região, infelizmente tão assolada nestes últimos anos por um conjunto de catástrofes, uma importância fundamental, na medida em que poderá permitir, embora esperemos que nunca o tenha que fazer, a capitalização de apoios comunitários a situações que possam surgir.

Mas Nice foi, acima de tudo, o lugar onde, através da aprovação da proposta apresentada pelo Primeiro Ministro António Guterres, o Conselho aprovou a isenção do leite utilizado para autoconsumo na Região para efeitos da quota leiteira atribuída, bem como o não pagamento de qualquer multa por parte dos produtores pelo excesso de produção da campanha 99-2000.

Terminava, deste modo, um longo processo negocial onde o trabalho desenvolvido quer pelo Governo Regional, quer pelo Governo da República, quer ainda pelo Comissário António Vitorino, deveriam merecer o nosso aplauso unânime e o reconhecimento que, para questões de natureza estrutural do tecido económico regional e de subsistência de muitas famílias açorianas, não são demais os esforços que todos, sublinho todos, os agentes sociais e políticos deveriam ter diligenciado para se alcançar o resultado desejável.

É, deste modo, de estranhar, ou mesmo de lamentar, algumas declarações produzidas por deputados europeus que, referindo-se à Cimeira de Nice com um ar solene e consternado de quem acabou de sair de uma missa de 7º dia por alma de um ente querido, preferiram dar enfoque a questões relacionadas com o peso da Comissão versus Conselho europeu sendo que, pela sua boca a Comissão onde, entre outros, tem assento o famoso Comissário Franz Fischler, foi sempre referida como mais “democrática” e mais “amiga” de Portugal e dos Açores.

Sr. Presidente da Assembleia, Sras. e Srs. Deputados, Sra. e Srs. Membros do Governo:

A forma como a questão da quota leiteira foi tratada por alguns partidos merece ser analisada de um modo claro.

Não estão aqui em causa os diferentes projectos, propostas e perspectivas que as diferentes forças políticas possam, legitimamente, ter sobre aquilo que vulgarmente se costuma designar por “modelos de desenvolvimento”, ou por opções de natureza económica, social ou ideológica.

Tão pouco está em causa o facto de cada partido ou força política utilizar a estratégia, dentro das regras do jogo democrático, que considere mais adequada para alcançar os seus objectivos, nomeadamente o de ser governo num país ou numa região.

O que está em causa, fundamentalmente, é que nenhuma estratégia pode pôr em causa os interesses de uma região onde a base de sustentação económica de muitas famílias assenta na agro-pecuária e, mais concretamente, na produção de leite.

A partir do momento em que, fruto da evolução tecnológica que conduziu a uma melhoria da qualidade e quantidade da produção de leite, se constatou o facto da quota atribuída à Região ser insuficiente para garantir a produção e o rendimento da lavoura e sabendo-se, como se sabia, que a Comissão Europeia, através de um conjunto de Regulamentos, penalizaria o excesso de produção através da aplicação de multas que, a efectivarem-se, levariam à ruína muitos produtores, teria sido altura de envidar esforços tendentes à resolução desse problema.

A realidade foi, infelizmente, outra. Talvez toldados pela ilusão de, através de uma campanha elaborada de forma irresponsável e leviana, obter dividendos eleitorais, o PSD, gorada que havia sido a tentativa de golpe palaciano orquestrada em 1998, viu na questão das quotas a miragem etérea de ser Governo na Região.

Pouco importaria as consequências. O importante seria atingir o fim a que se propunham.

Sabendo dos esforços e das diligências que, há muito, o Governo Regional vinha fazendo para resolver o problema quer junto do Governo da República, quer junto da União Europeia, o PSD apostou não na colaboração, mas no confronto. Não na informação, mas no clima de insinuação, de suspeita, de afirmação de que nada seria resolvido a contento dos lavradores.

Pouco importaria as consequências. O facto de muitos produtores, temendo a aplicação de multas, deitarem fora o seu leite, não se afigurava importante. Importante, para o PSD, era criar um clima de desconfiança, que servisse os seus interesses imediatos.

Só assim se pode entender que, em Novembro de 1999, menos de um mês volvido à tomada de posse do XIV Governo Constitucional, os deputados do PSD na Assembleia da República tenham apresentado um requerimento onde, entre outros, questionavam o Ministro da Agricultura se ele tencionava “cumprir agora, finalmente, a promessa feita de aumentar a quota de produção de leite atribuída aos lavradores da Região Autónoma dos Açores”, bem como de quanto tempo ainda necessitava tal promessa para ser cumprida.

Ou seja, os deputados do PSD eleitos pelos Açores entendiam ser menos de um mês tempo mais do que suficiente para o problema ser resolvido. Se o assunto não fosse tão importante, poderíamos dizer que até era cómico.

Noutra frente, mas com o mesmo objectivo confesso, deputados do PSD no Parlamento Europeu onde, recorde-se, integram o grupo político maioritário, o que lhes dá o consolo de, não possuindo maiorias próprias, se contentarem com maiorias alheias, mas onde nunca se viu qualquer iniciativa dessa bancada tendente a tentar pressionar a Comissão a resolver o problema, apresentavam igualmente requerimentos, com o único intuito de lançar a suspeição sobre a produção de leite nos Açores.

Só deste modo pode ser entendido a pergunta feita em Abril de 2000 pelo deputado Arlindo Cunha, quando questionava, sabendo de antemão a resposta, se “o Governo Português tomou alguma iniciativa junto dos serviços competentes da Comissão, no sentido de negociar um aumento da quota portuguesa”.

A máscara, aliás, cairia definitivamente em 13 de Julho de 2000, quando os deputados do PSD eleitos pelos Açores na Assembleia da República, através de um requerimento, perguntavam “Que diligências está fazendo o Governo para travar a aplicação dos regulamentos comunitários que impõem multas aos lavradores açorianos que tenham excedido a respectiva quota leiteira” questionando, de seguida, se estaria o “Governo especialmente motivado para se empenhar nas ditas diligências, tendo em vista a próxima realização de eleições na Região Autónoma dos Açores” e se as notícias sobre o eventual sucesso “dos empenhos do Governo nas questões referidas, serão anunciadas imediatamente, ou reservadas para mais perto das eleições regionais”.

Ou seja, para o PSD o importante não era, como, pelos vistos, nunca foi, a resolução do problema, mas sim a proximidade das eleições. Para quem, constantemente, enche a barriga de discursos em prol da autonomia e da defesa dos interesses regionais esta é, no mínimo uma atitude curiosa, podendo-se estabelecer a analogia literária, substituindo Camões por Autonomia, de quem se referia a Portugal como sendo a Pátria onde toda a gente enche a barriga de Camões, mas onde Camões morreu de fome.

Não satisfeitos com isso, e após ter sido tornado público que, em caso da aplicação das multas, as mesmas não seriam suportadas pelos produtores e conhecendo, como conhecem, a forma como a Comissão Europeia analisa determinados problemas, numa perspectiva meramente burocrática de quem, de forma indiscriminada, faz aplicar regulamentos sem atender a especificidades regionais, um deputado do PSD no Parlamento Europeu, conhecido por, num passado recente, ter dirigido o PSD/Açores pela Internet, apresentava, em 29 de Setembro de 2000, um requerimento onde, sob o pretexto de obter um “esclarecimento urgente sobre o assunto”, questionava a Comissão sobre as declarações do Ministro da Agricultura de Portugal, feitas em 6 de Setembro, onde esse afirmava que “o Governo está a negociar com a Europa a isenção para 70 mil toneladas de leite nos Açores e que, caso a Comissão Europeia não ceda, o Governo partirá para um processo de contencioso e dará instruções aos agricultores para não pagarem as multas, que seriam eventualmente pagas pelo Estado português”, para, de seguida, recordar — ele próprio — que o Porta-voz da Comissão havia esclarecido no dia seguinte que “isso é contra a legislação comunitária e que não há nenhuma possibilidade de aumentar as quotas atribuídas a Portugal”.

Ou seja, num mesmo requerimento, e para gáudio do PSD, era feita a pergunta e dita à Comissão a resposta que ela deveria dar, como se veio a comprovar pela resposta dada em 8 de Novembro onde, entre outras considerações, a Comissão confirmava que “uma imposição suplementar é automaticamente devida por todos os produtores que contribuíram para o excedente”, não tendo a Comissão competência para alterar as quotas mas, em contrapartida, possuindo-a para “dar início a processos de infracção contra Estados-membros que ou não respeitavam a regulamentação ou não eram suficientemente diligentes para garantir a sua aplicação”.

Para quem, publicamente, se tem manifestado contra os “burocratas” existentes nos órgãos da União e sabendo, antecipadamente, quais as competências da Comissão em matéria de quotas, percebe-se não só a coerência da atitude, como o intuito da pergunta. Uma vez mais, recorde-se, o importante era alertar a Comissão para a necessidade de obrigar os produtores a pagar as multas e, com isso, lançar a confusão em período eleitoral, sem se preocupar com as consequências que pudessem daí advir.

Sr. Presidente da Assembleia, Sras. e Srs. Deputados, Sra. e Srs. Membros do Governo:

Não fora a elevada maturidade e alto sentido de responsabilidade e confiança revelados pela lavoura, não fora a coragem e determinação assumidas pelo Governo Regional e pelo Governo da República, pressionando os outros Estados-membros a permitirem o aumento da quota e poderíamos, hoje, estar perante uma crise social de consequências imprevisíveis.

Para quem, sistematicamente, se arvora como defensor da estabilidade e portador da “Nova Esperança”, torna-se deveras curioso verificar qual o seu comportamento durante todo este processo.

Aliás, mesmo após as eleições regionais de Outubro passado e onde, mesmo com uma campanha de descrédito na resolução do problema, de insinuações, veladas e explícitas, de que a catástrofe se adivinhava, os resultados do PSD foram os que se conhecem, não desistiu essa força política de continuar a sua campanha.

Exemplo disso, foi o comunicado emitido pelos deputados do PSD no Parlamento Europeu, noticiado em 27 de Outubro de 2000 pela imprensa regional, onde, uma vez mais, o Ministro da Agricultura era acusado de mostrar uma “incompetência política raríssima”, os governos da República e Regional de revelarem “uma total falta de escrúpulos ao recorrer aos mais diversos expedientes para desvalorizar o problema, com receio de serem penalizados nas eleições regionais”, referindo ainda que se haviam feito promessas de aumento de quota “sem qualquer consistência negocial”, promessas de não pagamento de multas “sem base de sustentação” e apelos “patéticos à União Europeia para autorizar o Estado português a pagar as multas, apesar de saber que isso é completamente contra o regulamento das quotas”.

Este discurso teve, aliás, o seu eco junto do PSD/Açores, nomeadamente através da Comissão Política da Ilha Terceira quando, num tom profético e messiânico que costuma caracterizar os escritos dessa estrutura, se afirmava que “cada vez mais se prova que o PSD tinha razão e não se cansou de chamar a atenção dos agricultores e do Governo para este problema de âmbito económico e social”

A continuar neste tipo de adivinhação e profecia, digno do oráculo de Delfos, bem pode o PSD da Terceira pensar em abrir um consultório de videntes e cartomantes, ou uma linha telefónica de consultas astrais. O sucesso, estamos certos, estaria garantido.

Sr. Presidente da Assembleia, Sras. e Srs. Deputados, Sra. e Srs. Membros do Governo:

Nice, na verdade, foi muito bom para os Açores e revelou, para quem tivesse dúvidas, que a cooperação entre o Governo Regional e o Governo da República, bem como entre este e os outros Estados-membros cujos governos, recorde-se, são maioritariamente socialistas, funcionou de forma eficaz.

É desta forma que se defende os interesses regionais e se consolida a Autonomia. Em actos concretos e não em discursos, em acções específicas e não na tentativa de ressuscitar velhos temores, numa versão requentada de óculos escuros e gravatas pretas, adquiridas numa qualquer loja em liquidação total.

Os Açores obtiveram em Nice uma importante vitória, sem o contributo do PSD e mesmo contra a vontade do PSD.

Percebe-se melhor agora a atitude de um Deputado desta Assembleia que, aquando da votação de um voto de congratulação acerca da resolução do problema das quotas leiteiras, na Assembleia Municipal de Ponta Delgada, decidiu votar contra o mesmo. Ele terá sido, no meio desta triste história, o único a ter uma atitude coerente.

Disse.

(Aplausos dos deputados da bancada do PS e dos Membros do Governo)

Presidente: Para uma intervenção, tem a palavra o Sr. Deputado Paulo Valadão.

Deputado Paulo Valadão (PCP): Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Nos tempos que correm, todos os dias ouvimos falar de condições deficientes existentes em muitas escolas - são as salas de aula que ainda faltam, a degradação de algumas escolas e a necessidade de outras, a falta de espaços para algumas actividades, etc.. É ao Estado que compete pôr à disposição da comunidade as escolas devidamente apetrechadas e isso, no caso específico da Região Autónoma dos Açores, está à responsabilidade da Administração Regional.

No caso das Escolas do 1º Ciclo, as antigas Escolas do Ensino Primário, a construção e a grande reparação são uma responsabilidade da Administração Regional, enquanto as pequenas reparações estão à responsabilidade da Administração Autárquica. Felizmente tem sido possível um bom entendimento entre a Secretaria Regional responsável pela Educação e algumas Câmaras Municipais, e muitas das nossas Escolas do 1º Ciclo têm sido melhoradas. Estão neste caso as Escolas da Ilha das Flores, que nos últimos 3 anos têm-se tornado acolhedoras para as crianças que as frequentam e para os professores e funcionários que aí trabalham. Mas é também fundamental ser capaz de se estar atento quando nem tudo corre bem e é por isso que entendi ser meu dever aqui trazer uma dessas anomalias.

Na Escola Básica Integrada de Santa Cruz das Flores, desde há um ano, que existem obras na Escola do 1º Ciclo. E, no decorrer dessas obras foi verificado que a placa de betão que serve de cobertura a duas salas de aula estava seriamente abaulada.

Isso preocupou a comunidade escolar, que já no decorrer do presente ano lectivo transferiu as crianças para a sala polivalente onde normalmente decorrem diversas actividades como por exemplo a educação física, sala essa transformada em duas salas de aula. É evidente que se tornou necessária uma intervenção no sentido de se saber as condições das salas de aula, cujo tecto parecia não oferecer segurança.

E, através da Câmara Municipal de Santa Cruz foi solicitado ao Laboratório Regional de Engenharia Civil um parecer sobre a segurança dessas salas de aula. Rapidamente foi às Flores uma técnica analisar a situação. Acontece que recentemente a Câmara Municipal recebeu um ofício do Laboratório a informar que a Nota Técnica estava disponível para entregar contra o pagamento de

200,000\$00. E, em nosso entender, aqui está a anomalia; não contestamos que o Laboratório Regional facture o serviço prestado, embora neste caso concreto será discutível se essa facturação deverá ser efectuada à Câmara Municipal ou à Secretaria Regional que tutela a escola. Mas, o que nos parecia absolutamente necessário era que a referida Nota Técnica deveria ter sido enviada à Câmara Municipal ou à Escola logo que elaborada.

Como disse, as obras nas escolas do 1º Ciclo foram e são muito importantes, mas a responsabilidade da sua fiscalização cabe à Câmara Municipal conforme o contrato existente mas a boa fiscalização da obra é da Câmara Municipal, mas deverá ser também da Secretaria Regional responsável pelos edifícios escolares.

Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Referi um aspecto que diz respeito ao edifício do 1º Ciclo da Escola Básica Integrada de Santa Cruz das Flores, onde se lecciona desde o pré-primário ao 12º ano de escolaridade; há vários anos que se fala, e foi contemplado nos planos anuais, da obra de adaptação daquela escola ao ensino secundário.

A obra foi posta a concurso, mas as obras propriamente ditas ainda não se iniciaram.

Por isso mesmo e mais uma vez, sinto-me no direito de solicitar ao Governo Regional uma informação clara sobre o que se passa com essa obra e quando se prevê o seu início.

Presidente: Tem a palavra a Sra. Deputada Nélia Amaral para uma intervenção.

(Pausa)

Desculpe, Sra. Deputada, aguarde um momento.

A Sra. Deputada Berta Cabral pede a palavra com que finalidade.

Deputada Berta Cabral (PSD): Sr. Presidente, de acordo com o nº 1 do Artigo 96º do Regimento, “Para efeitos de tratamento, pelos Deputados, de assuntos de interesse político relevante para a Região, deve ser aberta uma ordem de inscrição especial, que cessa com o termo de cada período legislativo.”

Hoje, iniciámos uma nova ordem.

“2. Nenhum Deputado pode estar inscrito duas vezes.

3. Fala em primeiro lugar, em cada reunião, o Deputado do grupo parlamentar que tiver mais oradores inscritos.”

A partir daí entra a rotatividade com maior número de oradores inscritos.

Nós devíamos ter sido os segundos a intervir de acordo com essa interpretação. Não sendo os segundos, peço ao Sr. Presidente que reponha rapidamente a ordem de inscrição.

Muito obrigada.

Presidente: Sra. Deputada, o Grupo Parlamentar que tem maior número de oradores inscritos, é o Partido Socialista.

Os restantes grupos parlamentares têm cada um dois oradores inscritos: o PSD tem 2, o PCP tem 2 e o PP também tem 2.

Havendo igualdade, eu segui o critério do primeiro que se inscreveu. Neste caso, foi o Sr. Deputado Paulo Valadão.

Não há nenhuma regra que me obrigue a ser o PSD primeiro, uma vez que estão em igualdade de circunstâncias.

Deputada Berta Cabral (PSD): Mas agora vai intervir o terceiro.

Deputado Victor Cruz (PSD): Agora é o PSD e não o PS.

Presidente: Relativamente a essa matéria, essa decisão resulta de uma conversa tida há algum tempo atrás, onde, partindo do princípio de que o PS tem maior número de inscrições, a ideia sugerida nos bastidores, foi ir intervalando com os outros deputados para evitar que as intervenções do PS fiquem todas para o fim da sessão, tentando respeitar a outra regra em que não se deve concentrar deputados do mesmo partido, porque realmente o Partido Socialista tem muitos mais deputados que os outros.

Houve essa conversa nos bastidores, no sentido de não os concentrar todos, senão ficam só os de um partido a falar na parte final do período de antes da ordem do dia, mas isso é uma questão que se pode esclarecer. Da minha parte não há qualquer objecção.

Tem a palavra o Sr. Deputado Victor Cruz.

Deputado Victor Cruz (PSD): Sr. Presidente, Srs. Deputados:

Eu julgo que a questão é simples. É preciso fazer apelo àquilo que tem sido a tradição deste Parlamento.

De facto, fala pela primeira vez o Deputado inscrito do grupo parlamentar que tem maior número de inscrições. Foi o que aconteceu. Portanto, não há discussão possível sobre isso.

Depois, coloca-se a questão se deveria ser ou não um Deputado do Partido Comunista a falar no lugar de um Deputado do PSD. Uma vez que ambos têm duas inscrições, podem surgir dúvidas sobre isso, mas mesmo assim esta não é a questão de fundo.

O que me parece que já não é regimental, é falar novamente um Deputado do Partido Socialista, porque aí a regra da rotatividade, pura e simplesmente, não é respeitada.

Em relação à inscrição do Sr. Deputado Paulo Valadão, julgo que surgindo algumas dúvidas, o regimento pode ser interpretado conforme a entoação que o Sr. Presidente deu.

Neste momento, falando dois Deputados do Partido Socialista e nenhum do PSD, eu julgo que a regra da rotatividade, que é uma regra do Regimento, pura e simplesmente, não é respeitada. Nós não costumávamos fazer isso.

Não é uma questão polémica. É apenas para chamar a atenção que em relação a este caso, onde o Sr. Presidente pretende dar a palavra a um Deputado do Partido Socialista, acho que o Regimento não é respeitado.

Além do mais, o Regimento aponta para a rotatividade e a “*racio legis*” dessa opção, prende-se com o facto de dar oportunidade de todos os partidos terem o protagonismo possível ao levantarem questões no plenário.

Por isso é que, podendo haver 30 inscrições do PS, x inscrições do PSD e apenas uma inscrição, por exemplo, de um partido mais pequeno, é preciso dar-lhe oportunidade também de, em primeira mão ou nalguns casos, lançar o debate sobre algumas matérias. É por isso que a regra da rotatividade está no Regimento.

Se o Partido Socialista ou o Partido Social Democrata, em alguma circunstância, tiver um maior número de inscritos podendo, porventura, no fim do período no qual se fazem intervenções de interesse relevante para os Açores, estar todos a seguir, paciência. Estaremos todos aqui atentos, na mesma, para ouvir.

No entanto, não se pode deixar de respeitar o Regimento por causa de uma preocupação, no caso de surgirem sucessivas intervenções do Partido Socialista ou do Partido Social Democrata.

Portanto, fazia o seguinte apelo ao Sr. Presidente: em primeiro lugar, chamar a atenção que se for assim o Regimento, pura e simplesmente, não é cumprido e, em segundo lugar, se bem me lembro, desde há alguns anos, nesta Casa, parece-me que não era assim que se costumava fazer. O costume, neste caso, está conforme o Regimento. As novidades, estão contra o Regimento.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

Presidente: Srs. Deputados, não vamos fazer um drama nesta interpretação.

Isto resultou de uma conversa — não me recordo exactamente quando — mas pela minha parte não há qualquer problema relativamente a isso.

Vai seguir-se essa regra, embora possa surgir essa situação, mas se a Câmara assume isso, o Presidente está aqui para fazer o que a Câmara entende, porque em termos de interpretação não há qualquer problema.

Assim sendo, tem a palavra o Sr. Deputado Luís Medeiros.

Peço desculpa à Sra. Deputada Nélia Amaral.

Deputado Luís Medeiros (PSD):

Se Presidente, Senhoras e Senhores Deputados, Senhor Presidente e Senhores Membros do Governo Regional

Os tempos que correm estão de longe de serem tranquilos para a Agricultura dos Açores. São várias as razões para a intranquilidade que se vive.

1. A crise da BSE

Na sequência do diagnóstico de um caso de Encefalopatia Espongiforme Bovina em São Miguel, o Governo Regional decidiu mandar eliminar todos os bovinos de proveniência estrangeira ainda existentes na região, em número de 2642, na tentativa de minorar os efeitos negativos de uma tal ocorrência no mercado da carne e como forma de atenuar o pânico que se instalou. Previu-se o dispêndio de verbas superiores a 1,5 milhões de contos, acordaram-se os preços a pagar aos produtores por cada animal abatido, bem com as compensações a título de indemnização por perda de rendimento. Anunciou-se formalmente a irrevogabilidade do decidido abate.

Entretanto, foi reconhecida e aprovada a utilização da técnica dos testes rápidos de diagnóstico laboratorial da BSE. Passou pois a ser possível avaliar com segurança a contaminação de qualquer bovino, no espaço de tempo necessário ao seu processamento no matadouro, ou seja, em menos de 24 horas. Pode assim garantir-se ao consumidor a salubridade da carne que lhe é oferecida no mercado.

Ao mesmo tempo, a União Europeia decidiu afastar da cadeia de consumo, a partir de 1 de Janeiro passado, todos os bovinos com mais de 30 meses não submetidos aos referidos testes. Paralelamente, e como medida de intervenção regularizadora do mercado, instituiu um regime de compra participada pelos Estados-Membros dos animais naquelas condições, por um período de seis meses, destinando-os à destruição.

O Governo Regional recuou e cancelou a decisão que havia tomado. Ficaram assim goradas as expectativas de alguns produtores que, prevendo os efeitos da decisão governamental nas respectivas explorações, e tendo em conta as certezas transmitidas pelo executivo, haviam já comprado animais de substituição (que agora estão a mais), ou decidido não continuar a investir em outros que seriam forçosamente abatidos (e que agora têm a sua produção comprometida).

Ao mesmo tempo, a opinião pública tem vindo a ser informada, ou melhor, desinformada, sobre o assunto, já que se diz que passou a ser obrigatório o abate de todos os bovinos com mais de trinta meses, a concluir até Julho. Tem sido mesmo frequente ouvir noticiar, quer na rádio quer na televisão, local, e o que é bem pior, nos canais nacionais, que vão ser abatidos nos Açores mais de 5000 bovinos suspeitos de estarem contaminados com BSE.

A título de exemplo, num jornal diário de Ponta Delgada do passado dia 15 podia ler-se, e passo a citar:

“Só a partir de amanhã é que a Região poderá dar início ao abate compulsivo de bovinos com mais de 2 anos e meio, no quadro da estratégia comunitária de combate à BSE.” (fim de citação)

Nada de mais falso, nada de mais errado!

Mas, ninguém desmente ou esclarece, e deixa-se que os consumidores fiquem com a ideia de que a possibilidade de existirem nos Açores mais de 5000 bovinos com hipóteses de serem portadores de BSE é um facto. Deixar enraizar ideias como estas não abona em favor da carne dos Açores, constituindo a pior propaganda que se lhe poderia fazer, com consequências necessariamente nefastas.

E, convenhamos, nada disto corresponde ao espírito, nem tão pouco à letra do Reg (CE) 2777/2000. Mas, mais uma vez, ninguém esclarece.

E marcaram-se prazos para o arrolamento do gado a abater, o que levou os produtores a uma corrida às inscrições, com medo de perderem a oportunidade da venda de animais de refugio a um preço compensador. Na realidade, e volto a repetir, o regulamento comunitário,

apenas como medida de intervenção no mercado, institui um regime permanente de compra obrigatória pelos Estados Membros dos bovinos com mais de trinta meses que lhe sejam propostos por qualquer produtor, durante um período de seis meses, ou seja até 30 de Junho próximo.

Pela razão de não ser ainda possível a realização dos testes rápidos da BSE, e até que estes venham a ser postos em prática, o não aproveitamento da totalidade das carcaças destes animais é uma medida de cumprimento obrigatório, pois trata-se de um Regulamento da Comissão, e, como tal, com aplicação directa em todo o território da União Europeia. Porém, a sua aplicação, em tão grande escala, numa região tão sensível como são as nossas ilhas, poderá ter implicações também pouco tranquilizadoras que deverão ser ponderadas. Assim:

- quais as consequências desta proibição num mercado que, normalmente, é abastecido em cerca de 60% com este tipo de bovinos?
- existirão animais em número suficiente para garantir o abastecimento público, ou estaremos perante uma situação que, a breve trecho, nos irá obrigar a importar carne? Neste caso, donde?
- quais os efeitos nos preços, no curso das vendas e até mesmo nos produtos da industrialização da carne, os quais recorrem normalmente à carne de bovinos adultos, mais barata?
- e no que respeita ao destino a dar aos despojos? Fala-se no congelamento das carcaças para serem incineradas no novo matadouro de São Miguel, inaugurado formalmente há já quatro meses, mas cuja entrada em funcionamento não se prevê para já. E os materiais de risco, as cabeças e as vísceras, vão para enterramento na lixeira? E nas outras ilhas, irá mesmo proceder-se à expedição dos animais em vida para o continente, para lá serem abatidos e destruídos? A que ritmo e com que custos?

2. A Rotulagem da Carne de Bovino

Também por força de aplicação de regulamentação comunitária, esta já há muito anunciada, entrou em vigor, no passado dia 1 de Janeiro, o regime de Rotulagem Obrigatória de Carne de Bovino. Não se utilizou o período de aplicação experimental, que deveria ter ocorrido a partir de 1 de Setembro passado e, ao que parece, ninguém se preocupou em alertar e instruir, em devido tempo, os talhantes e industriais de carne para as obrigações que sobre eles passaram a impender e sobre a forma de lhes dar execução. E no que respeita aos consumidores, embora a União Europeia tenha regulamentado a realização e o financiamento de campanhas de sensibilização e informação sobre a rotulagem da carne de bovino (¹), nada também foi feito nos Açores subtraindo-se, portanto, a eficácia da informação que o sistema visa.

Tudo isto gera mal-estar e, portanto, intranquilidade.

Senhor Presidente, Senhoras e Senhores Deputados, Senhor Presidente e Senhores Membros do Governo Regional

Infelizmente a intranquilidade não se fica por aqui!

¹ Reg 2071/98, do Conselho, de 28/9, JO L 265, 30/9
Reg 890/99, da comissão, de 29/4, JO L 113, 30/4

3. A solução das quotas leiteiras

A cimeira de Nice veio afastar o incomportável pesadelo do pagamento das multas pela ultrapassagem das quotas leiteiras e, por esse facto, julgamos haver razões para regozijo.

Mas, em boa verdade, e analisado o texto das conclusões da cimeira, (já aqui referido ontem pelo deputado Manuel Azevedo) a solução que se desenha não acrescenta um único litro de leite à QGG (Quantidade Global Garantida) portuguesa e, assim, não permite qualquer reestruturação do sector.

Se, por um lado, é verdade que passamos a poder produzir sem penalização mais cerca de 70.000 toneladas, por outro, as quantidades de referência dos produtores ficaram exactamente como se encontravam antes.

E aqui, são várias as questões que urge esclarecer, destacando-se as seguintes:

A primeira diz respeito, desde logo, ao método a utilizar na dedução à imposição suplementar portuguesa (multa) do volume correspondente ao auto-consumo dos Açores. Convém não esquecer que esta matéria é objecto de um quadro legislativo bastante complexo, onde imperam os princípios do direito comunitário e onde, portanto, não é fácil mexer. Há também que ter em consideração, no âmbito desse mesmo quadro regulamentar, a não existência de uma quota regional. Neste contexto, até agora, o cômputo da imposição suplementar tem sido feito globalmente, a nível nacional, depois de realizadas as compensações a que tiver havido lugar, independentemente da parte do território nacional que lhes tenha dado origem.

Outra questão prende-se com o facto de a QGG não ter sido aumentada, o que implica necessariamente a impossibilidade de o Governo conceder reforços de quota aos produtores que deles necessitam. Neste quadro, como se poderá então continuar a garantir que qualquer produtor poderá produzir sem penalizações os quantitativos produzidos na campanha de 1999/2000?

Se tivermos em conta o que sobre esta matéria dispõe a regulamentação comunitária e o Decreto Lei 88/2000, bem como o modo como é normalmente feita a responsabilização dos produtores sobre o pagamento das imposições suplementares, cabe perguntar: a quem, e com que critérios será atribuído o privilégio de produzir para além da respectiva quantidade de referência?

São questões que serão, com certeza, objecto de regulamentação, que espero seja célere, clara e inequívoca. Se assim não for, corre-se o risco de cair em indefinições e incertezas que em nada contribuirão para a tranquilidade que se deseja para o sector.

Ainda no que respeita a esta temática das quotas leiteiras, julgo que uma solução consentânea com as nossas necessidades de desenvolvimento só poderá ser conseguida no quadro das RUP e da concretização do n° 2 do artigo 299° do Tratado.

Contudo, na versão do relatório da Comissão sobre as “Medidas destinadas a dar cumprimento ao n°2 do artigo 299° “⁽²⁾ à qual tive acesso, pude verificar, com apreensão, a inexistência de qualquer menção específica à problemática leiteira açoriana e a ausência de qualquer proposta de solução. Notei preocupações com a aplicação da OCM da banana e com o rum dos DOM, mas no que respeita ao leite dos Açores, nada! Será que o memorando apresentado pelo governo português, citado no referido relatório da Comissão, é omissivo quanto a este assunto?

² Documento COM (2000) 147 final

Apenas na nota preambular que antecede a apresentação das propostas de Regulamentos relativos aos programas POSEI, documento datado de 29 de Novembro de 2000, encontrei esta única referência, que passo a citar:

“Para encontrar uma solução ao problema das quotas nos Açores, será proximamente apresentada pela Comissão uma proposta de resgate de quotas” (fim de citação).

Concretizando-se o que a Comissão propõe, ficaremos tal como estamos, limitados às quotas que temos, que apenas poderão mudar de mãos. Assim, o reconhecimento da situação de ultraperiferia e a sua consagração no Tratado acabarão por traduzir-se, afinal, em bem pouco.

Será esta a solução que mais convém aos Açores? Será esta a solução que viabilizará a modernização e a competitividade da nossa indústria? Será esta, em suma, a solução que permitirá uma convergência real com o nível económico e social da União Europeia?

4. POSEIMA

E uma vez que mencionei a proposta do novo POSEIMA (³), não poderei deixar de a abordar, ainda que muito sucintamente.

O diploma que a Comissão propõe mantém a mesma estrutura do actual e se algumas das medidas nele propostas nos tranquilizam, outras, pelo contrário, são também factor de grande intranquilidade, parecendo-me constituírem retrocessos graves.

Sem prejuízo de outras reflexões sobre a estrutura do documento e o universo da sua abrangência, permito-me, desde já, deixar um alerta para algumas das propostas da Comissão que não me parecem dar satisfação ao que se pretende. Estão neste caso os valores do prémio à produção de tabaco e da ajuda à produção de chá, a não extensão dos contratos de campanha à batata de consumo, nos termos anteriormente propostos, a inexistência de ajudas à produção de maracujá ou ao envelhecimento do vinho Verdelho e, finalmente, a que me parece mais grave, a extinção do complemento dado pelo POSEIMA ao prémio especial à engorda de bovinos machos. Extinção que é proposta, talvez, a troco da isenção da aplicação dos máximos nacionais estabelecidos para este prémio, instituídos já após a entrada em vigor do POSEIMA. Mas, desde logo esta libertação dos máximos nacionais é “congelada” no número de prémios pagos na Região no ano de 2000, tendo estes resultado da aplicação dos referidos máximos que, ao que parece, se pretendia evitar.

Abre-se assim um precedente que retira a lógica a muitas das ajudas deste programa – os sobrecustos originados pelo afastamento e pela insularidade – para além de se limitarem os prémios a pagar na Região ao número verificado em 2000.

A ficar tal como se encontra preconizada, a medida não faz sentido e é limitativa de qualquer desenvolvimento futuro.

Devíamos sim pugnar pela manutenção do complemento do prémio, extensivo, sem quaisquer limitações, a todos os bovinos machos inscritos nos Açores, pois todos eles têm a sua competitividade no mercado prejudicada pelo afastamento e pela insularidade.

³ COM (2000) 791 final, de 29 de Novembro de 2000

Uma última razão de intranquilidade a abordar de forma muito breve:

5. A falta de regulamentação do PRODESA

Já entrámos no segundo ano de vigência do III Quadro Comunitário de Apoio e ainda não conhecemos qualquer regulamentação da vertente agrícola do PRODESA, quer na área da produção, quer na da transformação e comercialização dos produtos agrícolas, situação que impede gizar e formular quaisquer projectos de investimento.

Termino dizendo que é urgente restituir à agricultura dos Açores um clima de tranquilidade, o que passa necessariamente pelo delineamento e estabelecimento dos instrumentos necessários à clarificação das questões que aponte.

Tenho dito.

Horta, 24 de Janeiro de 2001

Luís Henrique Sequeira de Medeiros

Vozes dos Deputados da bancada do PSD: Muito bem! Muito bem!

(Aplausos dos Deputados da bancada do PSD)

Presidente: Para prestar esclarecimentos, tem a palavra o Sr. Secretário Regional da Agricultura.

Secretário Regional da Agricultura (Ricardo Rodrigues): Sr. Presidente, Srs. Deputados, Caro Colega:

Quando no início desta Legislatura tomei conhecimento, pela prática, que o Deputado da área do PSD que iria tratar de assuntos agrícolas era o Sr. Dr. Luís Sequeira de Medeiros, fiquei tranquilo, porque o conheço há anos, pessoa séria, reputado técnico e jamais iria usar argumentação falsa para atingir objectivos político-partidários.

Reconheço que após essa sua intervenção, fiz uma análise precipitada. Devo recuar e dizer-lhe, frontalmente, que muitas das coisas que disse são falsas, como terei oportunidade de referir.

Para já, intranquilidade no sector, parece-me existir nas suas áreas e não na prática e no concreto.

Tenho falado, sucessivamente, com vários agricultores, com várias associações de agricultores, a tranquilidade é máxima e não vejo nenhum problema que mereça que seja digno de registo, pelo menos das preocupações de qualquer deputado ou membro do Governo.

Vamos ao factos:

Primeiro — decisão sobre o abate das vacas importadas.

Tive oportunidade de trocar impressões com V. Exa.. O senhor, na altura e nos Serviços de Desenvolvimento Agrário de Ilha, dos Açores, concordou comigo e deu-me os parabéns pela medida.

Disse aqui, no seu discurso, que estavam acordados os preços. É falso!

O senhor emite uma opinião, não um facto concreto. Nunca estiveram acordados os prémios de abate de animais importados. Houve várias negociações, mas nunca chegámos a nenhuma conclusão. Nunca foi anunciado nenhum preço em concreto para animais importados.

Portanto, o senhor mentiu quando disse neste Parlamento que estavam acordados os preços.

Segundo — Irreversibilidade do abate.

Tive oportunidade de estar consigo num debate na televisão, em que o senhor concordou comigo de que não havia maneira de sustentar a primeira decisão de abate dos animais importados.

Aqui, no Parlamento, o senhor vem dizer que a medida já não é tão boa e que eu tinha anunciado uma irreversibilidade.

O Sr. Deputado sabe de um conceito jurídico. Se calhar não sabe, nem tem a obrigação de saber, que o que existe é de alteração das circunstâncias. Foram alteradas as circunstâncias com base nas quais este Governo tinha decidido abater todos os animais importados.

O fundamento, tive aqui oportunidade de esclarecer, era da segurança do mercado e dos consumidores. Poderíamos até pagar mais, porque estava em causa a saúde pública e como era um abate obrigatório, o preço deveria ser mais elevado.

Com o Regulamento Comunitário 2777/2000, esses fundamentos estavam assegurados. Logo, o Governo Regional não devia gastar esse dinheiro do erário público, porque a União Europeia tinha imposto uma medida obrigatória para abate desses animais com mais de 30 meses, ou seja, o mercado estava seguro, quer para os consumidores, quer para a comercialização da carne.

V. Exa. quando referiu esse facto, disse, “ao mesmo tempo a União Europeia decidiu o abate com animais de mais de 30 meses”. É falso!

O Sr. Deputado sabe que a decisão do Governo foi tomada em Novembro de 2000 e que a decisão da União Europeia foi tomada 30 dias depois, o que significava o suficiente para eu e o Governo termos alterado a nossa decisão.

Se o Regulamento Comunitário de 18 de Dezembro tivesse sido de 18 de Novembro, jamais este Governo tinha tomado a decisão do abate dos animais importados.

Mais uma vez o senhor mentiu e mentiu naturalmente por ignorância ou por desconhecer os dados e as datas. Acredito que tão envolvido que está nesses assuntos, talvez se tenha “obnubilado” relativamente às datas.

Terceiro — Indemnizações pelas expectativas.

Isso o senhor não disse publicamente, mas quando acabámos o debate na televisão, a pergunta do Sr. Prof. Dr. Tomás Dentinho, que não concordava com as indemnizações que o Governo tinha decidido dar aos lavradores pelas expectativas que foram criadas, o Sr. Deputado disse que o Governo não tinha outra alternativa senão pagar as indemnizações aos lavradores. Se quiser confirmar, confirme. Se não quiser, passo eu por mentiroso, mas essas conversas nós tivemos.

Eu não percebo: o Sr. Deputado em privado diz uma coisa, chega aqui diz outra. Não se trata de uma conversa privada, porque o Dr. Tomás Dentinho estava a assistir, era pública, estávamos na televisão. Se a sua conversa fosse privada eu não a divulgava.

De facto, fico sem perceber em que terra estamos, com quem lidamos e de que falamos.

Quarto — Informação sobre todos esses passos.

Nós distribuimos circulares informativas, quase todos os dias, a esclarecer todas essas situações. A primeira entidades a tomar conhecimento é a Federação Agrícola, que todas as vezes distribui por fax — e eu faço esse controlo — para todas as associações agrícolas sobre todos os passos a dar.

Se V. Exa. tivesse dado um passeio pela Ilha de São Miguel, verificava que nos postos de recolha de leite, local onde os lavradores são informados com mais facilidade, existe toda essa informação.

Portanto, da minha parte, da parte da Secretaria, a informação é prestada.

Se os jornais às vezes transmitem notícias que não passam tão bem como nós desejamos na Comunicação Social — V. Exa. sabe, porque com certeza já leu algumas das suas entrevistas — eu não tenho que estar a desmentir. Todos os dias eu tenho dado informação e os senhores jornalistas usam-na conforme acham que a devem usar.

Quinto — Abastecimento do mercado.

Não se preocupe que isso irá-se resolver.

Todo esse processo, Sr. Deputado, eu posso explicá-lo aqui, como está montado, passo por passo, qual o dia, onde é que se abate, de onde é que se exporta. Tudo isso tem um processo organizado na Secretaria e nada se faz levemente.

Eu estou perfeitamente tranquilo quanto aos abates que se vão seguir.

Quanto à questão de alertar os talhantes, eu já tive oportunidade de divergir consigo sobre esta matéria e dei a entender que há que cumprir a lei sobre a rotulagem. A fiscalização, naturalmente, tomará conta desse assunto.

Relativamente a Nice, penso que o Sr. Deputado Francisco Barros foi extremamente elucidativo quanto a essa matéria.

V. Exa. quis mais uma vez denegrir os resultados de Nice, mas o povo e os lavradores perceberam bem quais os resultados de Nice.

Se V. Exa. e a sua bancada não perceberam, espero que tirem as devidas ilações.

Já tivemos um acto eleitoral. Portanto, julgo que essa questão deve ficar encerrada com esse resultado.

Contudo, há uma questão que não pode deixar dúvidas, ou seja, a legislação e a regulamentação comunitária sobre quotas.

A decisão de Nice refere que é o autoconsumo dos Açores.

Embora a regulamentação nacional — é verdade — seja nacional, como o próprio nome indica, está escrito no Conselho de Nice que o autoconsumo é dos Açores. Portanto, essa quota tem a ver com Açores e foi por sermos uma região ultraperiférica que o autoconsumo foi concedido. Temos todas as justificações e até agora não tenho nenhum elemento para desconfiar que esse autoconsumo não venha para a Região.

Relativamente ao POSEIMA, Sr. Deputado Luís Medeiros, V. Exa. passou muitos anos a lidar com esta matéria. Era Presidente do IAMA e como tal, naturalmente, teve oportunidade de lidar de perto com o POSEIMA, porque não é um programa novo, é velho.

Basta alterar um artigo, tirá-lo do 21º e passá-lo para o 20º, e V. Exa. faz a maior confusão sobre o que é o POSEIMA.

Portanto, aconselho-o a ter mais cuidado, porque às vezes alteram-se os artigos. Isso acontece nas leis, Sr. Dr. Luís Medeiros. Para quem é veterinário e não está às vezes muito familiarizado com essas questões, apanha-se dessas surpresas.

Relativamente ao apoio do prémio especial, V. Exa. diz que ele desapareceu. Não desapareceu, Sr. Deputado. Alterou de artigo. É agora a nossa proposta sobre o artigo 21º, contendo o mesmo conteúdo que antes estava noutra artigo que era o ponto nº 2 o artigo 24º. Agora passa, por nossa proposta, para o artigo 21º. É uma questão de artigos.

Mais. Nós passamos para o artigo 21º e na nossa proposta, demasiado técnica, que aqui se calhar não cabe, posso dizer-lhe que temos justificação para acrescer nesse programa, para as vacas e para o prémio especial, mais 500 mil contos do que no seu tempo.

O assunto está bem tratado, enquadrado como deve ser, só que mudou o número do artigo. Da próxima vez veja melhor esse assunto.

Relativamente ao POSEIMA, mantemos as discussões técnicas. Eu próprio deslocar-me-ei a Bruxelas, a meados de Fevereiro, para, politicamente, tratar todas as questões que tenham a ver com o POSEIMA.

A discussão técnica ainda permanece relativamente a todos os factos que referiu, do chá, do tabaco e da beterraba também, que não existia no seu tempo.

Deputado Luís Medeiros (PSD): Existia. Passou de 500 para 600.

O Orador: Existia de forma muito ligeira. Queremos aumentar esse valor porque vimos que não era motivador para acrescer na produção da beterraba.

Portanto, tudo isso está a ser analisado.

De qualquer maneira, quanto ao POSEIMA, Sr. Deputado, o que acontece é que ainda estamos na discussão técnica. Portanto, não se precipite e leia convenientemente os artigos.

Peço-lhe desculpa de dizer isto tão francamente, mas as minhas expectativas, como eu lhe disse, foram goradas e por isso mesmo tenho que falar da forma como sei, chamando os factos pelos seus nomes.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

Presidente: Para prestar esclarecimentos tem a palavra o Sr. Deputado Luís Medeiros.

Deputado Luís Medeiros (PSD): Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Eu começaria por dizer, Sr. Secretário Regional, que V. Exa. não percebeu o que eu disse, nem percebeu o conteúdo da minha intervenção, porque talvez esteja ferido de algumas críticas que ultimamente lhe têm feito.

Eu não pretendi ser crítico. Pretendi apenas, perante esta Câmara, levantar razões de inquietude que se vivem nos Açores, neste momento.

Todos os dias, não há jornal dos Açores que não fale de BSE, que não fale de abate de bovinos ou de combate de BSE nos Açores, uma coisa que a mim me choca como açoriano, como produtor, como técnico na Região. Com certeza que não poderia deixar passar da forma como tem passado, com imagens, por vezes, um pouco chocantes.

De qualquer forma, Sr. Secretário Regional, não foi minha intenção mentir, porque não sou nem nunca fui mentiroso. V. Exa. é a primeira pessoa que me chama mentiroso.

Vozes dos Deputados da bancada do PSD: *Muito bem! Muito bem!*

O Orador: De qualquer modo, eu não disse “ao mesmo tempo”. Eu fiz um desenvolvimento cronológico dos acontecimentos.

O Governo tomou uma decisão, a qual foi tomada como irrevogável por todos os produtores. Todos eles tomaram decisões na sequência da reunião da Casa do Povo da Ribeirinha.

Tudo bem, Sr. Secretário Regional. Simplesmente, os factos ocorreram na União Europeia que ao mesmo tempo reconheceu os processos. Foi isso que eu disse...

Secretário Regional da Agricultura e Pescas (Ricardo Rodrigues): Ao mesmo tempo!

O Orador: Eu não menti, Sr. Secretário Regional.

O que acontece, foi que o Governo recuou.

Pergunto: esse recuo causou ou não instabilidade no sector?

Vimos ou não os Presidentes das Associações Agrícolas virem para a rádio e para a televisão dizerem que era preciso constituir comissões para avaliar os prejuízos?

Não foi isso que aconteceu, Sr. Secretário Regional?

Isso é ou não é intranquilidade no sector?

Para mim é. Se. V. Exa. acha que está tudo calmo, tudo tranquilo, estamos no melhor dos mundos possíveis.

Quando me refiro à informação que tem sido dada à opinião pública, não me referia a anúncios nos postos de leite, mas sim à opinião pública, aos consumidores em geral, que deixaram de comer carne, passaram a ter medo de a comer e são “envenenados” todos os dias com notícias de que temos mais de 5 mil bovinos, possivelmente, portadores de BSE que têm que ser compulsivamente abatidos. É isso que me refiro, Sr. Secretário Regional, mais nada.

Quanto à questão das quotas, estamos conversados. Julgo que, neste momento, não temos mais nada a dizer. Não partilho da vossa opinião, porque — seja-me permitido repetir mais uma vez a pergunta — não tendo as quotas portuguesas sido aumentadas num único litro de leite, como é que se vão conceder reforços aos produtores que ultrapassaram a quota, quando muitos dos que não tinham ultrapassado, possivelmente este ano ultrapassarão?

A quem é que vai ser dada a oportunidade de produzir para além da sua quota?

Esta é a pergunta que tenho vindo a repetir e à qual ainda ninguém me respondeu, nem sequer V. Exa. agora, Sr. Secretário Regional.

Quanto ao POSEIMA, eu devo dizer que não falei de cor. Eu tenho a versão e ela está disponível. O artigo 21º refere, concretamente, os complementos para a vaca aleitante e os complementos ao prémio ao abate, mas não refere o prémio especial à engorda.

Quanto ao nº 2 do artigo 24º que V. Exa. citou, apenas diz que será concedida uma ajuda específica à transformação em açúcar branco das beterrabas colhidas nos Açores.

Deve ter sido V. Exa. que se enganou, não eu.

Tenho dito.

Vozes dos Deputados da bancada do PSD: Muito bem! Muito bem!

(Aplausos dos Deputados da bancada do PSD, do PP e do Deputado José Decq Mota)

Presidente: Para prestar esclarecimentos, tem a palavra o Sr. Secretário Regional da Agricultura.

Secretário Regional da Agricultura e Pescas (Ricardo Rodrigues): Sr. Presidente, Srs. Deputados:

Antes de mais, gostaria que ficasse bem claro entre nós, que eu não lhe chamei mentiroso. Jamais!

Vozes dos Deputados da bancada do PSD: Ah, não!

Deputado Joaquim Machado (PSD): Por várias vezes!

Deputado Mark Marques (PSD): Estamos todos surdos?

Orador: Factos falsos, disse-os. Eu disse que era mentira e são factos falsos.

Quem tirou conclusões de vários factos falsos foi o Sr. Dr. Luís Sequeira, foi a vossa bancada, não fui eu!

Vamos aos esclarecimentos, Srs. Deputados, porque V. Exas. exaltam-se com facilidade.

Deputado João Cunha (PSD): Tenha tino, Sr. Secretário. Ouça as gravações!

O Orador: Reposta essa situação em termos de dignidade pessoal, que continuo a manter por V. Exa., Sr. Deputado Luís Sequeira de Medeiros, o que devo referir, insistir, e repetir, para que fique claro, foi que V. Exa. disse “ao mesmo tempo”. Nesse “ao mesmo tempo”, passou um mês.

Houve uma decisão da Comunidade — foi esse facto que eu quis realçar aqui, porque lança a confusão — e ao mesmo tempo que nós decidíamos abater os animais importados, a Comunidade decidia abater os animais com mais de 30 meses. O que eu lhe disse foi 30 dias depois, portanto, não foi ao mesmo tempo, por isso disse que esse facto era mentira.

Mais. Eu disse que era mentira os preços, porque era mentira. É falso!

Os factos falsos podem ter considerações subjectivas de outra natureza que não seja a mentira.

Deputado Mark Marques (PSD): Tem havido muita coisa subjectiva ultimamente!

O Orador: A falta de informação leva a dizer factos que são falsos.

(Aparte inaudível do Deputados Joaquim Machado)

Orador: Eu acho que espantou o Sr. Deputado Joaquim Machado. Acerca de si, falou muito bem o Dr. Francisco Barros no último parágrafo do seu discurso.

Quanto a si, estamos conversados em matéria de leite, Sr. Deputado. Não vale a pena a gente insistir sobre essa matéria. Nós conhecemos a suas posições pessoais.

Deputado Joaquim Machado (PSD): Eu posso dar-lhe algumas!

Orador: Sr. Dr. Luís Sequeira, as questões são fáceis de explicar e estamos sempre aqui para explicar aos Srs. Deputados todas as situações.

Eu queria que ficasse bem claro que quando referi factos falsos, não quis, não quero, nem pretendo dizer que V. Exa. é o epíteto que acabou por revelar, porque não é minha intenção, nem nunca foi, ter essa consideração por si.

Eu tive o cuidado de dizer que era falta de informação, — porque é uma questão de português — já percebi que quando disse “ao mesmo tempo” não queria dizer no mesmo instante, mas sim consequentemente ou passados alguns dias. As interpretações nós temos que as fazer, mas julgo que estamos esclarecidos quanto a essa matéria.

Quanto ao resto que disse, mantenho todas as respostas que afirmei. Portanto, não vale a pena continuar a insistir em todas as respostas, porque penso que o esclarecimento foi suficiente.

Era só esta questão de natureza subjectiva e pessoal que gostaria que ficasse clara entre nós.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

Presidente: Para prestar esclarecimentos tem a palavra o Sr. Deputado Luís Medeiros.

Deputado Luís Medeiros (PSD): Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Eu vou ser muito breve.

Sr. Secretário Regional, eu agradeço as suas palavras e o ter desmontado aquilo que me tinha parecido ter sido sua intenção dizer.

De qualquer modo convém repetir, e não posso deixar de dizer, que V. Exa. deve ter prestado pouca atenção à sequência da minha leitura. Eu faço um encadeamento cronológico dos acontecimentos.

O meu primeiro parágrafo diz: “Na sequência do diagnóstico de um caso de BSE, o Governo decidiu...”

Depois referi: “entretanto, foi reconhecida e aprovada a utilização dos testes rápidos... Ao mesmo tempo, a União Europeia decidiu afastar da cadeia de consumo” — ao mesmo tempo, que foi reconhecida e aprovada a utilização da técnica dos testes rápidos, Sr. Secretário Regional.

V. Exa. percebeu mal. Era só isto que eu queria dizer.

Deputado João Cunha (PSD): Muito bem!

Presidente: Tem a palavra o Sr. Deputado Bento Barcelos.

Deputado Bento Barcelos (PSD): Muito obrigado, Sr. Presidente.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Apenas duas observações.

Em primeiro lugar, julgo que os açorianos estão a pagar o funcionamento deste parlamento e as nossas remunerações para trabalharmos, efectivamente, em prol deles. Portanto, isto não pode ser aqui um espaço de atributos negativos e nada aconselháveis para o bom relacionamento institucional.

Se no passado houve alguma situação destas, foi mau. É bom que não haja mais nenhuma daqui para ao futuro. Esta é a opinião de um deputado que está a dá-la e que tem toda a legitimidade de a dar.

Em segundo lugar, o Sr. Deputado Francisco Barros trouxe, na sua intervenção, alguns assuntos, entre eles, um que é uma meia verdade.

Deputado Dionísio Sousa (PS): Não há Regimento?

Deputado Mark Marques (PSD): O assunto é o mesmo!

O Orador: Tendo em conta que estamos aqui para informarmos devidamente a opinião pública, e estamos aqui na perspectiva, sempre positiva, do desenvolvimento dos Açores, eu entendo acrescentar algo mais, a uma informação que ele aqui prestou, para que toda a verdade seja aqui colocada.

Deputado José San-Bento (PS): Essa intervenção já passou!

O Orador: Refiro-me apenas a uma que é aquela que me parece importante, no meu ponto de vista, e é aquela com a qual eu participei.

Eu, substituindo um Sr. Deputado, participei durante algum tempo nessa reunião de Política Geral que ouviu o Sr. Deputado do Parlamento Europeu, Paulo Casaca.

Quando ele fez referência à alteração do artigo, no âmbito da Cimeira de Nice, que previa o enquadramento político de apoio às catástrofes naturais, eu estava atento e registei isso, porque achei importante para uma região como a nossa, arquipelágica, insular, sujeita no passado a catástrofes e, com certeza, no futuro, poderemos passar novamente por situações dessas.

No final da exposição do Sr. Deputado Paulo Casaca, eu coloquei uma pergunta, ou seja, se era possível o Governo Regional apresentar à União Europeia, no âmbito desta decisão política de Nice, apoios no quadro e dirigidos à reconstrução do Faial e do Pico, na sequência do último sismo?

O Sr. Deputado Paulo Casaca foi de um extremo pormenor e disse-me que era apenas uma decisão meramente política e que levariam anos para que fosse possível, na prática, a União Europeia poder apoiar as situações de catástrofe, no caso concreto, que teria interesse para os Açores.

Julgo que é importante ficar aqui esta referência. O Sr. Deputado Francisco Barros referiu a primeira parte, mas não referiu a segunda.

Eu julgo que isto é importante, é importante para as pessoas tomarem conhecimento, é importante para a opinião pública tomar conhecimento e julgo que é importante isto ficar bastante claro.

Era apenas, e tão só, esta observação que me parece que é pertinente e consta da acta desta reunião. Muito obrigado.

Presidente: Sr. Deputado Bento Barcelos:

V. Exa. pediu a palavra para um esclarecimento. Entretanto, estávamos a debater uma situação concreta na sequência de uma intervenção do Sr. Deputado Sequeira de Medeiros e eu comecei a ver alguma perturbação na sala, porque V. Exa. realmente começou a afastar-se, primeiro da finalidade com que pediu a palavra, ou seja, para prestar esclarecimentos, e depois do próprio tema que estava a ser debatido.

Não costuma haver muito rigor à volta disto, mas de qualquer forma eu agradecia que nós, ao pedirmos esclarecimentos, nos circunscrevêssemos exactamente à matéria que está a ser debatida e que usássemos da palavra exactamente para o fim para que ela foi pedida.

Era apenas isso.

Entretanto, estava inscrito o Sr. Deputado José Decq Mota para...?

Deputado José Decq Mota (PCP): Interpolar a Mesa.

Presidente: Faça favor, Sr. Deputado.

Deputado José Decq Mota (PCP): Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados:

De facto, em relação ao que se passou, todos somos unânimes em reconhecer que não é habitual nem previsto.

Eu penso que tem que haver uma forma de reparação.

O Sr. Deputado Bento Barcelos — com todo o respeito pelo que disse, não é isso que está em discussão — veio fazer a intervenção e dar os esclarecimentos que deveria ter dado antes e não naquela altura.

Para que não haja mais prejuízo no seguimento da ordenação das inscrições, eu sugiro ao Sr. Presidente que, embora fora de tempo, esta seja considerada uma intervenção do PSD.

Muito obrigado.

Presidente: Há dias assim. Há dias em que as coisas se complicam.

Srs. Deputados, eu ouvi atentamente o requerimento — penso eu — do Sr. Deputado José Decq Mota, à Mesa, e rejeito-o.

Tem V. Exa. a faculdade de apelar para o plenário.

Deputado José Decq Mota (PCP): De forma nenhuma.

(Risos da Câmara)

Presidente: Com este entendimento que referi anteriormente, não havendo recurso para o plenário desta decisão, vamos prosseguir os nossos trabalhos.

Tem a palavra o Sr. Deputado Alvarino Pinheiro para uma intervenção.

Deputado Alvarino Pinheiro (PP): Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Após a investidura Parlamentar do VIII Governo Regional dos Açores, vai esta Assembleia agora arrancar com os seus trabalhos regulares no âmbito da VII Legislatura.

Não podia, por isso, o Grupo Parlamentar do Partido Popular deixar de manifestar, nesta ocasião, o desejo de que, durante os próximos quatro anos, este Parlamento consiga corresponder às legítimas expectativas daqueles que em nós confiaram a sua representação, na certeza de que seremos capazes de, no quadro das amplas competências desta Assembleia Legislativa, garantir a adequada resolução dos graves problemas que afectam o quotidiano das nossas populações, promovendo o seu bem estar e o imperioso desenvolvimento da economia regional, na perspectiva da valorização dos Açores e das suas gentes.

Pela parte do Grupo Parlamentar do Partido Popular queremos declarar a nossa total disponibilidade para, na medida das nossas possibilidades, darmos o melhor contributo para que a Assembleia Legislativa Regional dos Açores cumpra cabalmente com a sua superior e inalienável missão.

É bem verdade que o Grupo Parlamentar do CDS/PP tem nesta Legislatura menos um Deputado do que tinha na anterior. Porém, temos perfeita consciência que representamos agora um maior número de Açorianos do que no passado.

Efectivamente, o Partido Popular teve nas últimas Eleições Regionais o seu melhor resultado de sempre, em termos absolutos com uma votação superior a 9.500 votos e em termos relativos, ao atingir cerca de 10% dos votantes açorianos.

Numa conjuntura em que votaram menos 15.000 açorianos, do que há quatro anos, o CDS/PP cresceu mais 1.200 votos e a CDU 850, enquanto o PS perdeu quase 3.000 votos e o PSD 14.000.

Só o capricho da aritmética eleitoral e uma decisão do Tribunal Constitucional, inviabilizaram que o Partido Popular tivesse hoje no seu Grupo Parlamentar o dobro dos Deputados. Mas não estamos aqui para nos queixarmos nem do azar dos números nem da falta de proporcionalidade do sistema eleitoral, que naturalmente nos facultaria 5 Deputados.

Sr. Presidente, Srs. Deputados:

Temos a perfeita noção de que o projecto político do CDS/PP representa os anseios de 10% dos Açorianos, mas o facto de só termos Deputados eleitos pelos círculos da Terceira e de S. Miguel, não nos retira a responsabilidade de pugarmos pelas aspirações de todas as Ilhas da Região, com especial realce para aquelas populações que, apesar de não terem representante no nosso Grupo Parlamentar, de forma já bastante expressiva depositaram a sua confiança nas propostas do Partido Popular, nomeadamente 31% dos Corvinos, 22% de Florentinos e 16% de Jorgenses.

Sr. Presidente:

A realidade democrática parlamentar dos Açores é a que está efectivamente espelhada nesta Sala e que merece todo o nosso respeito, quer o Deputado tenha sido eleito com 100 votos, que representam 1/3 dos votantes da sua ilha, quer tenha sido eleito com 4.200 votos e represente 1/23 avos dos respectivos votantes da sua ilha.

Porém, num passado recente, muitos analistas da nossa praça e entusiastas apoiantes do poder socialista instituído, questionaram a representatividade regional de alguns Grupos Parlamentares, nomeadamente o do próprio CDS/PP, pelo facto de integrarem Deputados eleitos com menor rácio de eleitores. Para esses observadores da democracia, porque dela não fazem parte, gostaria de lembrar que, na actual composição da Assembleia, em média, cada Deputado do CDS/PP representa 4.753 votos, cada Deputado da CDU representa 2.415 votos, cada Deputado do PSD representa 1.795 votos e cada Deputado do PS representa apenas 1.631 votos.

É óbvio que estes poetas da democracia e vendidos da política, agora já abandonaram estas teses puritanas e se regozijam com as virtudes democráticas do facto de o PS com 49% dos votantes representar 57% desta Assembleia, o PSD com 33% dos votantes representar 35% da Assembleia,

o CDS/PP com 10% dos votantes representar 4% desta Assembleia e a CDU com 5% dos votantes, também representar 4% desta Assembleia.

Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

O Partido Socialista tem uma inequívoca maioria absoluta neste Parlamento, mas não tem o apoio da maioria absoluta dos votantes Açorianos. Este dado incontroverso, não pode ser escamoteado por outros somatórios apressadamente lembrados após o acto eleitoral, tais como o facto de o PS ter tido mais votos do que os outros partidos juntos.

Se qualquer maioria absoluta tem estrita obrigação de respeitar as oposições, é fundamental que a maioria absoluta do PS tenha consciência de que se fundamenta na vontade expressa de 49% dos açorianos. E se quem é oposição como nós, deve respeitar o papel da maioria — o que fazemos — para bem da democracia e das populações que servimos, é necessário que a maioria se revista da imprescindível humildade e tolerância, que permita o normal funcionamento das regras democráticas.

Presidente: Tem a palavra o Sr. Secretário Regional da Economia.

Secretário Regional da Economia (Duarte Ponte): Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Eu gostaria de pedir um esclarecimento muito simples ao Sr. Deputado Alvarino Pinheiro, ou seja, se conhece algum regime democrático em que um partido que tem 45,9% dos votos seja afastado do Governo, ou, se tendo 49,2% dos votos não tem completa legitimidade para governar?

Existe algum regime democrático em que isso aconteça?

Presidente: Tem a palavra o Sr. Deputado Alvarino Pinheiro para prestar esclarecimentos.

Deputado Alvarino Pinheiro (PP): Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Em todos os regimes democráticos normais, um partido com 49% dos votos não governa, não tem legitimidade para governar, se houver um que tenha 51% dos votos.

(Risos da Câmara)

Presidente: Para uma intervenção tem a palavra a Sra. Deputada Nélia Amaral.

Deputada Nélia Amaral (PS): Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sra. e Srs. Membros do Governo:

A sociedade Açoriana tem vindo gradualmente a aproximar-se do resto da Europa e do Mundo em termos da actualização de conceitos. Contudo, nem sempre tem sido fácil proceder-se à correspondente e necessária actualização de atitudes e, conseqüentemente, de práticas. Senão vejamos:

Hoje, nos Açores tal como na Europa, acho poder assumir ser do consenso geral proceder-se à redefinição do conceito de pobreza. Estou em crer que todos concordaremos ser necessário abandonar a antiga, simplista e redutora noção de pobreza que se baseava apenas na carência de recursos financeiros. Pobres não são só aqueles que se debatem com verbas insuficientes para dar resposta às suas necessidades básicas, nem a falta de dinheiro é a única característica das pessoas ou grupos pobres.

Ao falarmos de pobreza, no contexto actual estamos portanto a referimo-nos a pessoas ou grupos, em situação de desvantagem numa variedade de aspectos que vão desde os recursos financeiros de que dispõem à capacidade dos próprios alterarem essa condição de desvantagem em que se encontram o que passa necessariamente pela melhoria das condições da habitação, pela utilização adequada dos serviços de saúde, pelo acesso à formação e à informação, pelo acesso e sucesso educativos, em suma pelo desenvolvimento de competências que aumentem a sua empregabilidade e capacidade de auto determinação.

Arrisco-me a afirmar que todos estamos ainda de acordo se disser que este conjunto de factores terá de ser tido em conta na nossa redefinição de pobreza.

Onde já nem todos concordamos, é na forma de agir perante esta redefinição da realidade.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sra. e Srs. Membros do Governo:

Nós entendemos que o cariz multi-factorial e por vezes multi-geracional da pobreza nos impõe uma actuação perante essa realidade também ela multi-facetada.

Só actuando sobre este conjunto de factores podemos minimizar as situações de pobreza, bastando, no entanto, persistir apenas um deles para que se perpetuem desigualdades mantendo as pessoas

"presas" a uma situação de pobreza, por vezes transmitida de geração em geração, criando-se autênticos ciclos viciosos.

Para nós, a luta contra a pobreza assume-se como uma mudança de atitudes.

Assim teremos de observar alguns aspectos fundamentais que são reconhecidamente decisivos para o sucesso de qualquer processo de mudança, nomeadamente:

- O nível de envolvimento do próprio em todo o processo desde a definição de objectivos, à sua implementação, passando pela definição de estratégias, metodologias e intervenientes;
- A disponibilidade de novos modelos que possam servir de referência;
- A disponibilidade de meios específicos que permitam a operacionalização da mudança;
- A qualidade da relação entre os diferentes intervenientes;
- A proximidade entre eles.

Dispondo desta informação foi para nós urgente rever a política de solidariedade social e aqui, assumidamente, nem todos estamos de acordo.

Em nosso entender foi fundamental que este processo de mudança de atitudes face à pobreza envolvesse 3 grupos distintos: As entidades oficiais, a comunidade e as pessoas em situação de pobreza.

Temos todos que deixar de pensar na pobreza como inevitável e algo que deve ou pode ser escondido, temos todos que deixar de sentir pena, indiferença ou repulsa pelas pessoas em situação de pobreza e temos todos que deixar de exhibir comportamentos que culpabilizem a vítima, promovam dependências ou perpetuem o estado das coisas.

Foi esta a principal mudança operada, com algumas consequências que gostaria de salientar:

- Abandonaram-se intervenções sectoriais normalmente implementadas de forma desarticulada e inconsequente, em benefício de medidas que contemplam uma visão global dos utentes;
- Passou-se de uma política assistencialista, limitada a distribuir verbas, para uma política que contemplasse uma contratualização com o utente tendo em vista o seu envolvimento activo na definição de objectivos e na execução das estratégias definidas;
- Abandonaram-se metodologias centralizadoras que assumiam as entidades oficiais como intervenientes exclusivos a favor da descentralização do processo de decisão, intervenção e acompanhamento das acções. A comunidade e o poder local, antes ignorados, passam a parceiros privilegiados, o que não só potencia a possibilidade de sucesso das acções como facilita a integração dos utentes na sua comunidade e permite rentabilizar recursos limitados, através de parcerias;
- Passou-se de uma política de intervenção predominantemente remediativa para uma política predominantemente preventiva que privilegia o desenvolvimento de competências pessoais e sociais possibilitando assim o rompimento dos ciclos de pobreza;
- Abandonaram-se estratégias que perpetuam a dependência nos serviços oficiais, nomeadamente na atribuição de subsídios, em benefício de medidas corresponsabilizadoras que promovem a autonomia, a autovalorização e a autodeterminação;

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sra. e Srs. Membros do Governo:

Em nosso entender, o Rendimento Mínimo Garantido traduz para a prática esta mudança de atitudes.

O Rendimento Mínimo Garantido materializa a preocupação de assegurar que as necessidades básicas dos mais desfavorecidos (que na sua grande maioria são crianças, idosos, mães solteiras e portadores de deficiência) sejam, na prática garantidas. No entanto não se limita a atribuir subsídios. Fá-lo, sempre que necessário, mas contratualiza também com o utente o seu envolvimento em programas de inserção que lhe permitam romper com o ciclo de pobreza. O utente passa assim, de recipiente passivo de subsídios a parceiro activo num contrato que tem por finalidade minimizar todos aqueles factores que, como já vimos, contribuem para perpetuar as situações de pobreza.

Os contratos de inserção têm assim objectivos múltiplos, desde logo:

Melhorar a capacidade de tomada de decisão e resolução dos próprios problemas, sendo este um processo centrado no utente e na comunidade;

Tomada de consciência e valorização, também por parte do utente e da comunidade, das capacidades reveladas pela pessoa em situação de pobreza e antes muitas vezes ignoradas;

Promover o desenvolvimento de competências pessoais e sociais que possibilitem ao adulto romper com ciclos de dependência, violência e autodesvalorização, enquanto que na criança actuam de forma preventiva criando hábitos de comunicação e de relação produtivos;

Proporcionar oportunidades de formação que possibilitem a aquisição de competências profissionais, o que em conjunto com outras medidas, já referidas, contribui de forma decisiva para melhorar a sua empregabilidade;

Promover a universalização da escolaridade obrigatória, e a ocupação orientada dos tempos livres das crianças e jovens;

Facilitar a integração e a plena participação das pessoas vítimas de situações de pobreza, na sua comunidade de origem devendo as acções contratualizadas decorrer nesse contexto.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sra. e Srs. Membros do Governo:

Se bem que esta seja, assumidamente, a nossa política e por consequência a nossa estratégia, o seu sucesso não depende exclusivamente dos seus defensores.

O sucesso do Rendimento Mínimo Garantido e consequentemente a erradicação da pobreza nos Açores passa por todos nós.

As Comissões Locais de Acompanhamento reúnem as pessoas que melhor conhecem a realidade local, que melhor podem ajuizar da oportunidade e da utilidade das medidas a propor e que melhor podem acompanhar e avaliar a sua implementação. É urgente que estas Comissões assumam a plenitude das suas funções.

É fundamental que assumamos também que esta não é uma mudança passível de concretização a curto prazo. Precisamos dar às pessoas tempo para adquirir novas competências, testá-las e generalizá-las de forma apoiada e orientada para que possam depois assumi-las de forma espontânea e autónoma. Na prática isto implica uma intervenção que se prolongue no tempo acompanhando pelo menos uma geração. Não podemos voltar a saltar de projecto em projecto. Temos que assumir esta prioridade, assegurar a continuidade das acções, investir na descentralização e consequente corresponsabilização das entidades locais e da comunidade em geral.

Esta é uma política capaz de produzir bons resultados. Existem já alguns dados que podem comprová-lo. É natural que existam ainda algumas dificuldades a corrigir. Cabe-nos a todos contribuir para erradicá-las.

A pobreza não é um problema dos outros, é um problema de todos nós. Deixemos de apontar o dedo e assumamos essa responsabilidade!

Tenho dito.

(Aplausos dos deputados da bancada do PS, dos Membros do Governo e dos Deputados José Decq Mota e Alvarino Pinheiro)

Presidente: Para uma intervenção, tem a palavra o Sr. Deputado José Decq Mota.

Deputado José Decq Mota (PCP): Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sra. e Srs. Membros do Governo:

Ao vir hoje a esta tribuna pretendo tratar algumas questões essenciais respeitantes a esta ilha do Faial, pela qual fui eleito como deputado e na qual subsistem problemas e situações que não podem ser ignoradas, minoradas, nem adiadas.

A ilha do Faial tem, como todos sabemos, uma excelente aptidão agrícola e pecuária, uma boa proximidade a zonas de pesca bem dotadas, um excelente porto natural e artificial, que para além do mais, possui uma Marina que recebe a escala anual de mais de um milhar de embarcações de recreio.

Nesta ilha existe também um aeroporto que está em expansão em função de uma recente mudança de orientação da ANA,SA; existem boas infraestruturas e um bom apetrechamento humano na área da saúde; as possibilidades de serem criadas boas condições de funcionamento para o sistema educativo são reais e os valores culturais são variados e importantes muito embora pareçam por vezes estarem um tanto adormecidos.

Esta cidade da Horta, que acolhe muito justamente a sede do Parlamento Regional desde há quase 25 anos, nasceu aqui no ligeiro anfiteatro que se desenvolve ao fundo da baía definida pela Espalamaca e pelo Monte da Guia e que é protegida de forma excepcional pela vizinha ilha do Pico.

O Canal Faial/Pico e a Baía da Horta criaram todas as condições necessárias para que surgisse um bom porto, porto esse que foi sustento da povoação inicial, que foi o suporte da Vila da Horta e que foi a principal razão para que essa Vila se transformasse na Cidade pequena, mas vivida e polifacetada, que a Horta hoje é.

Esta que é uma das nove ilhas dos Açores tem, como todas as outras, muitas características positivas, muitas potencialidades, mas tem também muitos problemas que limitam as potencialidades, que neutralizam as características positivas e que impedem ou condicionam o desenvolvimento.

Também como em todas as outras ilhas, muitas situações menos boas do presente têm como causas próximas, quer as erradas políticas feitas dentro de portas, quer as políticas regionais insuficientes, incoerentes e não planificadas que, de há mais ou há menos tempo, têm sido feitas.

Basta saber que as Câmaras Municipais da Horta dos anos 80 e 90, embora podendo utilizar fundos europeus, nada fizeram para lançar o saneamento básico numa cidade que o não tem, para se perceber que há graves erros internos que nunca podem ser esquecidos; basta lembrar pela milésima vez a situação deplorável das instalações do DOP ou o penoso processo da Escola Secundária que já vem do 4º Governo Regional para também se perceber que há graves erros regionais cometidos em relação a esta ilha.

Basta passar e passear nesta cidade da Horta, nas suas ruas principais, praças e jardins, para se perceber que a vontade de renovação, de embelezamento e de melhoria da qualidade de vida, têm andado a vaguear bem longe das preocupações dos nossos responsáveis locais; basta também, andar pela ilha, percorrer as freguesias e o interior, esquecer por um minuto os efeitos do sismo de 98 e verificar que tinham passado muitos anos sem que houvesse um verdadeiro processo de renovação, desenvolvimento e conservação da rede viária regional e da rede viária vocacionada para o apoio à actividade económica dominante que é a agro-pecuária.

No plano político esta ilha teve por muitos anos como representantes locais e como governantes locais, eleitos do PSD que, tudo o indica, sobrevalorizaram a sua capacidade de domínio e subvalorizaram a capacidade faialense de fazer outras escolhas. Essa situação inicial evoluiu para uma outra de preponderância do PS no poder local e de partilha da representação regional entre esses dois partidos.

No período forte do PSD pode afirmar-se que o processo de desenvolvimento do Faial foi sempre marcado pela tendência de fazer corresponder a algumas decisões positivas muitas outras de esvaziamento; no actual período ainda forte do PS, antes e depois de 96, essa regra tradicional não se alterou no fundamental, tendo embora algumas “nuances” a partir do momento em que a capacidade real de livre escolha dos faialenses se fez sentir, em finais de 97, quando determinou a entrada de uma terceira força política na Câmara Municipal - a CDU.

Essa capacidade de livre escolha dos faialenses manteve-se e acentuou-se nos 3 anos seguintes, e é por causa dela que hoje estou aqui para defender os Açores e para representar o Faial, como deputado do PCP eleito pela CDU.

Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Esta muito breve e resumida digressão por alguns dos problemas e realidades políticas do Faial são, na óptica do PCP, muito necessárias neste preciso momento.

Estamos em vésperas da discussão do Plano de Médio Prazo, sendo certo que o Governo Regional, tal como lhe compete, está neste momento a seleccionar os projectos que irão ser executados no próximo quadriénio e que irão, assim, dar corpo ao essencial do investimento público nesse mesmo período.

Todos sabemos que não basta um determinado projecto estar no Plano de Médio Prazo para se ter a garantia que vai ser executado no quadriénio a que diz respeito, mas também todos sabemos que, salvo situações muito excepcionais, qualquer necessidade de investimento público que não tenha cobertura pelos programas do Plano de Médio Prazo respectivo, não é mesmo executada nesse período.

É assim essencial fazerem-se boas escolhas e definirem-se justas prioridades, tendo simultaneamente em conta uma rigorosa perspectiva regional e a perspectiva correcta em relação a cada ilha.

É, entretanto, fundamental lembrar que, no que respeita ao investimento público e sendo os meios disponíveis limitados, há que os aplicar em tudo aquilo que, sendo necessário, seja, ao mesmo

tempo, verdadeiramente estratégico, isto é determinante para a afirmação do processo de desenvolvimento.

Foi na base deste entendimento que o Conselho de Ilha do Faial, no qual participo em função da prerrogativa estatutária que o permite, entendeu, na sua reunião de Novembro, dever enviar ao Governo Regional, um documento aprovado por unanimidade, no qual se definem os investimentos considerados estratégicos e essenciais para os próximos 4 anos.

Ao proceder assim o Conselho de Ilha prestou um bom serviço ao Faial, porque evidenciou um sentir geral, resultante do conhecimento da situação concreta, que dificilmente pode ser ignorado.

Antes, porém, de sublinhar aquelas questões que me parecem ser as primeiras de entre as principais, há uma questão que tem que ser, de forma simples e aberta, bem referenciada.

Como todos sabemos está em curso a reconstrução, processo que na vontade e na previsão do Governo, se irá desenvolver, depois dos primeiros dois anos e meio, ao longo dos próximos 4 anos.

Esse processo de reconstrução implica, para as ilhas do Faial e do Pico, um vultuoso investimento público, inerente quer à recuperação de uma elevada percentagem do parque habitacional, quer à reabilitação de muitos equipamentos de todos os tipos.

Esse elevado investimento, tendo que ser necessariamente feito num espaço de tempo muito curto representa um esforço orçamental importante que não pode ser evitado.

Mas se é verdade que não pode ser evitado, é também verdade que não pode servir de justificação para que não se promovam outros investimentos absolutamente estratégicos sem os quais estas ilhas não se podem desenvolver de forma adequada e equilibrada.

Para além da reconstrução, sobre a qual continuarei sempre, neste Plenário e na Comissão Eventual, a emitir todas as opiniões que me parecerem necessárias, a expressar todas as dúvidas que forem pertinentes e a apresentar todas as sugestões que correspondam à defesa dos interesses dos sinistrados, o Faial tem várias necessidades urgentes que não podem deixar de ser equacionadas e resolvidas no período desta Legislatura. Por serem as primeiras das principais, permitam-me que lembre uma vez mais o carácter inadiável da construção da nova Fábrica da Cooperativa Agrícola de Lacticínios e a construção da nova Escola Secundária.

A nova Fábrica é essencial à economia desta ilha, e é absolutamente determinante para que esse economia se possa desenvolver e contribuir para o progresso e equilíbrio social que é indispensável. Sem a nova fábrica, o retrocesso da agro-pecuária e da produção do leite é inevitável. O empobrecimento do mundo rural do Faial é incontornável e o enfraquecimento de toda a economia local seria notório e muito gravoso.

Tal como afirmamos na discussão do Programa de Governo, é absolutamente essencial haver um grande apoio, a nível regional, à agro-pecuária. Entretanto, nas nossas primeiras Jornadas Parlamentares, um painel muito representativo da lavoura do Faial apoiou essa perspectiva que implica necessariamente o completamento da rede industrial de transformação do leite em toda a Região em termos modernos.

Além do mais não há que ter dúvidas, pois a construção da fábrica da CALF é uma indispensável e inadiável mais valia para os lacticínios açorianos.

Assim o pensam os lavradores do Faial, que vieram no passado domingo em grande número a esta Assembleia participar na primeiras Jornadas do Grupo Parlamentar do PCP. Assim o pensamos nós. A nova Escola Secundária, há muitos anos destinada a ser construída no Pasteleiro, é essencial para um processo educativo que esta cerceado e limitado por um conjunto de edificios escolares para os 2º e 3º Ciclos do Básico e Secundário onde o que é mais novo é contemporâneo do meu já muito longínquo 5º ano do liceu.

Sem que a Escola, em sentido amplo, possa ter condições de afirmação e funcionamento, não é possível esperar aquilo que todos temos que querer e que diz respeito à elevação do nível educativo e à formação de uma juventude à qual a educação, o ensino e a formação profissional abrem as portas a um envolvimento social e a um papel na economia que nenhuma máquina e nenhuma teoria, por si sós, podem ter.

Não seria pensável que a construção da nova escola passasse para o quadriénio 2005/2009, porque se assim fosse estaríamos perante um caso de enorme gravidade.

Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Termino já, não sem que antes deixe mais um apelo no sentido de ser encontrada, definitivamente, a vontade política que ainda não se conjugou para que a Universidade dos Açores tenha instalações condignas no seu polo da Horta.

Já não estou, como é óbvio, a falar do Plano a Médio Prazo, uma vez que o essencial desse investimento não é regional, mas estou, como também é óbvio, a falar daquele outro "capital" que só aparece quando se quer, mas quando aparece é capaz de abrir todas as portas e que se chama vontade.

Se é certo que a parte maior do investimento na Universidade é nacional, não é menos certo que a parte maior da vontade tem de ser regional.

Tem que haver vontade real, concreta e não apenas virtual, nos órgãos decisórios da Universidade e no conjunto dos órgãos de Governo próprio desta Região.

Se essa vontade surgir e se afirmar; se a inteligência se sobrepuser a eventuais ideias pré concebidas; se o racionalismo prevalecer sobre interesses de outro tipo, não é possível imaginar que haja nos Açores quem não queira dotar o qualificado polo de investigação do mar que é o DOP das instalações que há muitos, muitos anos necessita de ter.

Se não for assim, então teremos que concluir que, infelizmente, existe um predomínio do que é medíocre sobre o que tem qualidade e esse facto não aceitarei e “não cantarei esse fado até que a voz me doa”.

Por tal, doa a quem doer, aqui estarei em defesa do Faial, sendo que a posição final a tomar pelo PCP em sede de aprovação do PMP, dependerá totalmente da avaliação rigorosa daquilo que é indispensável fazer nesta e nas restantes ilhas.

Tal como disse no encerramento do debate do programa do Governo se concluirmos que o Governo pode mas não quer então nunca poderemos apoiar essa falta de vontade.

Muito obrigado.

Presidente: Tem a palavra o Sr. Deputado Renato Leal.

Deputado Renato Leal (PS): Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sra. e Srs. Membros do Governo:

Sobre a intervenção do Sr. Deputado Decq Mota eu gostava de referir apenas o seguinte:

A “password” utilizada para me fazer participar no debate não deve ter sido a mais correcta, mas mesmo assim lá iremos.

Eu estava à espera que o Sr. Deputado Decq Mota, tal como eu, membro da Câmara Municipal da Horta, com mandato suspenso até ao dia 14 de Novembro deste ano, fizesse críticas à Câmara, da qual fui responsável pela sua gestão cerca de 11 anos, que não são inéditas, e era natural que as transferisse para esta Sala.

O que eu estava à espera era que o Sr. Deputado Decq Mota, sobretudo depois de ter tido uma intervenção muito viva e muito correcta pela comunicação social, na actividade autárquica, viesse defender o Faial naquilo que efectivamente o Faial mais precisa.

Em vez de tecer críticas — naturalmente aceito-as e já as aceitava quando participávamos nos plenários camarários — estava à espera que o Deputado Decq Mota, tão bem informado como costuma andar, me viesse ajudar hoje numa luta que eu julgo que é uma causa semi perdida.

Um dos maiores estrangulamentos da Câmara Municipal da Horta, existe há muitos anos e está hoje além, na Mesa, o Sr. Deputado Raúl Rego, que enquanto Director Regional da Administração Local e mais tarde Director Regional da Organização e Administração Pública, ouviu-me dizer isto muitas vezes. O Município da Horta, por via das transferências do Orçamento Geral do Estado é, na minha opinião e na daqueles que comigo estiveram, um dos mais prejudicados dos Açores, se não mesmo o mais prejudicado.

Se consultarem os dados que sobre esta matéria a Associação Nacional de Municípios tem vindo a disponibilizar, verificarão que houve municípios que subiram percentualmente de uma forma perfeitamente inexplicável, enquanto que outros não.

Se por via das transferências do que se chamava antes FEF e hoje FGM e FCM, o município é prejudicado, mais prejudicado é — e volto a repetir aqui uma ideia que defendi noutros círculos — quando por força da deliberação dos Presidentes das Câmara da Região Autónoma dos Açores, se resolveu indexar as transferências do PEDRAA II e agora do PRODESA, às transferências do então FEF e agora do FGM e do FCM.

Portanto, quem é prejudicado uma vez, volta a ser mais prejudicado quando se candidata a fundos comunitários, isto para já não falar apenas num dos programas que está à disposição da Câmara da Horta, quando há outras Câmaras que têm acesso a outros programas.

As notícias de hoje de alguns órgãos de comunicação social, são, do meu ponto de vista, mais uma grande facada nas aspirações do município da Horta.

Quando se anuncia que os aterros sanitários das Ilhas de São Miguel, Terceira e Pico vão ser apoiados financeiramente pelo Fundo de Coesão, é justo perguntar — e essa pergunta não a faço pela primeira vez, faço-a pela primeira vez aqui, mas sobre este assunto não é colocada pela primeira vez — se as outras Câmaras que aproveitaram por deliberação sua, no I e no II Quadro Comunitário de Apoio, como a Câmara da Horta que construiu o seu aterro sanitário e o inaugurou no dia 4 de Julho de 94, tendo sido ultrapassada pela Câmara da Calheta, que o começou mais tarde e acabou mais cedo? E as outras Câmaras que entretanto fizeram aterros sanitários?

Esta era uma das ajudas que eu estava à espera que o Deputado Decq Mota que me tem ajudado, não como deputado, mas como político noutras alturas, me viesse dar.

Quanto às outras questões, com o devido respeito, são política. Levaríamos aqui a tarde inteira a discutir o que foram as opções, o que não foram as opções, se foram mais correctas, se foram menos correctas.

Enquanto o Partido Socialista estiver à frente da Câmara da Horta, penso que será assim. Quando o Partido Comunista estiver, se um dia estiver, será de maneira diferente.

Porém, fica aqui uma observação: não foi preciso o Decq Mota e a CDU chegarem à Câmara da Horta, para nos preocuparmos com o saneamento básico. O que não tivemos foi a “mochila das patacas” como outros tiveram.

O que fizemos foram opções diferentes. Sobre esta matéria eu estarei disponível para participar no debate, mas, sinceramente, estaria muito mais interessado em preocupar-me com o que há-de vir para a frente, do que estar aqui a maçar os Srs. Deputados com questões que me parecem que são da 2ª Divisão de Honra, que é o poder local.

Deputado Victor Cruz (PSD): 1ª Divisão!

Presidente: Tem a palavra o Sr. Deputado José Decq Mota para esclarecimentos.

Deputado José Decq Mota (PCP): Muito obrigado, Sr. Presidente.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sra. e Srs. Membros do Governo, Sr. Deputado Renato Leal: Eu penso que a primeira grande crítica que me faz não foi, fundamentalmente, em relação a nenhuma das questões de fundo que coloquei em termos de necessidades de cobertura, de desenvolvimento estratégico do Faial.

Faz uma crítica de uma eventual omissão.

Eu, desde já, fico absolutamente satisfeito pela minha intervenção ter motivado a sua, porque assim, está levantada a questão, com grande intensidade, da fábrica da cooperativa, da mesma forma que está levantada a questão da Escola Secundária e a questão financeira do município. Questão esta levantada com o pormenor de quem conhece, mas que também omitiu alguns problemas, nomeadamente o estrangulamento financeiro ocorrido no ano de 99, que também ajudou a agravar essa situação financeira que o Sr. Deputado conhece muito bem, e eu também conheço com a necessária profundidade.

Podemos tirar uma conclusão:

Neste momento estão levantados três problemas importantes. Eu é que fiquei — e é esse o esclarecimento que eu também gostava de dar — sem saber se o Sr. Deputado Renato Leal considera estratégico que neste quadriénio se faça a Escola Secundária e se faça mesmo a fábrica da cooperativa. Eu fiquei com essa tremendíssima dúvida.

Em relação ao problema do saneamento básico eu gostaria muito de esclarecer um aspecto, ou seja, o que eu aqui coloquei foi que as Câmaras Municipais da Horta dos anos 80 e 90 — o Sr. Deputado Renato Leal assumiu a presidência da Câmara da Horta no começo dos anos 90 — de facto, nada fizeram para tratar em extensão e em profundidade, com as possibilidades que então existiram, o problema do saneamento básico, porque as anteriores Câmaras do PSD tal como as do PS, presididas pelo Sr. Deputado Renato Leal, também tomaram essa opção baseadas na ideia — e ouvi isso de várias pessoas e em várias ocasiões — de que uma cidade esburaca não dá votos.

Eu julgo que esta ideia não é absolutamente rigorosa, mas deixa uma herança tremenda para resolver, isto é, quando os furos totais começarem a rarear, vai ser muito mais difícil de encarar.

Acontece que, em relação a este problema, não só não se tratou daquilo que era necessário por baixo e que não se vê, mas infelizmente não se trataram de algumas outras coisas.

Eu gostava de frisar de forma muito forte que procurei fazer um enquadramento no plano regional que tornasse absolutamente claro que a capacidade de escolha dos faialenses que realmente existe, se pôde manifestar porque esse enquadramento ajudou a criar as condições para que se manifestasse.

Há uma evolução na vida política do Faial, em função das políticas feitas pelos senhores e feitas pelo PSD. É essa evolução que efectivamente se deu.

Para terminar, agradeço o vaticínio do Sr. Deputado Renato Leal, segundo o qual a CDU ainda terá maioria na Câmara Municipal da Horta. Será muito bom com certeza!

Muito obrigado.

Deputados Renato Leal e Vasco Cordeiro (PSD): Se...!

Deputado Francisco Sousa (PS): É preciso muitos votos!

Presidente: Tem a palavra o Sr. Deputado Renato Leal.

Deputado Renato Leal (PS): Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sra. e Srs. Membros do Governo:

Eu não ficaria bem com os meus botões se, estando aqui como deputado a tratar de questões passadas no poder local democrático — aquilo que eu penso e julgo que ninguém fica ofendido quando digo que é a 2ª Divisão de Honra — tivesse ainda que, com a presença dos Membros do Governo, defender questões que considero — e sobre essa matéria não vale a pena termos qualquer ilusão — tão importantes, como seja a fábrica de lacticínios e a escola e o complexo desportivo.

Nenhum dos Secretários Regionais me passou procuração sobre essa matéria e a seu tempo teremos oportunidade de falar sobre ela.

O Sr. Deputado Decq Mota comete uma pequena incorrecção e é pena que tenha que ser eu — o senhor comunista e eu socialista — a ter que defender o PSD.

O PSD da Horta, na década de 80, fez alguma coisa pelo saneamento básico. Tinha um projecto da autoria de um dos famosos engenheiros do Norte, o Engenheiro Valente, para a cidade da Horta, só que nunca o pôs em prática e por recomendação técnica, daquele que me parece ter sido um dos bons assessores técnicos que eu tive na Câmara Municipal da Horta, esse projecto que estava no piso da presidência, subiu mais um piso e foi para o arquivo morto. Portanto, está na Câmara da Horta, mas está em muito bom sítio.

Na minha gestão fez-se, ao contrário do que o Sr. Vereador Decq Mota diz, alguma coisa pelo saneamento básico.

O Sr. Vereador Decq Mota cometeu aqui uma pequena incorrecção, quando falou em saneamento básico...

Presidente: Srs. Deputados, permitam-me que eu faça aqui...

O Orador: Não, é que é importante dizer isto!

Presidente: Mas o Sr. Deputado já está a chamar vereador ao Sr. Deputado José Decq Mota e realmente está a transformar-se num debate autárquico.

Eu queria que regressássemos ao Parlamento e aos Srs. Deputados.

O Orador: Peço desculpa. Força do hábito e da cordealidade que conseguimos manter ao longo deste tempo.

O Sr. Deputado Decq Mota quando se referiu ao saneamento básico, estava a referir-se apenas a uma das vertentes do saneamento básico e nessa não há realidade virtual, não há Internet que me consiga salvar dela.

O senhor está a referir-se à omissão no que diz respeito às águas residuais e posso dizer-lhe que na Rua Cônsul Dabney, quando eu julguei que a Câmara da Horta ia ter muito dinheiro, está enterrado um colector, porque quando se esventrou a rua, eu pensei e fui aconselhado no sentido de implementar essa ideia, lançar a primeira fase dessa área importante do saneamento básico, porque a nível de recolha de águas domésticas, de protecção a nascentes, de enterramento de quilómetros de tubos e de canos das mais variadas dimensões, nunca ninguém passou pela Câmara da Horta que tivesse deixado tanto quilómetro como na minha gestão.

Fizemos também o aterro sanitário e sobre a recolha selectiva de resíduos sólidos urbanos, não fomos pioneiros, mas efectivamente a Câmara da Horta tem vindo a fazer um trabalho que ultrapassa aquilo que está dentro das suas possibilidades.

O exemplo que temos junto da rampa norte desta Assembleia, de um contentor de polítileno de 800 litros rachado e tombado, é apenas prova da falta de brio de alguns responsáveis por esta área a nível funcional, porque já lhe foi chamada a atenção para corrigir tão mau exemplo do que efectivamente sobre esta matéria a Câmara da Horta tem vindo a fazer.

Tenho dito.

Presidente: Tem a palavra o Sr. Deputado José Decq Mota para falar sobre a autarquia local.

Deputado José Decq Mota (PCP): Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sra. e Srs. Membros do Governo, Sr. Deputado Renato Leal:

Eu não vou alimentar nenhum debate autárquico. Tivemo-lo, de facto, na Câmara Municipal há alguns meses.

Infelizmente, alguns eram mais aprofundados do que outros, mas felizmente depois de 98 os debates naquela autarquia foram sempre mais aprofundados, mas não vou entrar nisso, porque não é matéria que aqui se deva trazer.

Entretanto, gostaria de sublinhar a minha plena satisfação pelo facto da minha intervenção, que me parece ser importante em relação ao presente e ao futuro desta ilha e resolução de alguns dos seus problemas, ter suscitado uma posição de um deputado da maioria, que veio demonstrar e ajudar a demonstrar, que os problemas são mais do que aqueles — eu não quis ser exaustivo — que realmente enunciei e têm uma natureza profunda, porque têm a ver com problemas de âmbito financeiro e carecem de facto de muita atenção.

Dentro do equilíbrio regional que as coisas têm que ter, deixo, de facto, o voto que quando discutirmos em concreto estes problemas, se possa ir de encontro às soluções encontradas.

Gostava apenas de frisar uma vez mais, que aquele conselho de ilha que aprovou o documento que eu referi, aprovou-o de facto por unanimidade, o que mostra que as coisas são muito sentidas, mas a vida já demonstrou que há que lutar por elas.

Muito obrigado.

Presidente: Tem a palavra o Sr. Deputado Costa Pereira para prestar esclarecimentos.

Deputado Costa Pereira (PS): Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Só duas notas:

A primeira para referir — e também não querendo alargar aqui a questão autárquica — que é necessário que não fiquemos com a ideia de que aquilo que não foi feito pela autarquia da Horta, no Faial, se deve, unicamente, aos problemas das transferências e às formas utilizadas para essas transferências. Eu acredito que isso é uma parte da justificação, mas isso não justifica tudo.

Obviamente, houve dinheiro gasto em outras opções, se calhar houve também algum dinheiro que não foi correctamente gasto e é por isso que não há saneamento básico nesta cidade.

Por isso, muito do que não se fez nesta cidade, deveu-se à falta de investimento do poder regional, mas também às omissões da Câmara Municipal.

Por outro lado, e esta é a segunda nota, gostaria de dizer que há um grande consenso no Faial. Basta ver os compromissos e as propostas eleitorais dos partidos concorrentes, para verificar que há uma grande unidade à volta das principais opções e das principais prioridades daquilo que deve ser feito no Faial. Elas não são prioridades de ninguém, nem a sua defesa resultou do especial trabalho de alguém em particular.

A reconstrução, o DOP, a CALF, a nova Escola Secundária e eu acrescentaria o equipamento cultural, fundamental, que o Faial ainda necessita (a recuperação da Casa Grande e o Arquivo da Horta), tudo isso foi defendido por todos os partidos durante a campanha eleitoral, foi objecto de um parecer unânime do Conselho de Ilha e não é propriedade de ninguém. Nós ficamos à espera da resposta do Governo a estas prioridades que o Faial necessita e que resultam da necessidade do investimento regional e da unanimidade desta ilha.

Presidente: Tem a palavra o Sr. Deputado José Decq Mota.

Deputado José Decq Mota (PCP): Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Deputado Costa Pereira:

Há um ponto muito importante que eu gostaria que ficasse totalmente claro.

Efectivamente, se o que disse se dirigia a mim ou à força que eu represento, não há ninguém que seja proprietário de nada. Agora, há uma realidade que alterou as coisas em 1997 e tem a ver com a correlação de forças políticas nesta ilha, em função da insatisfação das pessoas, face às soluções que vinham de trás, quer de um, quer do outro partido.

Houve uma alteração na correlação de forças e essa alteração recoloca os problemas e faz com que as várias forças políticas tenham que ter reposicionamento em relação aos problemas. Tenham que ter outras propostas, tenham que ter novas propostas. Ninguém tem propriedade de nada e todos lutamos, convergentemente, e se não tivesse havido esta evolução, as coisas não estavam neste ponto.

Isto tem que ficar muito claro, porque é esta evolução que alterou a situação que havia, que se vinha desenvolvendo no Faial e que estava a levar a uma paralisia crescente desta ilha em muitos aspectos.

Muito obrigado.

Presidente: Tem a palavra o Sr. Deputado Renato Leal.

Deputado Renato Leal (PS): Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sra. e Srs. Membros do Governo:

A participação no debate do Sr. Deputado Costa Pereira, também ele ex-vereador da Câmara Municipal da Horta,...

Deputado Alvarino Pinheiro (PP): Falta só o PP!

O Orador: ... veio trazer a última côr que faltava a este debate triplo.

Não vou entrar nas questões políticas. Há questões que já tive oportunidade de trocar impressões com o Sr. Deputado Costa Pereira, na altura certa, sobre o saneamento básico. Andemos para a frente.

No entanto, gostaria de deixar aqui uma nota da qual não me envergonho, nem os socialista que estiveram comigo ao longo dos meus três mandatos.

A Câmara Municipal da Horta deve ser, porventura, a câmara municipal dos Açores que tem menos trabalhadores, digo, operários, em situação precária a trabalhar para o município.

Essa é uma opção consciente que contraria todas as boas normas de determinado tipo de divisão económica.

Penso que hoje, na Câmara da Horta, não deve haver, entre funcionários e operários, mais de duzentos ao todo e julgo não mentir se disser que não haverá mais de uma dúzia com contrato a termo certo.

Enquanto que outras câmaras beneficiaram de programas como PROSAs e MEFÉ, a Câmara da Horta foi sempre pouco contemplada nessa matéria e uma das críticas que os técnicos da Administração Regional, designadamente, da Direcção Regional de Organização e Administração Pública, nos faziam, era os elevados encargos que a Câmara da Horta tinha com as despesas correntes e que nos últimos anos ultrapassava os 60%.

Essa foi uma das opções assumidas por todos os que suportaram as maiorias e sempre estivemos na Câmara da Horta com maioria, para conferir mais segurança, mais estabilidade, não só aos operários, mas também às suas famílias.

Obrigado.

Presidente: Srs. Deputados, estou certo de que sentiram a falta de uma intervenção de um único deputado do Faial que não é, nem foi vereador da Câmara.

Assim sendo, vamos fazer um intervalo às 18 horas.

(Eram 17 horas e 25 minutos)

Presidente: Srs. Deputados, vamos retomar os nossos trabalhos.

(Eram 18 horas e 15 minutos)

Para uma intervenção tem a palavra o Sr. Deputado Joaquim Machado.

Deputado Joaquim Machado (PSD): Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados:

A alteração de valores sociais e morais, que tanto caracteriza o nosso tempo, tem posto a perder muitos hábitos e costumes, inclusivamente nas nossas ilhas. Todavia, há tradições que o correr do calendário e os impulsos consumistas, moldados por eficientes campanhas de marketing, não foram ainda capazes de alterar, por altura do Natal. Podemos mesmo dizer que a tradição ainda é o que era, quando se trata da singela manifestação de inocência e bondade de escrever ao Menino Jesus. E sublinho ao Menino Jesus, por duas ordens de razão. A primeira, porque o simpático velhinho da Lapónia é cada vez mais e mais cedo uma personagem de fixação, cujo encanto e segredo acaba

numa ida ao hipermercado. A segunda, porque sendo mais genuína e convicta, é também um recurso para quantos deixaram de acreditar na capacidade realizadora dos homens.

Foi precisamente isso que aconteceu com a pequena Catarina, aluna da EB Roberto Ivens que dirigiu ao Menino Jesus esta carta, lida na festa daquela escola e que com a devida vénia passo a ler:

“Ponta Delgada, 15 de Dezembro de 2000

Meu querido Menino Jesus:

Em primeiro lugar, quero pedir-te desculpas por te vir incomodar a esta hora. Às tantas, como ainda és bebé, ainda estás dormindo... mas agora pronto.

Este ano decidi escrever-te. Normalmente as minhas cartas vão direitinhas ao Polo Norte, onde vive o teu amigo Pai Natal. Tenho sempre muitos pedidos para lhe fazer: aquelas coisas do costume, os brinquedos de que gosto tanto, mas de que me canso tão depressa, as roupas que passam de moda antes de me deixarem de servir, enfim...

Este ano decidi que tudo ia ser diferente e venho pedir-te para ajudares uma doentinha. Esta doentinha não é gente, mas é muita gente. É a minha Escola.

A escola que vai deixar de ser minha no próximo mês de Julho. Gosto muito da minha escola. Nela tenho os meus amigos e passo muitas horas por dia. Nela aprendo muitas coisas e, como tu, "cresço em graça e sabedoria".

Mas, Menino Jesus, a minha escola está muito doente e nós não sabemos o que lhe havemos de fazer. Já corremos muitos médicos: o senhor presidente do governo, o senhor secretário da educação, o senhor director regional disto, daquilo e daquele outro. A resposta é sempre a mesma: temos que esperar, esperar, esperar...

Mas, Menino Jesus, já estamos à espera há tanto tempo... e a nossa escola está cada vez pior. Os remédios e os tratamentos que lhe têm receitado não têm resultado. Fazem-lhe um curativo no telhado, mas continua a chover dentro, põem-lhe ligaduras nos buracos, mas ao lado aparecem buracos novos. Já lhe fizeram vários implantes: implantaram-lhe salas no meio dos nossos recreios, mas continuamos com falta de espaço. Ela já tomou várias latas de tinta, para ver se ficava com melhor aspecto, mas as paredes continuam escuras e os corredores apertados.

Apesar de estar tão doente não lhe dão descanso e todos os anos tem que tomar conta de muitos meninos. Alguns são bem comportados e nem lhe dão muito trabalho, mas outros... nem precisava de te dizer, porque daí de cima vêes tudo. Partem, destroem tudo e assustam os colegas mais novos. Alguns ficam com muito medo e deixam de gostar da escola, que não tem culpa nenhuma.

O que tem valido à nossa escola é que ela tem estado ligada às máquinas. E nisso, não é para me gabar, temos as melhores máquinas do mundo: o conselho executivo, os professores, os funcionários... Todos, cada qual no seu lugar e à sua maneira, mantêm esta escola a respirar. O pior é que os médicos, vendo-a respirar tão bem, até acham que a escola nem está tão mal como isso.

O que eles não sabem é que as máquinas estão a ficar fartas e cansadas e, de vez em quando há curto-circuitos, irritações, zangas, quezílias, coisas de quem está a perder a paciência,

A minha carta já está tão grande e eu nem te pedi nada ainda. A verdade é que eu nem sei bem o que te hei-de pedir. Não sei se é assim que se diz, mas a minha escola precisa, urgentemente de uma "cirurgia reconstructiva" que a deixe toda novinha, com boas cores e respirando saúde em espaços amplos e claros. Tenho a certeza de que seríamos muito mais felizes e, todos juntos, de mãos dadas, seríamos a melhor escola do novo milénio.

Recebe um grande beijinho da tua amiga

Catarina

PS: Mas rápido, Menino Jesus, antes que ela entre em coma.”

Disse.

Vozes dos Deputados da bancada do PSD: *Muito bem! Muito bem!*

(Aplausos dos deputados da bancada do PSD e do Deputado Paulo Gusmão)

Presidente: Tem a palavra o Sr. Deputado José do Rego.

Deputado José do Rego (PS): Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Só para dar uma esclarecimento ao Sr. Deputado Joaquim Machado, que já tem conhecimento que já foi aprovado um Programa funcional para a Escola Roberto Ivens.

É uma escola que tem problemas, mas não são de hoje. Ela já tem problemas do passado. Eu fui aluno, fui professor dessa escola, portanto, conheço muito bem a situação da Escola Roberto Ivens.

No presente ano, contamos elaborar o projecto para a referida escola no sentido de satisfazer não só a Catarina, mas também os que virão para a Roberto Ivens nos próximos anos.

Todavia, sabemos que não é um problema fácil, dado que as instalações escolares de Ponta Delgada estão superlotadas e há necessidade de saber como colocar em condições, ditas, razoáveis, os alunos que hoje frequentam e os que irão frequentar no futuro a Escola Roberto Ivens.

Algumas remediações serão feitas ao longo deste ano lectivo, no sentido de eliminar alguns dos riscos que a escola tem, que teve no passado e esperamos que no futuro não os tenha.

Provavelmente não poderei afirmar que no próximo ano a escola entre definitivamente em obras, mas em 2002 é certo que a escola será uma escola nova, não com remendos como tem sido feito no passado por outros governos, não foi só pelo governo do PS, mas uma implantação nova nas instalações traseiras da escola, ficando a parte actual da frente do edifício da escola para serviços administrativos, cantina e apoio a alunos.

A escola degradou-se não só nos seus aspectos físicos, mas porque hoje a escola que se quer não é uma escola do passado. A escola serviu para eu estudar, para eu trabalhar, mas hoje, quer pelos pais, quer pelos alunos, as exigências são cada vez maiores.

O crescimento da própria cidade de Ponta Delgada e a poluição sonora que se faz junto da praça, implica que alguns espaços que hoje são salas e que eram consideradas salas de aulas dignas, tenham que ser desactivadas para outras funções que não as que têm sido no passado e no presente. Tenho dito.

Presidente: Tem a palavra o Sr. Deputado Joaquim Machado.

Deputado Joaquim Machado (PSD): Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

A tentativa de explicação aqui trazida pelo Sr. Deputado José do Rego é, de facto, só de uma tentativa, porque aqueles que estão menos identificados e dispõem de menos informação relativamente àquilo que é o projecto do Governo Regional para esta escola, poderia levá-los a concluir de que tudo está bem e ficará bem rapidamente na Escola Roberto Ivens.

De facto, os problemas não são de hoje, não são de ontem, são dos últimos 4 anos e vêm mais detrás.

O que é evidente é que nos últimos 4 anos não foi feita nenhuma intervenção estrutural na escola e, como tal, é evidente que a própria utilização e sobre-utilização tem agravado a situação precária que a escola tinha, tem e vai continuar a ter neste ano lectivo e no próximo.

Sendo certo que mesmo cumprindo-se o que está previsto na Carta Escolar, só em Setembro de 2003, é que a aquela escola poderá voltar a funcionar se, entretanto, o Governo Regional for capaz, e se encontrar os meios operacionais no mercado local, de realizar umas obras com a envergadura que diz pretender fazer num ano, o que eu, infelizmente, não acredito que vai acontecer.

Isto significa que só no ano lectivo de 2004/2005, aquela escola poderá começar a funcionar em pleno, sendo certo que entretanto a situação de sobrelotação que se vive na Roberto Ivens podia e devia ter sido obviada com uma prioridade diferente ao nível da Carta Escolar para a Escola da Levada, que poderia desanuviar e até libertar a totalidade do espaço daquela escola, para a intervenção estrutural que ela de facto requer, tendo em conta que durante mais uma ano lectivo completo e este que ainda tem dois terços para percorrer, vamos continuar a ter cerca de 1100 alunos e 100 professores a trabalhar numa escola que é de alto risco em caso de incêndio ou de sismo, já para não falar na falta de condições pedagógicas e funcionais daquele estabelecimento.

Presidente: Tem a palavra o Sr. Deputado José do Rego.

Deputado José do Rego (PS): Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

No que concerne à escola ser feita num ano, eu não afirmei isso. Disse que as obras iriam começar em 2002, o que seria necessário fazer-se o projecto. Não havendo projecto é necessário fazê-lo.

Quanto a não ter havido intervenção na escola nos últimos 4 anos, não é verdade, porque sabe perfeitamente que há cerca de 3 anos houve aquela polémica na zona da cantina e foi este Governo que interviu na zona da cantina da escola. Portanto, não deve ter estado a par do que se tem feito lá. Eu reconheço que não foi suficiente, mas foi feita alguma intervenção na própria escola.

Quanto às prioridades, elas são suas em termos de uma escola ou de outra. A minha prioridade, para já, e a deste Governo, será a de retirar alguns alunos da Roberto Ivens, de modo a que ela não fique com o número de alunos que tem hoje, ou seja, cerca de 950 alunos. No próximo ano lectivo eles serão distribuídos por outras escolas da cidade.

No ano 2002 iniciar-se-á com um projecto fundamentado e não com intervenções que, como já vimos pela própria carta da Cataria, não satisfazem a própria escola, nem a comunidade escolar.

Presidente: Tem a palavra o Sr. Deputado Joaquim Machado.

Deputado Joaquim Machado (PSD): Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

De facto, o Sr. Deputado José do Rego pouco acrescentou, sendo certo que interpretou indevidamente aquilo que eu disse.

O que afirmei e reafirmo é que nos últimos 4 anos não se verificou nenhuma intervenção estrutural naquela escola. De facto, o que foi feito na zona da cantina foi a colocação de um telheiro que permite aos alunos esperarem, menos expostos à chuva, pela sua vez de entrarem na cantina e tomarem a sua refeição. Quanto ao resto, não houve mais nenhuma intervenção, nem estrutural, nem de outra natureza, obviamente dispensando aqui a consideração que é pegar numa trincha e pincelar um corredor.

Falta fazer o projecto, mas sendo certo que já em Janeiro de 2000 o Governo Regional fez publicar a Carta Escolar e considerando os prazos de intervenção e a precariedade daquelas instalações, é naturalmente permissível eu fazer aqui a consideração de que o projecto já devia estar feito.

Devia-se ter planificado atempadamente essa intervenção, nomeadamente naquilo que diz respeito ao próximo ano lectivo em que eventualmente a população escolar pode vir a ser distribuída e eu fico agora mais preocupado, porque ouvi que ia ser distribuída por outras escolas da cidade, sendo certo que daquele nível de ensino, apenas a Canto da Maia funciona neste momento e também ela já tem uma população estudantil muito para além do que era desejável e do que ela própria suporta. Portanto, essa solução que se parece desenhar, vem comprovar uma falta de planificação, uma falta de estratégia ao nível de intervenção do Governo Regional na área das infraestruturas escolares.

Presidente: Tem a palavra o Sr. Deputado José do Rego.

Deputado José do Rego (PS): Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Quando se afirma que a Roberto Ivens, nos últimos 4 anos se degradou, eu quando intervi há pouco disse que a situação era conhecida de todos nós desde o passado, desde aqueles que frequentaram lá a escola industrial e comercial, desde os que foram lá professores como escola preparatória, como deve ter sido o caso do Sr. Deputado.

As instalações não se degradaram. O que houve foi uma exigência cada vez maior de melhores escolas para os nossos alunos e outras circunstâncias que têm a ver com a localização da própria escola que, a meu ver, é óptima, porque não podemos tirar as escolas do centro da cidade, porque a cidade tem que viver com as escolas e não criá-las só nos extremos ou nas localidades como têm sido às vezes implantadas.

Quanto à distribuição pelas escolas da cidade, não se preocupe, porque há alunos que não são da cidade. Sabe perfeitamente que os alunos da Relva e de outras áreas da costa sul, frequentam a Canto da Maia.

Portanto, vão ser estudadas as hipóteses de redistribuição dos alunos nas escolas de Ponta Delgada.

Presidente: Para uma intervenção tem a palavra o Sr. Deputado Paulo Gusmão.

Deputado Paulo Gusmão (PP): Sr. Presidente da Assembleia Legislativa Regional dos Açores; Sras. e Srs. Deputados; Sra. e Srs. Membros do Governo:

Ontem falamos de desratização. Hoje vamos falar de "dessocialismização" — o termo até custa.

Ontem ouvimos a Senhora Secretária para as questões do planeamento familiar dizer que o problema dos ratos aguarda a mudança de mentalidades. Hoje vamos duvidar da possibilidade de mudar mentalidades, pelo menos de ratos, e já agora, dizer por graça, que nem os ratos estão disponíveis para as suas teorias de educação sexual e afins.

(Risos dos deputados da bancada do PSD)

Ontem esta Câmara sofreu com a Senhora Secretária quando nos foi revelado que as mentalidades do nosso povo não se mudam de um dia para o outro. Conhecendo as mentalidades do nosso povo e

conhecendo as mentalidades da Senhora Secretária e do Governo, hoje quero aqui dizer, a esta mesma Câmara, bem bom que assim é. São séculos de formação nos valores em que assenta a nossa sociedade. Graças a Deus que as mentalidades não se mudam por decreto. Felizmente só uma minoria pseudo intelectual urbana segue as esquerdices com que os senhores teimam em pintar os Açores.

(Risos dos Membros do Governo Regional)

O regional socialismo, cópia caseira do nacional socialismo de Guterres, em que já nem o Primeiro Ministro consegue ter mão, é o digno embaixador nos Açores das novas correntes de destruição da família. Das uniões de facto entre homossexuais ao aborto; da liberalização da droga à desumanização das cidades; para todas elas contribui o regional socialismo que se passeia tranquilo como se trouxesse algo de bom aos Açores.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados:

O regional socialismo apregoa a solidariedade, mas pratica a precariedade.

O Senhor Presidente do Governo Regional dos Açores, em carta enviada aos eleitores açorianos, em Outubro passado, relatava no 6º parágrafo que foi com este governo que aumentaram as pensões. Não bastando, concluía, nessa mesma carta, queremos continuar a obra feita". Apesar de todos sabermos que a obra nem sequer foi feita pelo governo, cada açoriano tem hoje razões acrescidas para acreditar no velho ditado: "se queres estar como estás, acredita em Frei Tomás."

Mesmo assim o PS para tudo se refugia no voto da esmagadora maioria dos açorianos para ter razão onde razões não existem.

Estranhas contas tem esta gente para transformar 50.000 almas em esmagadora maioria de 190.000 açorianos inscritos.

Aliás, se dúvidas houvessem de que as teorias socialistas estão longe de representar o pensamento do nosso povo, bastava lembrar o resultado dos referendos na Região.

Até mesmo aos 50.000 que são apoiantes de camisa e coração, é caso para alertar a cada um: "Escolhes Barrabás, mas nem sabes o que ele faz."

O PS iludido com as multidões que acorrem aos concertos, julga-se o detentor da verdade.

Deputado Dionísio Sousa (PS): Não. É só da maioria!

O Orador: Esquece-se que a base ideológica em que os seus eleitores votam reduz-se à moda da camisa do coração, onde a única mensagem escrita que representa as ideias do PS para os Açores, variam apenas entre médio, L, XL, e XXL.

(Risos do Deputado Dionísio Sousa)

Aliás, o eleitor típico do Partido Socialista tem como grande questão política de futuro para os Açores esperar pelo fim do mês na assistência, com a vantagem de ter o dia todo livre para debater esse tema com outros heróis da terra que fogem do trabalho como o diabo da cruz.

Nem sequer se trata de dizer que o rendimento mínimo garantido está a ser mal aplicado. Pela minha parte, tenho a coragem de afirmar publicamente que qualquer rendimento tem de ter por contrapartida, pelo menos, a vontade de querer produzir. O direito ao trabalho mínimo garantido é muito mais nobre do que a demagogia de, em nome da solidariedade, promover a malandrice.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados:

Ontem falamos de mentalidades, hoje vamos falar de esclarecimento. Há 50.000 homens e mulheres que vêem os seus filhos anos na escola sem chegar a aprender a escrever uma frase com menos de um erro por palavra e mesmo assim deixam-se iludir pela caravana dos "Van Angelis".

Há 50.000 homens e mulheres que vêem a insegurança alastrar-se nas nossas vilas e cidades, e mesmo assim continuam a acreditar em Frei Tomás.

Há 50.000 homens e mulheres que assistem ao passivismo da terceira via, versão caseira e ensonados com o tédio que este governo nos oferece, arriscam-se a pôr a cruz no partido da mão fechada.

O Governo quer mudar mentalidades. O tempo é de fazer esclarecimentos.

Talvez os 140.000 que não fazem parte da vossa esmagadora maioria sejam mais conscientes.

Deputado Dionísio Sousa (PS): Essa é a minha luta!

O Orador: Os socialistas teimam em aprofundar a democracia do pastel. Reúnem, debatem, inventam soluções de última hora, dizem dialogar, mas na prática nada decidem. Cometem os erros que criticavam no passado, apenas com uma diferença: normalmente com menos engenho.

Deputado Dionísio Sousa (PS): Essa é a minha luta!

Presidente: Tem a palavra a Sra. Secretária Regional dos Assuntos Sociais.

Secretária Regional dos Assuntos Sociais (Fernanda Mendes): Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Ontem, eu indirectamente falei de mentalidades. Nunca usei essa palavra, mas com certeza que falei de mentalidades.

A pergunta que faço ao Sr. Deputado Paulo Gusmão é o que é que ele pretende, quando diz que hoje fala de esclarecimentos?

É para manter a mentalidade ou é para mudar?

Porque esclarecimentos para não mudar nada, então mais vale ficar calado.

Presidente: Tem a palavra o Sr. Deputado Francisco Barros.

Deputado Francisco Barros (PS): Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sra. e Srs. Membros do Governo, Sr. Deputado Paulo Gusmão:

Eu devo confessar que quando V. Exa. começou a falar, passou-me algo pela cabeça e, no momento, pareceu-me que teria entrado aqui V. Exa. de sobrecasaca e jaqueta, envergando uma bengala com punho de prata e, tendo tirado da digníssima cartola para se dirigir a esta Câmara, faltam-lhe as suíças e as barbas para ficar a imagem perfeita daquele personagem de ficção magnífica que Eça de Queirós deu à pena, sob o nome de Conde de Abranhos.

Devo confessar-lhe que se não tivéssemos entrado já no novo milénio, ao dizer-me que estava no novo milénio, eu tinha ficado perfeitamente convencido que estava a ouvir um discurso de alguém que já no Séc. XIX poderia ser considerado, eventualmente, reaccionário.

V. Exa., de repente, começa a falar em educação sexual, em uniões de facto.

V. Exa. tem alguma coisa contra a educação sexual ou prefere o sexo deseducado? É isso?

Não sei. Eu fiquei na dúvida, essencial e metafísica, se pretende distribuir preservativos a morganhos ...

(Risos dos Deputados da bancada do PS)

(Aplausos dos Deputados da bancada do PS)

O Orador: ... ou se também é contra a distribuição de preservativos?

Depois, de um momento para o outro, V. Exa. revela ares tão doutos, por vezes – peço desculpa, não lhe quero chamar ignorante — de uma falta de cultura e de informação atroz.

V. Exa. fala de regional socialismo e faz analogia com nacional socialismo. Quero informá-lo que nacional socialismo é uma doutrina que eventualmente está muito mais perto de V. Exa. do que desta bancada.

Deputado Vasco Cordeiro (PS): Muito bem!

(Aplausos dos Deputados da bancada do PS)

O Orador: Agradeço que não mantenha nem tire conclusões a esse respeito.

Para além disso, de repente V. Exa. começa a falar na destruição da família. Misericórdia!

Esqueceu-se, se calhar por falta de tempo, de dizer que íamos comer criancinhas ao pequeno almoço, mas ainda vai a tempo. Emende o seu discurso, Sr. Deputado, que ainda está a tempo de colocar essa frase.

Voltando à analogia do Conde de Abranhos, a páginas tantas, por causa da questão dos malandros que ficam à espera do fim do mês, há cerca de 60% de malandros que são crianças. O Sr. Deputado estava a referir-se aos beneficiários do Rendimento Mínimo Garantido, mas de acordo com os últimos dados, cerca de 60% desses beneficiários ou são pessoas com mais de 65 anos ou crianças com menos de 16 anos.

Se V. Exa. pretende, eventualmente em nome da economia do mercado, promover o trabalho infantil, fica-lhe muito bem esse sentimento, mas não é essa a nossa política.

Para terminar, V. Exa. com toda essa malandrice e voltando novamente à personagem de ficção Querosiana — agora que estamos no aniversário de Eça de Queirós, é bom trazê-lo para esta Casa — só faltou propor aquilo que ele chegou a propor na Assembleia, tendo em conta os mendigos e indigentes. Ele dizia, não me recordo de cabeça, como é evidente, mas a ideia é mais ou menos esta: Andar na rua e ver pobres! — que coisa trágica. Crie-se um asilo, onde devidamente fechados da comunidade púnhamos lá essa gente, mas não entre para lá quem caiu em situações de miséria por causa do deboche, eventualmente, se calhar por causa das uniões de facto que V. Exa. tanto se preocupa, ou do alcoolismo ou de subversão da ordem pública.

Não. Vai para o asilo fechadinho, com uma côdeazinha de pão, também não convém engordar muito, para depois não ocupar muito espaço, mas com o certificado da paróquia ou da autoridade a dizer que aquele senhor não cometeu nenhum delito que tenha causado a situação de indigência.

Se é isso que V. Exa. prefere e advoga, ficam-lhe muito bem esses sentimentos. Dou-lhe os meus parabéns e dou também os parabéns, porque as 50 mil almas ou as 200 mil almas, como V. Exa. referiu, será a população — eu não percebi bem, porque V. Exa. num momento fala em 200 e depois em 50 mil, mas enfim, são questões de números — que o procede nesta altura, terão bebido sabiamente os seus conselhos.

Muito obrigado.

(Aplausos dos Deputados da bancada do PS)

Presidente: Tem a palavra o Sr. Deputado Paulo Gusmão.

Deputado Paulo Gusmão (PP): Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo, Sr. Deputado:

Quanto a ignorância, devo confessar que todos nós temos um pouco. Neste momento, eu tenho uma que é não saber o seu nome e não me poder dirigir a si nesse sentido. Mas de qualquer forma, quero-lhe dizer que, em termos de cartolas, quando eu falei em regional e em nacional socialismo, fi-lo apenas, como é óbvio, com o sentido de distinguir o socialismo no País e o socialismo na Região.

Deputado Vasco Cordeiro (PS): Que inocência!

O Orador: Em termos de cartolas, cada um toma as que quer!

Sra. Secretária, gostaria também de concretizar aquilo que disse ao longo da minha intervenção.

O esclarecimento que eu quero que seja feito, vai de encontro aos eleitores que eventualmente costumam votar no vosso partido, para que ponham mais consciência na sua mentalidade e façam disto um esclarecimento, porque entre a mentalidade deles e o esclarecimento que se pode fazer, pode ter a certeza que se assim fosse, não estavam os senhores a rir-se com maiorias, nem sem maiorias.

Presidente: Tem a palavra o Sr. Secretário Regional Adjunto da Presidência.

Secretário Regional Adjunto da Presidência (Francisco Coelho): Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sra. e Srs. Membros do Governo, Sr. Deputado Paulo Gusmão:

A minha intervenção é muito rápida e apenas, de forma sincera, para agradecer a sua intervenção.

Eu julgo que a sua intervenção foi extremamente importante, porque estamos numa democracia e é bom que os representantes eleitos defendam, aberta e frontalmente, as suas posições e as suas ideias. V. Exa. fê-lo com muito entusiasmo e com muita convicção. É certo, com pouca habilidade, mas isso é útil.

É útil que nós saibamos e que os açorianos saibam, o que é que alguns pensam efectivamente sobre o Rendimento Mínimo Garantido.

É verdade que há gente que é contra. Tem esse direito e deve defendê-lo. Talvez seja a posição mais correcta do que, antes dele ser aprovado, dizer que não concordava e depois colar-se e dizer que afinal a medida é positiva. Nesse aspecto agradeço a sua sinceridade.

Também respeito as suas concepções sobre família, uniões de facto, homossexualidade. Respeito. Apenas lamento aí, em termos de moral, ter notado alguma arrogância e alguma tentativa de superioridade.

Estou perfeitamente convencido e nem sequer me refiro ao Governo, nem à bancada do Partido Socialista, que as suas ideias são larguissimamente maioritárias neste Parlamento, na sociedade e na Região Açores. Ainda bem que o são e ainda bem que vão certamente, e cada vez mais, continuar a

sê-lo, mas democraticamente respeito e até agradeço a sua sinceridade. Com gente sincera e frontal, a gente entende-se e discorda.

Já tenho mais dificuldade em entender-me com algum estaticismos políticos de quem, por exemplo, pode pensar o que V. Exa. pensa sobre o Rendimento Mínimo Garantido e andou a tentar obter votos enganando velhinhos. Isso é que me faz mais confusão.

A sinceridade, essa, posso não concordar frontalmente com ela, mas agradeço.

Obrigado.

Presidente: Tem a palavra o Sr. Deputado José Decq Mota.

Deputado José Decq Mota (PCP): Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo, Sr. Deputado Paulo Gusmão:

Eu queria pedir um esclarecimento que penso que é indispensável pedir-se.

Nós estamos numa região onde a incidência do Rendimento Mínimo é muito alta no conjunto do país.

Não sei se o Sr. Deputado Paulo Gusmão sabe, mas estamos na região do país onde há o maior número de titulares de Rendimento Mínimo que trabalham, ou seja, apesar de trabalharem e de terem um ordenado, têm um agregado familiar que cai dentro daquilo que está estabelecido como abaixo do rendimento que é mínimo.

Portanto, esses a quem o Sr. Deputado Paulo Gusmão chamou de "malandros", trabalham, trabalham mas não têm o mínimo para sustentar a sua família.

Nós estamos na região do país onde existem mais casos desses e é por esse facto que é preciso haver discussões como algumas que houve ontem aqui e outras que terão que haver no futuro, para que esses casos sejam erradicados.

Essas pessoas que não são "malandros" não podem ser condenados a viver abaixo do mínimo enquanto não se conseguem ultrapassar esta situação.

Deputado Vasco Cordeiro (PS): Muito bem!

O Orador: Eu queria perguntar concretamente ao Sr. Deputado Paulo Gusmão se estava a chamar "malandros" àqueles cidadãos, àqueles trabalhadores que tendo emprego, são titulares do rendimento mínimo. São esses os "malandros"?

Muito obrigado.

(Aplausos dos Deputados das bancadas o PS e dos Membros do Governo).

Presidente: Tem a palavra a Sra. Deputada Nélia Amaral.

Deputada Nélia Amaral (PS): Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sra. e Srs. Membros do Governo:

A minha intervenção vem na sequência de algumas coisas que já foram aqui ditas e prende-se com o objectivo de precisar e quantificar alguns destes dados, ou seja, existem, concretamente, na Região, neste momento, com dados de Dezembro, 3.892 pessoas que beneficiam do rendimento mínimo e trabalham. Isto corresponde a uma percentagem de 51,1%.

São estes, como aqui já foi dito, os 51,1% de "malandros" que beneficiam do rendimento mínimo, que usam este subsídio para organizarem as suas vidas, para mandarem os seus filhos para a escola, para vacinarem os seus filhos, para alimentarem os seus filhos.

Deputado Vasco Cordeiro (PS): Muito bem!

A Oradora: Para além disso gostaria ainda de lhe dizer, e isto para quantificar uma coisa que aqui já foi dita, que 53,1% dos beneficiados do rendimento mínimo têm idades iguais ou inferiores a 18 anos. São os "malandros" que devem estar na escola, que devem estar a formar-se, que devem estar a aprender a ler e a escrever sem erros, como o Sr. muito bem referiu, para daqui a alguns anos poderem exercer de uma forma activa, de uma forma responsável os seus direitos de cidadania.

5,1% têm idades iguais ou superiores a 65 anos. São esses os "malandros" que o Sr. propõem que tenham um complemento de reforma aumentado. São esses os "malandros" que são os nossos pais, os nossos avós, que merecem o nosso carinho e a nossa atenção.

Deputado Herberto Rosa (PS): Muito bem!

A Oradora: Gostaria ainda de lhe dizer que existem na Região cerca de 883 "malandros" que estão a frequentar acções de formação profissional.

Muito obrigado.

(Aplausos dos Deputados das bancadas do PS e dos Membros do Governo).

Presidente: Não há mais intervenções sobre esta matéria.

Para uma intervenção tem a palavra o Sr. Deputado José do Rego.

Deputado José do Rego (PS): Exmo. Sr. Presidente da Assembleia Legislativa Regional, Exmas. Sras. e Srs. Deputados Exmos. Srs. Membros do Governo:

Os moinhos de água foram e são um indelével traço secular no património industrial, histórico e arquitectónico dos Açores. Os moinhos de água são em grande número na ilha de S. Miguel e não se poderá falar, particularmente, deste importante património sem se falar dos da Ribeira Grande.

Aqueles que se instalaram aquando do povoamento da Ilha de S. Miguel na costa Norte junto a uma grande ribeira da qual mais tarde a povoação recém-formada tomaria o nome de Ribeira Grande, certamente agradeceram à Providência não só outros bens naturais encontrados na fértil planície como o estável caudal de água que brotava das montanhas circundantes. Refere Gaspar Frutuoso, no Livro Quarto das Saudades da

Terra, "*Poucas vilas haverá de tão boa serventia de água*", elemento vital, sem dúvida, para homens, animais e campos que se arroteavam ao tecido original. A água será crucial para o rápido crescimento económico do povoado que ascenderia à condição de Vila a 4 de Agosto de 1507, por carta assinada, em Abrantes, por D. Manuel I.

A posição geográfica do concelho que, situado no meio da ilha, na costa norte, potenciava a entrada de vários produtos, originando uma participação rápida no circuito interno das trocas comerciais. A abundância de água, a riqueza e fertilidade dos seus campos levou a que se desenvolvesse um dos maiores e mais lucrativos investimentos realizados nos Açores, durante o período do povoamento. Referimo-nos, como é evidente, à construção dos moinhos que farinaram a maior parte do cereal produzido no concelho e dos concelhos limítrofes, mormente o de Ponta Delgada.

Para além do factor natural a que se aliou a clarividência política - só o capitão do donatário tinha poderes para mandar edificar moinhos para serviço à população, uma vez que a mesma podia, para consumo próprio utilizar moinhos braçais sendo fundamental os proventos económicos advindos de tão produtiva farinação .

Em suma, a Ribeira Grande afirma-se como o principal centro moageiro da Ilha de S. Miguel, praticamente desde a sua fundação e tal situação perdurou até ao presente, contribuindo decisivamente para o crescimento do seu estatuto económico e social.

Já Gaspar Frutuoso afirmava que a Ribeira Grande "*(...) tem dentro em si moinhos, cada um de duas pedras, melhores e que melhor moem que todos os da ilha e Portugal*". Terá sido na mira de estáveis proventos que se procedeu ao longo do tempo à construção de mais moinhos que podemos contabilizar na cidade mais de três dezenas e que hoje podemos observar entre a memória, a respeitável desactivação, a degradação, a adaptação e o funcionamento.

No conjunto dos moinhos ribeiragrandenses podemos estabelecer uma tipologia que diferencia a forma como cada moinho recebe a água directamente de uma levada "a da condessa" ou da ribeira. Esta distinção, embora simples, tem as suas consequências na quantidade e qualidade do cereal transformado, conduzindo mesmo a uma hierarquia de importância: primeiro estão os moinhos de condessa, entre os quais estão as chamadas "sete casas", todas elas com quatro mós, até há bem pouco tempo e que com uma mais aturada investigação coincidirão com os primeiros moinhos a serem construídos pelo capitão do Donatário; segundo os denominados de "ribeira" que moem aproveitando o resto da água que não entra na levada, por ser excessiva, através de várias adutoras, específicas para cada um. O caudal captado por uns e outros é substancialmente diferente, assim como a estrutura superior dos moinhos que recebem a água- os cubos - são também diferentes. Os cubos dos moinhos de condessa são normalmente mais altos, mais largos, logo mais volumosos o que origina uma projecção mais forte na sua parte inferior- na setia - influenciando uma maior ou menor farinação.

A sua localização dentro do perímetro da malha urbana da então vila, a sua disposição topográfica coincidente com alguns topónimos de rua e de lugar e ainda com as denominações que se mantêm, o ponto de vista técnico, no que concerne à sua capacidade de moagem, assim como, a sua vala própria, "a da condessa", leva a dizermos que os moinhos ribeiragrandenses são construções que

nada devem à sua rusticidade, simplicidade ou singeleza de outros; pelo contrário, na sua maioria, são

imponentes, majestosos, marcando posição e importância na rede urbana.

Muitos moinhos possuem duas dependências: no primeiro piso a zona da moenda, no segundo o granel para armazenamento de cereal e sacaria, podendo existir ou não estrebaria. O dormir pouco pela necessidade de velar o moinho terá contribuído para que rendeiros e proprietários com sofridas poupanças, transformassem, em alguns casos, mas significativos, o segundo piso em moradia. Com a frescura das águas passando nos seus arcos, bem caiados, limpos, e albergando ou não as suas famílias, mas indiciando dos seus rendeiros ou proprietários ausência de graves dificuldade económicas, sinal seguro da rentabilidade da actividade.

Os moinhos da Ribeira Grande sempre fizeram parte da malha urbana que se foi ampliando no tempo e nela entrecem como elementos portadores da sua individualidade. Não foram construídos em locais ermos ou de difícil acesso, com raras excepções. É curioso, por exemplo, que na rua principal, vulgarmente conhecida por Rua Direita, existia um moinho - o da Rua - perfeitamente integrado no nobre casario desta cidade. A montante e a jusante da mesma rua existem moinhos estrategicamente construídos no coração da jovem cidade. Um, junto ao antigo mercado/prça; outro quase paredes-meias com a Câmara Municipal; outro, ainda, pertíssimo de um dos actuais ex-ibris da cidade - A Ponte dos Oito Arcos - e integrado num bairro pobre já desaparecido - o da Cova do Milho. Inclusivamente a levada que alimenta os moinhos de condessa é presentemente o elemento de divisão administrativa entre a freguesia da Conceição e a da Matriz.

Exmo. Sr. Presidente, Exmas. Sras. e Srs. Deputados, Exma. Sra. e Srs. membros do Governo:

Uma das medidas do Programa do Governo para a área da Cultura aponta para o investimento e preservação do património arquitectónico existente na Região, visando a sua recuperação e salvaguarda. Concordamos com tal intenção e esta aplica-se ao património de que temos vindo a falar e a caracterizar. Impõe-se a sua protecção sob pena de se perder irremediavelmente um valor da nossa identidade cultural.

O inventário do património construído que neste momento decorre no concelho da Ribeira Grande, promovido pela Direcção Regional da Cultura e adjudicado ao Instituto Açoriano de Cultura, constituirá um importante trabalho de salvaguarda inicial do património referido, na identificação dos exemplares mais significativos e dos elementos estruturantes desta actividade, nomeadamente a referida "vala da condessa".

Contudo a necessidade de dar conteúdo ao art 1º do Decreto Legislativo Regional nº12/83/A, de 12 de Abril, no que concerne à conservação, ou reconstrução dos moinhos que forem considerados de interesse histórico cultural ou paisagístico exige um trabalho mais aturado e específico do que aquele que tem sido efectuado.

Julgamos que é urgente as entidades públicas e privadas nos termos Decreto Regulamentar nº 32/96/A, de 13 de Julho, procederem à classificação dos moinhos existentes na Ribeira Grande de maior interesse, por forma a garantir a sua defesa e preservação.

O acervo existente, a sua qualidade e reconhecido valor patrimonial, o valor turístico inquestionável, a necessidade de preservar uma parte da nossa memória, a vontade de manter viva a história, passará inevitavelmente pela criação de um núcleo museológico dedicado aos moinhos na cidade da Ribeira Grande!

Julgamos que sim!

Disse. Muito obrigado.

(Aplausos dos Deputados das bancadas do PS e Membros do Governo).

Presidente: Srs. Deputados, são 19 horas, chegamos assim ao fim do nosso período de Antes da Ordem do Dia.

Passemos agora ao **Período da Ordem do Dia.**

O primeiro ponto da Ordem do Dia é a apresentação do **Projecto de Decreto Legislativo Regional "Adaptação do sistema fiscal nacional — redução das taxas nacionais sobre o imposto que incide sobre o rendimento das pessoas singulares - IRS"**, apresentado pelo PCP.

Tem a palavra o Sr. Deputado José Decq Mota.

Deputado José Decq Mota (PCP): Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs Membros do Governo:

Está novamente na ordem do dia a questão da compensação dos trabalhadores pelos custos da insularidade e em breve serão discutidos primeiro em Comissão, depois neste Plenário propostas de vários partidos sobre esta questão.

É de algum modo natural que assim aconteça na medida em que, por um lado, as medidas tomadas em 98 e 99 tendo sido globalmente positivas não esgotaram a capacidade legal de redução da Taxa do IRS e, por outro lado, os valores que foi possível encontrar para o Complemento de Pensão, a Remuneração Complementar para a Administração Regional e Local e o Acréscimo Regional para o Salário Mínimo Nacional não representam compensações suficientes para os milhares de trabalhadores que ganham abaixo dos níveis de tributação.

O PCP mantém integralmente a posição que sempre sustentou sobre esta matéria o que significa a necessidade dos vários instrumentos que regulam esta matéria serem definidos simultaneamente, isto é, quando se mexe na redução fiscal, tem que se mexer no Complemento de Pensão, na Remuneração Complementar e, em função da evolução nacional, também eventualmente no Acréscimo Regional ao Salário Mínimo Nacional.

Assim e atendendo a todos os aspectos que têm que ser tidos em conta, nomeadamente o impacto orçamental das medidas, o PCP/Açores entende que as medidas a tomar têm que ter uma natureza gradual e equilibrada, compensando de forma justa quem vive de rendimentos de trabalho, mas evitando também impactos bruscos negativos na gestão dos meios públicos.

Por outro lado, avaliando o actual quadro político, onde sobressai uma maioria absoluta, o PCP/Açores recusa qualquer posição que seja assumida apenas para ser recusada por essa maioria, mas pretende, pelo contrário, contribuir para que possam haver soluções possíveis de serem negociadas.

O PCP/Açores entende ainda que é absolutamente decisiva, nesse processo, a acção e reivindicação dos trabalhadores.

Nesse quadro o PCP/Açores propõe uma solução global, assente nos pontos seguintes:

1^o - Redução, em quatro anos, da taxa de incidência do IRS dos 20% actuais, até aos 30% que a Lei de Finanças Regionais permite.

Tal redução seria feita à média de 2,5% ao ano, a partir de 2001.

2^o - Aumento gradual do valor base do Complemento de Pensão nos próximos 4 anos com um crescimento anual até 2004 de 1.000\$00 ano.

3^o - Aumento gradual do valor base da Remuneração Complementar com um crescimento anual de 1000\$00 ano até 2004.

4^o - Estudo da eventual alteração da percentagem do acréscimo ao Salário Mínimo Nacional depois de conhecido o valor da actualização do Salário Mínimo.

Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Dando expressão ao primeiro destes pontos fizemos entrar já o Decreto Legislativo Regional de Adaptação do Sistema Fiscal que agora apresentamos.

Algumas considerações se impõe e gostaria de começar por dizer que se revela essencial manter um esforço de atenuação do peso fiscal sobre os contribuintes açorianos, como forma de permitir o aumento do seu poder de compra e, assim, potencializar um estatuto de maior igualdade entre cidadãos portugueses, em termos de qualidade de vida.

Não se afigura no entanto prudente, em termos económicos e sociais, esgotar o limite máximo permitido pela Lei das Finanças das Regiões Autónomas - 30% - através de um único aumento das reduções já efectuadas, e que se cifram actualmente em 20%.

Pelo contrário, e na nossa opinião reduções graduais permitem antever muitas mais vantagens, nomeadamente:

- o controlo mais eficaz da inflação;
- a possibilidade de avaliação dos efeitos sociais produzidos;
- a quantificação do impacto na redução das receitas públicas;
- a adaptação do próprio sistema fiscal à nossa realidade específica.

Soma-se ainda a necessidade de equilibrar o imperativo de atenuação dos custos da insularidade com a gestão dos recursos disponíveis.

Todos sabemos que estas questões são muitas vezes mal entendidas, muito especialmente por aqueles que, estão distantes ou por aqueles que têm uma formação académica não orientada para a valorização daquilo que é específico, isolado e economicamente pequeno.

A economia americana e as teorias de George W. Bush por determinantes que sejam e infelizmente são, não são susceptíveis de evitar a obrigatoriedade de haver medidas para a nossa micro economia insular. A nossa insularidade, entendida como um posicionamento geográfico no meio do Atlântico, introduz certos e especificidades de tal forma evidentes no dia a dia que não dão espaço a dúvidas sobre esta questão, por muito ilustres que sejam os professores que as levantem.

Certo e sabido é que o nosso processo de desenvolvimento, sem recurso ao longo dos anos a medidas específicas extensivas, se é verdade que melhorou a vida dos açoreanos, não é mesmo verdade que não esbateu o fosso que nos separa do Continente e da União Europeia. Nós crescemos, nós melhoramos mas todos os outros não pararam. E é neste ponto que se abrem as dificuldades.

É verdade que somos Europa, mas não é menos verdade que somos um pouco da Europa rodeados de mar por todos os lados e com muito mar a percorrer antes de desembarcar na Europa não insular. Pretender esquecer, na área da economia, o que na área política estrita é evidente para todos, isto é, pretender negar que esta economia insular e distante precisa de medidas específicas é uma atitude, não poucas vezes assumida, mas que em boa parte dá resposta às tremendas dúvidas que os representantes da Comissão Regional do Parlamento Europeu levantaram quando cá estiveram em 97.

Perguntava o Presidente dessa Delegação porque razão é que tendo havido efectivamente um elevado investimento comunitário o fosso, a distância, não se tinha esbatido ou diminuído?

O certo é que chegou à mesma conclusão que há muito apostamos e que se resume na afirmação de que ao longo dos anos faltaram muitas orientações específicas.

Pretender, por outro lado, como defendem alguns, que a compensação pelos custos da insularidade se devem reduzir à redução dos custos das empresas, sem se atender à imperiosa necessidade de se compensar o rendimento de quem trabalha, corresponde a uma visão limitada e inaceitável que substitui o conceito de desenvolvimento pelo de crescimento e que anula a ideia de redistribuição do rendimento em favor da ideia de concentração brutal e acentuada.

Pretender igualmente, como pensam outros, mesmo que não o digam, que a única mesmo forma de compensar quem trabalha é pela via fiscal, significa deixar de fora milhares de trabalhadores que estão abaixo do nível de tributação, não porque não produzam mas antes porque vivem numa região em que os níveis de retribuição estão muito abaixo dos daquela Europa desenvolvida, de que somos parte para muitas obrigações mas de quem estamos muito longe para quase todos os direitos.

Por tudo isto demos entrada a esta proposta e vamos proceder de forma a dar conteúdo ao conjunto de pontos que referi.

A terminar lembro que é ilusório pensar que quando um cidadão, vota está a dar uma procuração com plenos poderes ao partido em que votou. Penso assim que é ilusório o partido vencedor, qualquer partido vencedor, pensar que pode usar por 4 anos os votos do mesmo modo com que o procurador pouco escrupuloso usa a procuração, isto porque o procurador rigoroso, embora tenha plenos poderes, encontra sempre formas de ir auscultando quem representa, porque a vida não pára.

E é porque a vida não pára que temos que ter a noção clara que o tratamento destas questões complexas é sempre melhor conseguido quando se opta pela negociação e pela concertação.

Pensar o contrário será admitir que a maioria que votou no PS não verá com bons olhos a melhoria do seu nível de rendimento, o que nos recusamos a aceitar e certamente ninguém acredita.

Muito obrigado.

Presidente: Srs. Deputados, nos termos regimentais pode haver um período de pedidos de esclarecimento.

(Pausa)

Não havendo, passemos então ao ponto seguinte da ordem de trabalhos, ou seja a **Proposta de Decreto Legislativo Regional "Criação da reserva florestal recreio de Água Retorta"**.

Tem a palavra o Sr. Secretário Regional Adjunto, para fazer a apresentação do diploma.

Secretário Regional Adjunto da Presidência (Francisco Coelho): Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sra. e Srs. Secretários Regionais:

Uma brevíssima apresentação do Decreto Legislativo Regional que o Governo traz a esta Assembleia.

Trata-se de criar para o já existente parque florestal da Água Retorta o regime especial de reserva florestal, à semelhança do estatuído para outras áreas, por esta Assembleia, mais concretamente a submissão desta área ao mesmo regime.

Penso que para já nada mais há a acrescentar.

Presidente: Para a intervenção no debate na generalidade, tem a palavra o Sr. Deputado José Manuel Bolieiro.

Deputado José Manuel Bolieiro (PSD): Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sra. e Srs. Membros do Governo:

Apenas para dar nota que o Partido Social Democrata, votará favoravelmente esta Proposta de Decreto Legislativo, que vai conformar em situação de direito o que na realidade já hoje acontece com o parque florestal de Água Retorta. Aliás ele já tem equipamento que o faz de reserva de recreio, e bem, relativamente bem apetrechado, tratado e com uma utilização pelos povoasenses, especialmente, aceitável. Tanto quanto temos conhecimento a única queixa, mesmo, é de que o seu horário de funcionamento só vai até às 17 horas. De modo que, tendo em conta que se trata, afinal de contas, da conformação jurídica da actual situação, não só é oportuno a apresentação desta proposta, como é meritório, por isso tem o nosso voto favorável.

Presidente: Tem a palavra o Sr. Deputado José do Rego.

Deputado José do Rego (PS): Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sra. e Srs. Membros do Governo:

No preâmbulo do Decreto Legislativo Regional nº 16/89/A, de 24 de Julho, a importância que se reveste as actividades de recreio florestal, os reflexos que estas têm no melhoramento da qualidade de vida da população, nas actividades do turismo, nos aspectos paisagísticos e ainda as vantagens de ordem cultural e vocacional, o PS considera importante para a Ilha de S. Miguel a criação de mais esta reserva de recreio, pelas vantagens que advêm para a Ilha e para que haja um menor impacto das actividades de lazer sobre as reservas naturais.

A implantação desta reserva na freguesia de Água Retorta, numa das freguesias localizadas fora dos grandes centros populacionais, é uma forma de rentabilizar o recurso natural desta freguesia, pelos seus aspectos turísticos e paisagísticos.

Tenho dito.

Presidente: Tem a palavra o Sr. Deputado José Decq Mota.

Deputado José Decq Mota (PCP): Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sra. e Srs. Membros do Governo:

Apenas para assinalar a posição do Grupo Parlamentar do PCP, sobre esta matéria. Trata-se de uma matéria perfeitamente cordata e útil que significa o prolongamento de uma política que já começou há bastantes anos e que é uma política correcta.

Portanto tem que ser agora conformada juridicamente, por isso tem, naturalmente, o nosso apoio.

Muito obrigado.

Presidente: Srs. Deputados, não havendo mais intervenções, na generalidade vamos votar esta proposta de Decreto Legislativo "Criação da reserva florestal recreio de Água Retorta", na generalidade.

Os Srs. Deputados que concordam mantenham-se por favor como se encontram.

(Pausa)

Secretário: A Proposta de Decreto Legislativo Regional "Criação da reserva florestal recreio de Água Retorta", foi aprovada por unanimidade.

Presidente: Passemos então ao debate na especialidade.

Está à discussão o artigo 1º.

Srs. Deputados, como se verificou unanimidade na votação na generalidade, se não houver nenhum obstáculo da vossa parte, faríamos a discussão de todos os artigos na especialidade.

Os Srs. Deputados que queiram pronunciar-se sobre os artigos 1º., 2º., 3º. e 4º. do diploma, façam o favor.

(Pausa)

Não há inscrições.

Portanto vamos votar estes artigos: 1º., 2º., 3º. e 4º.

Os Srs. Deputados que concordam mantenham-se por favor como estão.

Secretário: Os artigos 1º., 2º., 3º. e 4º. foram aprovados por unanimidade.

Presidente: Finalmente vamos proceder à votação final global.

Os Srs. Deputados que concordam mantenham-se por favor como estão.

Secretário: A Proposta de Decreto Legislativo Regional "Criação da reserva florestal recreio de Água Retorta", foi aprovada, em votação final global, por unanimidade.

Presidente: O diploma baixa à Comissão de Assuntos Parlamentares, Ambiente e Trabalho, para redacção final.

Passemos ao ponto 3 da ordem de trabalhos, **Proposta de Decreto Legislativo Regional "Desafecção do regime florestal de uma parcela de terreno baldio no núcleo florestal da Achada, no perímetro florestal da Ilha Terceira"**.

Tem a palavra o Sr. Secretário Regional Adjunto, para fazer a apresentação do diploma.

Secretário Regional Adjunto da Presidência (Francisco Coelho): Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sra. e Srs. Secretários Regionais:

Uma brevíssima apresentação deste diploma.

E termos teológicos trata-se de fazer um pouco o contrário, relativamente a esta parcela de terreno, daquilo que fizemos há pouco, trata-se portanto de desafectar do regime florestal uma parcela de terreno baldio, na zona da Achada, Ilha Terceira, para dois fins: um deles para ampliação e serviço do aterro sanitário, outro para instalação do parque industrial de Angra do Heroísmo.

Tendo em conta o próprio estado dos terrenos, parece ao Governo ser útil e não causar problema de maior, a nível económico e agrícola, esta desafecção, que agora é proposta a esta Câmara.

Presidente: Tem a palavra o Sr. Deputado Bento Barcelos.

Deputado Bento Barcelos (PSD): Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sra. e Srs. Membros do Governo:

Face à explicação dada pelo Sr. Secretário Regional, tendo em conta os objectivos deste diploma e ainda porque vai de facto libertar uma parte da cidade de Angra, a designada zona das avenidas, de oficinas e outros equipamentos, que de facto carecem de outro espaço e na perspectiva ainda do apoio aos empresários do concelho e da Ilha Terceira, a bancada do PSD vai votar favoravelmente esta Proposta de Decreto Legislativo Regional.

Presidente: Para intervir no debate tem a palavra a Sra. Deputada Andreia Cardoso.

Deputada Andreia Cardoso (PS): Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sra. e Srs. Membros do Governo:

O Partido Socialista entende que são legítimas as pretensões da Câmara Municipal de Angra do Heroísmo, em instalar uma parcela de terreno com 175 hectares, no núcleo florestal da Achada, o aterro municipal e o parque industrial.

Por um lado o terreno em causa não apresenta qualquer rendimento que possa ser lesado pelas infraestruturas e por outro não se prevêem quaisquer acções de florestação ou de instalação de pastagens baldias economicamente rentáveis.

Por entendermos e conhecermos o interesse público, subjacente à realização destes empreendimentos, para a população da ilha Terceira, designadamente ao nível da higiene e saúde pública, o Partido Socialista vota favoravelmente a Proposta de Decreto Legislativo Regional.

Presidente: Tem a palavra o Sr. Deputado Paulo Valadão.

Deputada Paulo Valadão (PCP): Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sra. e Srs. Membros do Governo:

Ouvi com muita atenção as intervenções anteriores sobre esta matéria, concretamente a do Sr. Secretário, no entanto tenho duas dúvidas que ficaria mal com a minha consciência se não as colocasse aqui.

A primeira tem a ver com o Decreto Legislativo Regional 17/95/A, aqui aprovado, em que já desafectou um espaço de 5 hectares numa zona. A minha dúvida é se é coincidente, se se teve em atenção a desafecção anterior, porque em função dos mapas existentes no Decreto Legislativo e em função do mapa existente neste momento, oferece-me algumas dúvidas que gostaria que o Sr. Secretário me pudesse esclarecer.

Segunda dúvida, que também penso que o Sr. Secretário Regional me poderá esclarecer, é se nesta demarcação e neste espaço, se teve em conta alguma possível influência nos recursos aquíferos existentes, se houve algum estudo prévio em relação à implantação do aterro sanitário, concretamente neste local.

Presidente: Tem a palavra o Sr. Secretário Regional Adjunto da Presidência:

Secretário Regional Adjunto da Presidência (Francisco Coelho): Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sra. e Srs. Secretários Regionais:

Vou esclarecer, dentro do possível, as questões colocadas pelo Sr. Deputado Paulo Valadão.

A zona que se pretende desafectar do regime florestal, uma das partes, conforme é aqui dito, destina-se à ampliação digamos assim, daquilo que é já o aterro sanitário que serve os dois concelhos da Ilha Terceira.

Portanto eu presumo, embora não lhe possa garantir, Sr. Deputado, que deve haver aqui alguma contiguidade, exactamente nestas duas áreas. Presumo que a outra será aquela onde neste momento funciona o actual aterro já existente e portanto penso que isto terá sido levado em consideração.

Quanto à segunda pergunta, eu também julgo que a questão nomeadamente, aquífera, que colocou terá sido acautelada, da mesma forma que foi aquando da primeira opção para a instalação do aterro sanitário da Ilha Terceira.

Presidente: Tem a palavra o Sr. Deputado Paulo Valadão.

Deputada Paulo Valadão (PCP): Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sra. e Srs. Membros do Governo:

Em relação à primeira questão, admito que o Sr. Secretário pense que terão sido feitos esses estudos, confiemos que efectivamente assim seja, embora a resposta tenha sido imperativa, mas de qualquer modo esperemos que sim.

Em relação à segunda, o problema é que a desafecção anterior destinava-se — embora pense que não foi implementada — à implantação da escola de bombeiros e de campo de manobras, ou seja junto à estrada regional que passa exactamente no início da área que agora é reservada e daí a grande dúvida se efectivamente há coincidência de espaços ou separação destes, porque pelos mapas a situação é algo confuso, ou se é que a área já desafectada e agora incluída vai servir também para a escola de bombeiros e campo de manobras? A pergunta colocada assim, acho que é mais concreta.

Presidente: Tem a palavra o Sr. Secretário Regional Adjunto da Presidência:

Secretário Regional Adjunto da Presidência (Francisco Coelho): Sr. Presidente, Sras e Srs. Deputados, Sra. e Srs Secretários Regionais, Sr. Deputado Paulo Valadão:

O que lhe posso dizer, por conhecimento pessoal, é que nesta zona da Achada, existe efectivamente um terreno que está afecto ao Serviço Regional de Protecção Civil e Bombeiros, onde funciona um campo de manobras.

Deputada Paulo Valadão (PCP): Fora disso!

O Orador: Na zona da Achada há efectivamente em funcionamento um campo de manobras do Serviço Regional de Protecção Civil e Bombeiros.

Presidente: Tem a palavra o Sr. Deputado Alvarino Pinheiro.

Deputada Alvarino Pinheiro (PP): Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sra. e Srs. Membros do Governo:

Faltava-nos dizer qualquer palavra sobre a matéria, matéria essa que me parece consensual, mas o nosso silêncio poderia ser mal interpretado e uma vez que os anteriores ilustres colegas já se levantaram para fazer uma declaração de voto antecipada, dizendo que os seus Grupos Parlamentares estão disponíveis para votar essa matéria, nós não poderíamos ficar fora dessa ronda e aqui estamos também a anunciar a nossa disposição de votar favoravelmente essa matéria, embora as dúvidas que o Sr. Deputado Paulo Valadão, coloca, obviamente são dúvidas que têm a sua razão de ser, tanto é que as respostas não são peremptórias. Portanto se havia dúvida a falta de resposta peremptória adensa à dúvida.

A minha convicção é como a Achada é grande e as obras são poucas vai ter Achada para essas obras todas.

Presidente: Tem a palavra o Sr. Deputado José Decq Mota

Deputada José Decq Mota (PCP): Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sra. e Srs. Membros do Governo:

Temos aqui uma matéria com a sua própria importância. Todas tem a sua importância, uma mais, outras menos.

Esta matéria passou por uma Comissão, Comissão essa da qual eu faço parte, por isso falo perfeitamente à vontade. É uma Comissão que reuniu ontem, às dez horas da manhã. Portanto não foi uma Comissão que neste ante-período legislativo, tivesse reunido de forma, digamos atenta. Reuniu ontem, às dez da manhã. Eu, que até cheguei um pouco tarde à reunião, porque tenho outras funções num dia de Plenário, obviamente, que se concentram muitas coisas, não tive nenhuma hesitação em dizer ao Sr. Presidente e ao Sr. Relator da Comissão que votava a favor disto tudo. Perguntei se tinham olhado e então não tive nenhuma hesitação.

Entretanto, o meu companheiro de bancada Paulo Valadão, que estuda os problemas com muita atenção, como se sabe, mostrou-me este Decreto Legislativo Regional, que já desafectava um bocado. Tivemos a comparar os mapas e chegámos à conclusão que se calhar estas duas desafecções são sobrepostas e provavelmente este problema não foi bem ponderado.

Se calhar isto não foi bem medido e provavelmente o assunto está mal tratado, parecendo ser um assunto sem importância.

Eu daqui queria tirar uma conclusão, ou seja, as Comissões desta Assembleia não podem reunir em cima do Plenário, têm que ter tempo para fazer investigação se existe outra legislação. Não me estou a referir apenas a esta Comissão, são todas. Não podem reunir em cima do plenário. Não podem reunir a correr, mesmo quando parece que isto não tem importância nenhuma.

Talvez tivesse sido importante questionar-se o Governo sobre este problema dos aquíferos. Eu sei que já há lá o aterro sanitário e isto é para acrescentar, mas também sei que em certas alturas esse problema foi levantado e só agora nas novas células do aterro sanitário haverão medidas mais consentâneas com a existência de aquíferos ali. Bem, o Governo ao fazer a desafecção é em parte responsável, porque está a ceder o terreno.

Portanto eu disto não queria fazer nenhum drama, apenas queria, efectivamente, procurar contribuir, e penso que o estou a fazer, para que se retire alguma lição para o nosso próprio trabalho, em termos de rigor e também, permitam-me que o diga, para a forma como o Governo apresenta os diplomas à Assembleia, porque de facto as próprias respostas não peremptórias, como o Deputado Alvarino Pinheiro muito bem disse ao Sr. Secretário, mostra que talvez todos nós pensámos que isto não tinha importância e todos nós tropeçámos num Decreto que já existia.

Muito obrigado.

Presidente: Não há mais inscrições. Vou pôr o diploma à votação na generalidade.

Os Srs. Deputados que concordam, mantenham-se por favor como estão.

Secretário: A Proposta de Decreto Legislativo Regional nº 24/2000/A, “Desafecção do regime florestal de uma parcela de terreno baldio no núcleo florestal da Achada, no perímetro florestal da Ilha Terceira”, foi aprovado por unanimidade.

Presidente: Tem a palavra o Sr. Deputado Paulo Valadão.

Deputada Paulo Valadão (PCP): Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sra. e Srs. Membros do Governo:

Uma simples declaração de voto, como levantei estas questões e votei favoravelmente, penso que tenho o dever de justificar e como o Grupo parlamentar do PCP votou favoravelmente há que justificar.

Efectivamente consideramos que são matérias que — como aliás disse o meu camarada José Decq Mota — têm que ser aprofundadas, têm de ser medidas, têm de ser analisadas.

De qualquer modo como consideramos que isto é uma matéria importante — a existência do parque industrial é importante, a existência do aterro sanitário é importante — e pondo nos pratos da balança a necessidade de aprofundar, mas também a importância da matéria, entendemos por bem votar favoravelmente.

Presidente: Feita esta declaração de voto, está à discussão o artigo 1º.

(Pausa)

Estão a sugerir a discussão na especialidade para todos os artigos.
Está aberta a discussão na especialidade do artigo 1º. ao artigo 3º.

(Pausa)

Não havendo intervenções vamos votar na especialidade estes artigos.

Os Srs. Deputados que concordam, mantenham-se por favor como estão.

Secretário: Os artigos 1º., 2º., e 3º. foram aprovados por unanimidade.

Presidente: Passemos à votação final global.

Os Srs. deputados que concordam mantenham-se por favor como estão.

Secretário: A Proposta de Decreto Legislativo Regional nº 24/2000/A, "Desafectação do regime florestal de uma parcela de terreno baldio no núcleo florestal da Achada, no perímetro florestal da Ilha Terceira" foi aprovada, em votação final global, por unanimidade.

Presidente: Passemos agora ao ponto seguinte da nossa ordem de trabalhos, **Proposta de Resolução sobre a "Constituição da Comissão Eventual sobre uma nova Assembleia para o novo século"**.

Tem a palavra o Sr. Deputado Dionísio Sousa, para fazer a apresentação.

Deputado Dionísio Sousa (PS): Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sra. e Srs. Membros do Governo:

Provavelmente, como diz o anúncio, e tanto quanto a memória pode alcançar, em 20 anos de presença neste Parlamento, talvez não tenha subido a esta Tribuna, com tanto orgulho, satisfação e com prazimento, como hoje, para participar em nome do PS, na discussão desta Proposta de Resolução sobre "uma nova Assembleia para o novo século".

Esta satisfação tem pelo menos três razões: uma começa por ser pessoal e vou começar por falar nela, porque as coisas que se dizem no princípio são aquelas que se esquecem mais facilmente. Trata-se de um primeiro passo para culminar uma perspectiva e uma luta pessoal de muitos anos.

Em segundo lugar, por uma razão partidária, porque se trata de uma perspectiva e também uma luta partidária a que o PS se manteve fiel, durante os 25 anos de vida desta Assembleia.

Finalmente, por uma razão formal e institucional, porque é neste Parlamento a primeira iniciativa que considera essa problemática, da relação desta Assembleia com a população, das suas actividades e da sua abertura à população. É a primeira tentativa sistemática de, globalmente e em conjunto, considerar este problema.

Não vou falar longamente da perspectiva pessoal, mas gostaria de deixar três notas para justificar essa afirmação que se trata de uma perspectiva e uma luta pessoal.

A primeira nota fá-lo-ia repetindo aqui, aquilo que aqui nunca disse, mas disse em nome desta Assembleia, que por acaso era Presidente em 1996, quando numa mensagem de ano novo, que eu quis terminar chamando a atenção, para o papel fulcral que a figura do Deputado regional, tem de continuar a desempenhar. Disse eu então, repito agora:

"Contra o preconceito de uns tantos, que teimam em não perceber que alguém em tudo o mais igual ou inferior a muitos outros, possa deter o exclusivo da genuína legitimidade para representar todos e cada um dos cidadãos, mesmo aqueles que nele não votaram, ou até contra ele votaram. Contra o desprezo de outros tantos, que detendo poderes de facto mais fortes do que o de Deputado, como o poder dos média, ou o poder económico, não se resignam a aceitar que ele decida muitas vezes em contradição com os interesses, as perspectivas ou simplesmente os preconceitos daqueles poderes.

Contra todos estes e contra muitos outros que seria demasiado longo enumerar, o Deputado mantém-se como o aval e a garantia da actuação do sistema democrático e do regime autónómico às solicitações e aspirações da sociedade e dos cidadãos dos Açores.

Ele pode, na Assembleia ser apenas um número e contar somente com o seu voto, mas o seu círculo eleitoral ser o verdadeiro ouvidor das queixas e problemas de todos aqueles que o procuram antes de qualquer outro poder, ou depois de já terem desesperado de todos os outros poderes, ou pode ser exactamente o contrário disto. Ele pode ser um ilustre desconhecido, caído em listas eleitorais por meros obscuros desígnios partidários ou ser personalidade de relevo que condescende em oferecer o seu prestígio pessoal, à obscura lista e obscuro partido.

Ele pode ser tudo isto, ou o seu contrário, mas ele será sempre com as inevitáveis excepções confirmadoras da regra, o retrato fiel, sem retoques, do verdadeiro rosto da sociedade e dos cidadãos que representa.

Como esta sociedade, acomodado ou inconformado. Como ela passivo ou criador. Como ela protagonista ou simples figurante. Como esta sociedade preso ou não ao passado. Como ela

resignado ou não ao presente. Como ela protagonista. Como ela lançando ou não pontos para o futuro".

Passando de Deputado para a Assembleia, eu lembraria um segundo facto que testemunha essa luta, que é bastante mais recente do que este, de Junho de 2000, em que eu trouxe, contra o gosto de muita gente a esta Assembleia, a constatação numa análise de quatro anos de actividade política, que ela efectivamente não conseguiu nas mãos de uma maioria que eu então chamei "dominante maioria absoluta, oposicionista" que liberta quaisquer provocações com outros órgãos de poder, não se tivesse dedicado com especial empenho a exercer até ao limite possível, as competências desta Assembleia, especialmente as introduzidas na última Revisão da Constituição e do Estatuto.

As circunstâncias ofereceram então a essa tal maioria fortuita e ocasional, de mão beijada, esta oportunidade histórica e até agora única e porventura irrepetível.

Tanto mais que ao contrário do que aconteceu em situação paralela anterior, ela teve a preocupação de manter o seu predomínio em todos os casos e funções da Assembleia e teve a possibilidade de dotar os recursos financeiros, técnicos e humanos que entendeu convenientes, quer a Assembleia, quer os próprios Grupos e representações Parlamentares.

Recordaria apenas mais um facto, para além destas palavras, um outro facto que tem a ver também com a vida desta Assembleia. Recordo que esse simples facto, que é um facto simples como qualquer outro, traduz efectivamente uma mudança.

Durante anos eu critiquei nesta Assembleia um anterior Governo do PSD, o anterior Presidente do Governo Regional, por ele fazer coincidir, muitas vezes deliberadamente e com grande impacto público, Concelhos de Governo, simultaneamente com reuniões da Assembleia. É evidente que isto tinha como consequência imediata que a Assembleia desaparecia do mapa da comunicação social. Desde 1996, isto deixou de acontecer.

O segundo aspecto, para além destes três aspectos pessoais, que eu falo em primeiro lugar para serem esquecidos mais facilmente, tem a ver com uma luta partidária

Falaria também só dos aspectos mais recentes dessa actividade e dos factos históricos mais recentes, que permitem afirmar que foi a partir de 1996, com autorização da situação política, que esta Assembleia iniciou um processo, acelerou um processo de saída do círculo da apagada e vil miséria de recursos técnicos e humanos em que se manteve durante vinte anos, em que se começou a alterar a Orgânica da Assembleia, primeiro para dotar os Grupos Parlamentares com assessorias técnicas, fazendo-se o mesmo para a própria Assembleia.

Iniciou-se a melhoria radical das novas instalações, em determinadas delegações, de tal maneira que hoje existe uma única Delegação desta Assembleia e um único espaço físico desta Assembleia, que foi aquele que se adquiriu nessa altura em S. Miguel, que permite efectivamente o salto qualitativo que esta Assembleia não deu, ou só deu apenas nesse espaço, que é não ser apenas um espaço de discussão política, em que as pessoas se encontram durante umas horas, ou durante uns dias, mas ser também um espaço de preparação técnica com condições e com infraestruturas suficientes para garantir a cada um aquele mínimo essencial, que antes era uma caneta e um lápis, hoje será um computador ou uma ligação à internet.

Foi com esta alteração política em 1996 e é com esta alteração política do corrente que se acelera este processo e que se está dando esse novo passo, para com o PS, com a maioria absoluta do PS, dar esse passo decisivo para completar essa transformação, com a constituição desta Comissão.

Podíamos, dirão alguns, não ter ido para a criação de uma Comissão. Podíamos ter entregue isto às tarefas habituais e à actividade natural da Comissão que já existe dedicada a esses assuntos, a Comissão Parlamentar de Ambiente e Trabalho.

Não quisemos que essa tarefa fosse efectivamente diluída entre as restantes tarefas da Comissão. Queremos destacá-la, queremos valorizá-la.

Alguns, porventura, chamarão a isso, como já chamaram a outras coisas, "excesso de protagonismo". Deliciosa acusação em matérias de preocupações parlamentares feita a um partido que sustenta o governo, particularmente feita por um partido que deveria sustentar a Assembleia, mas que manifestamente não tem "unhas para esta viola", e que até agora, diga-se de passagem, não mostrou "unhas para tocar outra viola" qualquer, a não ser aquelas que herdou de Manuel Arruda, Costa Neves e quem sabe Lalandia Gonçalves.

Não é uma nova esperança, é uma velha herança!

Terceira razão: é a primeira tentativa sistemática, é a primeira tentativa global, para do ponto de vista institucional, colocar a Assembleia no centro das preocupações políticas e no centro da vida política dos Açores.

Foram feitas várias tentativas parcelares nesses últimos anos, nesse sentido, poderia recordar algumas e atendo-me também às dos últimos anos, mais precisamente em 96/97 conseguiu-se que esta Assembleia passasse a dispor de 3 espaços na televisão: um espaço para as transmissões em directo do plenário, um espaço para o debate, no programa "Parlamento" e o espaço habitual dos telejornais, que fazem a reportagem das sessões desta Assembleia e dos restantes órgãos de comunicação que os fazem não só dos plenários da Assembleia, mas também das Comissões. Esses três espaços, entretanto sabemos, estão reduzidos apenas a um só.

Chegou-se nessa altura a tentar resolver o problema da relação da Assembleia com o Parlamento numa parceria com a RTP/Açores e com a TV Cabo para as transmissões dos plenários desta Assembleia, em que cada um contribuiria com a sua parte.

A Assembleia equipar-se-ia para essa função. A delegação da RTP na Horta beneficiaria deste equipamento, faria a sua utilização, garantiria a sua manutenção e a TV Cabo disporia um canal. Entretanto essas coisas morreram, mais ao menos ao nascer.

As preocupações desta Assembleia voltaram-se de novo para esse problema, testemunhado em documentos de Fevereiro do ano passado, em que a Comissão de Assuntos Parlamentares foi encarregue de analisar e preparar as condições para concretizar em directo o Plenário, para criar um possível canal de Parlamento.

Efectivamente sabemos que para além dum "pri pro quo" que essas tentativas da Comissão ocasionaram, no facto de ser ou não recebida pela administração regional da RTP, fica na história também como mais uma tentativa falhada, entre outras razões, porque, e é isso que queremos evitar, com a criação de uma outra Comissão de uma Comissão Eventual, porque isto se perdeu entre as outras preocupações dessa Comissão. E por uma outra razão, porque se centralizou apenas num dos aspectos dessa transformação global que é preciso fazer. Não se trata apenas de pôr essa televisão, ou pôr esta Assembleia na televisão, para assim levar esta Assembleia a todos os açorianos, utilizando todos os instrumentos que existem para isso e não apenas a televisão, também trazendo-os cá dentro.

Para além dessas tentativas parcelares, poderia-se recordar outras declarações dos últimos 3 Presidentes da Assembleia, sobre estas matérias.

Finalmente, depois de tudo isso, aparece essa tentativa global, sistemática, coordenada de resolver este aspecto e de se fazer aquilo que se pode, sem exagero, chamar uma "reparlamentarização da vida política e da sociedade açoriana".

Eu chamo a atenção para esse aspecto e chamo a atenção para aquilo que normalmente não se liga muito nos documentos que aparecem nesta Assembleia, ou que menos se ligam, ou seja, o preâmbulo. Eu leio o preâmbulo que dá bem a consciência de qual é a meta, de qual é o desafio em que estamos empenhados. Diz-se nesse preâmbulo: "do ponto de vista da importância efectiva concedida pela opinião pública, em exposição parlamentar, pode afirmar-se em termos genéricos que o século XIX foi o século da parlamentarização da democracia e da sociedade e que o século XX foi o século da desparlamentarização da democracia e da sociedade, esboçando-se, embora no seu final e de modo mais acentuado no âmbito das instituições comunitárias, uma tendência clara para recentrar a vida política da união do Parlamento Europeu.

O desafio colocado a todos os parlamentos e portanto também ao nosso, no novo século e milénio que se inicia, é o de tomarem medidas imediatas e concretas, que lhes permitam reassumir e readquirir em termos e resultados públicos efectivos, um lugar cimeiro que os parlamentos ocupam no quadro institucional da democracia representativa".

Esta é a meta, este é o objectivo geral que não pode ser esquecido. Ambicioso, mas está nesta Proposta de Resolução. Está pormenorizado num objectivo mais concreto que é o objectivo que está expresso aí no artigo 2º. que diz: "A Comissão tem por objecto a análise das condições financeiras, técnicas e humanas necessárias ou adequadas à divulgação e informação sobre a Assembleia Legislativa Regional e a suas actividades".

Para isso propõe onze medidas: uma medida de carácter genérico em que a imaginação para a Comissão é o limite apenas. De uma maneira geral a Comissão deve estudar e propôr as iniciativas

que a própria Comissão no decurso dos seus trabalhos, considere necessárias ou adequadas à divulgação e informação sobre a Assembleia e as suas actividades.

É aqui que nós incluímos, sem sequer explicitamente falar dela, a televisão, que nem falamos dela explicitamente, mas dizemos as outras medidas concretas, essas sim concretas.

A título exemplificativo, em onze medidas, uma delas é uma medida de modernização, não tem reflexos na forma de chegarmos à população, que é "estudar as condições de generalização no uso das vídeo conferências para o trabalho das Comissões, nomeadamente analisando as condições de instalação de equipamento apropriado na sede e nas Delegações da ALRA". É uma modernização que só peca por vir atrasada, como outras que aqui estão, mas que não tem um efeito imediato. Esse aspecto preocupa esta Comissão que é a melhor forma de chegar à população.

Há na vida política moderna duas formas dos políticos chegarem à população: uma é directamente e para essa temos cinco medidas para melhorar, aperfeiçoar, até para permitir que é um dos grandes problemas dos políticos de hoje em dia, chegar directamente à população sem intermediários.

É um dos grandes problemas das instituições democráticas, das Assembleias representativas, que deste simples facto se cria uma distância, a vida moderna, a evolução, a dificuldade do contacto directo do político que se perdeu com a população, cria uma distanciação inevitável e mete no meio deste circuito o intermediário que não é parasitário, mas por vezes é o ruído incómodo.

Mas para esse problema do contacto directo com as populações e da chegada directa sem intermediário às populações do que se faz na Assembleia, propõe-se o "aperfeiçoamento das condições de realização das visitas à Assembleia, por parte de grupos de jovens ou outras categorias sociais, com interesse directo nos debates, com iniciativas legislativas em curso no Parlamento Regional".

Existe aqui também uma área imensa de iniciativas que vão desde as 1001 actividades tradicionais que se fazem nos parlamentos mais antigos, desde os parlamentos de jovens, aos parlamentos dos meio adultos, dos adolescentes, dos idosos, da terceira idade, da primeira, da segunda e da quarta, por ilhas, por sectores, por aquilo que a imaginação conseguir e os recursos financeiros dedicados a esta tarefa conseguirem fazer.

Repito outra situação que existe por exemplo no Parlamento Europeu, em que os Grupos Parlamentares têm determinados montantes para levarem pessoas ao Parlamento. Essa e outras modalidades são numerosíssimas.

"Criação de um sistema telefónico das linhas verdes para a Assembleia e para os Grupos e Representações Parlamentares que permitam o contacto directo dos eleitores com o Parlamento e com os Deputados".

Isso ainda não está feito, mas é para fazer já. Não! Não é para fazer já é para fazer ontem!

"Introdução no Regimento das alterações consideradas convenientes à actualização das disposições que regulam a elaboração dos relatórios e divulgação das actividades da Assembleia Legislativa Regional dos Açores.

(Artºs 236º. e 237º. do Regimento)".

Se já viram esses dois artigos e se já viram alguns dos relatórios — acredito que a maior parte dos Deputados nunca tenha visto nenhum desses relatórios, nem os novos que chegaram, alguns dos artigos também — realmente não vale a pena ver, mas vale a pena transformar isso nalguma coisa útil, nalguma coisa eficaz, nalguma coisa que chegue a alguém, pelo menos que chegue aos Deputados, pois os relatórios que nós fazemos nem aos Deputados chegam, imaginar que chegam ao outro lado é pura fantasia.

Outra medida directa: "Criação das estruturas e o estabelecimento de regras apropriadas, que possibilitem o exercício pleno do direito à divulgação e informação directa aos açorianos do trabalho das comissões da Assembleia".

Esse é um problema que se põe sempre, nunca esteve resolvido, esperemos que agora se esbocem pelo menos algumas regras ou algumas estruturas se for necessário, para que isso aconteça. Há muito que mexer aqui.

A maior nota de modernidade que aí existe, embora todas elas sejam, pelo atraso em que estamos de modernidade, diz o seguinte: "Analisar e propor as condições consideradas necessárias para que a Assembleia, os Grupos e as Representações Parlamentares e os deputados possam utilizar da melhor forma as novas tecnologias da informação, proporcionando o contacto *on line* com os eleitores".

Meus Srs. dizem que lá fora já se chegou à sociedade da informação, Cá dentro ainda não se chegou. É bom caminhar para isso.

Finalmente, medidas indirectas, que passam pelo intermediário, que leva a informação às pessoas daquilo que nós fazemos, das actividades desta Assembleia, aquilo que é o jornalista, o profissional da comunicação: "Regulamentação e criação das condições consideradas necessárias à atribuição do "Prémio do Jornalismo Parlamentar", há muito instituído ou, em alternativa propor a sua substituição por outra iniciativa adequada".

Aqui também há que ou conservar e arranjar coisa melhor, ou dar cabo de tudo, mas a situação em que estamos não tem qualquer interesse.

"Alteração do diploma de apoio aos órgãos de comunicação social para a cobertura jornalística da Assembleia, suprimindo disposições caducas ou revogadas na prática, substituindo-as por regras mais adequadas à realização das suas finalidades".

Realmente o que nós temos é uma coisa para esquecer, não é para esquecer é para substituir e para melhorar.

"Análise da possibilidade e das condições de criação de apoios específicos para os jornalistas da Região e órgãos de comunicação social regional, escrita, falada ou televisiva..." (antes distinguiam-se apenas órgãos de comunicação particular, dos órgãos públicos. A Assembleia não tem de fazer essa distinção, interessa-lhe é chegar lá fora, sejam eles o que forem) "...desde que promovam a criação de páginas, suplementos ou programas dedicados às actividades institucionais do Parlamento Açoriano".

"Estudar o sistema de credenciação de jornalistas, em vigor noutros Parlamentos, de forma a permitir ao Plenário ajuizar ou não, da sua introdução no Parlamento Regional".

Srs. deputados, Sr. Presidente, Sras. Deputadas, Sra. Secretária Regional, Srs. Membros do Governo:

Eu apenas gostaria de acentuar que se trata efectivamente duma tentativa de colocar o Parlamento no centro da vida açoriana, onde ele deveria estar. Não é fácil, ele voltar para lá. Quando se fala em reparlamentarização da sociedade e da política, tem que se pensar que as condições de se fazer política hoje, são totalmente diferentes daquelas em que nasceram os parlamentos e em que nós ainda vivemos nessa infância parlamentar, mas temos de superá-la.

Em todo o caso, a meta tem de ficar clara — volto a repetir, a meta — e tenho a consciência de que o Parlamento deve estar no centro da vida política, porque a meia dúzia de linhas que eu vos vou ler a seguir constam de uma obra que é o resultado de uma iniciativa do PS, partido do Governo a nível nacional, e que chamou "Parlamento 2000" e em que se diz: "No modelo da democracia representativa em que vivemos, o Parlamento tem uma importância que não pode ser desvalorizada, sede da representação colectiva, expressando o pluralismo democrático, instância determinante na organização do poder, o Parlamento constitui um eixo estruturador de todo o regime democrático, por isso mesmo a sua saúde boa ou má repercute-se, de imediato, em todos os aspectos da vida cívica e política

Um Parlamento desprestigiado reflecte uma democracia desvitalizada, ao invés, um Parlamento respeitado não pode deixar de corresponder a uma sociedade civicamente evoluída e politicamente exigente".

Lembro que essa tarefa é difícil, é tão difícil como lembrou há poucos dias um constitucionalista tão respeitado como Jorge Miranda, que em Portugal Continental, não se atreveram a ir contra aquilo que ele julgava que seria possível para uma forma de parlamentarismo racionalizado, que era o que ele propunha. Foi-se sim para uma situação intermédia

Diz ele que — ele está falando de Portugal *pais* — "ainda de parlamentarismo, porque o parlamentarismo pressupõe um Parlamento como centro da vida política e em Portugal havia — está a referir-se a 76, e ainda há — uma situação anti-parlamentar. O Parlamento continua longe de se assumir com o grau de autonomia, o relevo e o prestígio que deveria ter".

Apesar disso ele diz, como nós podemos dizer, como nós devemos dizer, desse nós parlamentarismo que ele tem provado bem, seria errado substituí-lo, trata-se agora é de o aperfeiçoar.

Uma última palavra para uma conclusão final.

Há poucos anos um constitucionalista, que alguns conhecerão de certeza, Maurice Duverger dizia que em 1994 a hora dos Parlamentos tinha soado numa loja da Europa.

O que nós pretendemos com esta iniciativa é que a hora deste Parlamento, tenha soado no relógio político da Região. Seria a maior prenda de anos, a concretização dessa iniciativa levando-a até ao fim. Seria a melhor prenda para os 25 anos deste Parlamento.

Fica-nos o desafio, fica-nos a tarefa, fica-nos esta proposta para discutirem e aprovarem, se assim o entenderem.

Muito obrigado.

Presidente: Tem a palavra o Sr. Deputado Duarte Freitas.

Deputado Duarte Freitas (PSD): Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Não me inscrevi antecipadamente, porque estávamos em cima das 20 horas, que é a hora regimental, no entanto não sei se uso esta intervenção como intervenção da bancada, se como uma interpolação à Mesa, para saber se vamos ou não interromper os trabalhos.

Presidente: Srs. Deputados, realmente faltam poucos minutos para as 20 horas, vamos ter de interromper os nossos trabalhos e prosseguiremos amanhã às dez horas.

(Eram 20 horas).

Deputados que entraram durante a Sessão:

Partido Socialista (PS)

Francisco Cardoso Pereira **Oliveira**

Partido Popular (PP)

Alvarino Manuel Meneses **Pinheiro**

Paulo Domingos Alves de **Gusmão**

Deputados que faltaram à Sessão:

Partido Socialista (PS)

Gilberta Margarida de Medeiros Pavão Nunes **Rocha**

Partido Social Democrata (PSD)

José Francisco Salvador **Fernandes**

DOCUMENTOS ENTRADOS

Projecto de Decreto Legislativo Regional

Adaptação do sistema fiscal — Redução das taxas nacionais sobre o imposto sobre o rendimento das pessoas singulares — (IRS)

(Segunda alteração ao Decreto Legislativo Regional nº 2/99/A de 20 de Janeiro, alterado pelo Decreto Legislativo Regional nº 33/99/A de 30 de Dezembro).

1 - Revela-se essencial manter um esforço de atenuação do peso fiscal sobre os contribuintes açorianos, como forma de permitir o aumento do seu poder de compra e, assim, potencializar um estatuto de maior igualdade entre cidadãos portugueses, em termos de qualidade de vida.

2 - Não se afigura no entanto prudente, em termos económicos e sociais, esgotar o limite máximo permitido pela Lei das Finanças das Regiões Autónomas - 30% - através de um único aumento das reduções já efectuadas, e que se cifram actualmente em 20%.

3 - Pelo contrário, reduções graduais permitem antever muitas mais vantagens, nomeadamente:

- o controlo mais eficaz da inflação;
- a possibilidade de avaliação dos efeitos sociais produzidos;
- a quantificação do impacto na redução das receitas públicas;
- a adaptação do próprio sistema fiscal à nossa realidade específica.

4 - Soma-se ainda a necessidade de equilibrar o imperativo de atenuação dos custos da insularidade com a gestão dos recursos disponíveis.

5 - Acresce, por fim, que a redução da taxa de incidência do IRS obrigará ainda a que se proceda à actualização dos valores base dos instrumentos de compensação pelos custos de insularidade especialmente criados e em vigor, que respeitam a trabalhadores ou pensionistas cujo rendimento não é tributável, assim como ao acréscimo regional ao salário mínimo nacional.

Termos em que, atento o disposto no artigo 23º - 1- a) do Estatuto Político Administrativo da Região Autónoma dos Açores e nos artigos 135º e 136º do Regimento da Assembleia Legislativa Regional dos Açores, os deputados do Grupo Parlamentar do Partido Comunista Português apresentam, nos termos do artigo 227º - 1 - a) da Constituição da República Portuguesa e do artigo 33º - 1 - b) do Estatuto Político Administrativo da Região Autónoma dos Açores, o seguinte projecto de Decreto Legislativo Regional:

Artigo 1º

O artigo 4º do Decreto Legislativo Regional nº 2/99/A de 20 de Janeiro passa a ter a seguinte redacção:

Artigo 4º

1 - Às taxas nacionais do imposto sobre o rendimento das pessoas singulares, já reduzidas através do Decreto Legislativo Regional nº 2/99 A de 20 de Janeiro com as alterações do Decreto Legislativo Regional nº 33/99/A de 30 de Dezembro, é aplicada uma redução de 2.5% anual, nos próximos quatro anos (2001, 2002, 2003 e 2004), até se atingir os 30%.

2 - ...

3 - ...

Artigo 2º

O presente diploma produz efeitos a partir do dia 1 de Janeiro de 2001.
Horta, 23 de Janeiro de 2001

O Presidente do Grupo Parlamentar do PCP, José Decq Mota

Parecer da Comissão de Política Geral o Projecto de Decreto-Lei que "altera o D.L. nº 54-A/2000, de 7 de Abril, que define a estrutura orgânica relativa à gestão, acompanhamento, avaliação e controlo da execução do QCA III e das intervenções estruturais comunitárias relativas a Portugal, nos termos do Regulamento (CE) nº 1260/1999, do Conselho, de 21 de Junho"

A Comissão de Política Geral reuniu, na Sede da Assembleia Legislativa Regional dos Açores, na cidade da Horta, no dia 23 de Janeiro de 2001, por solicitação de Sua Excelência, o Presidente da Assembleia Legislativa Regional dos Açores, para discutir e analisar o Projecto de Decreto-Lei que "altera o D.L. nº 54-A/2000, de 7 de Abril, que define a estrutura orgânica relativa à gestão, acompanhamento, avaliação e controlo da execução do QCA III e das intervenções estruturais comunitárias relativas a Portugal, nos termos do Regulamento (CE) nº 1260/1999, do Conselho, de 21 de Junho".

Capítulo I

Enquadramento Jurídico

A apreciação e emissão de parecer ao presente Projecto de Decreto-Lei exerce-se nos termos da alínea v), do n.º 1, do artigo 227.º, e do n.º 2, do artigo 229.º, da Constituição da República (CRP), da Lei n.º 40/96, de 31 de Agosto, que regula a audição dos órgãos de governo próprio das Regiões Autónomas, e da alínea i), do artigo 30.º do Estatuto Político-Administrativo da Região.

Capítulo II

Apreciação na Generalidade e Especialidade

A Comissão deliberou, por unanimidade, emitir parecer favorável na generalidade e na especialidade ao presente Projecto de Decreto-Lei.

Horta, 23 de Janeiro de 2001.

O Relator, *Clélio Toste Meneses*

O presente relatório foi aprovado por unanimidade.

O Presidente, *Manuel da Silva Azevedo*

Parecer da Comissão Permanente de Política Geral Projecto de Decreto-Lei que altera o Plano Oficial de Contabilidade das Autarquias Locais (POCAL), aprovado em anexo ao D. L. n.º 54-A/99, de 22 de Fevereiro, para adequação das regras previsionais e suspensão de uma dessas regras no período de aplicação facultativa

A Comissão de Política Geral, reunida na sede da Assembleia Legislativa Regional dos Açores, na cidade da Horta, no dia 23 de Janeiro de 2001, e por solicitação de Sua Excelência, o Presidente da Assembleia Legislativa Regional dos Açores, apreciou e emitiu parecer ao Projecto de Decreto-Lei que altera o Plano Oficial de Contabilidade das Autarquias Locais (POCAL), aprovado em anexo ao D. L. n.º 54-A/99, de 22 de Fevereiro, para adequação das regras previsionais e suspensão de uma dessas regras no período de aplicação facultativa.

Capítulo I

Enquadramento Jurídico

A apreciação e emissão de parecer ao presente Projecto de Decreto-Lei exerce-se nos termos da alínea a), do n.º 1, do artigo 227.º da Constituição da República Portuguesa (CPR) em conjugação com o que dispõe a alínea c), do n.º 1 do artigo 31.º do Estatuto Político-Administrativo da Região Autónoma dos Açores, e com o que estipula a alínea a) do artigo 60.º do Regimento da Assembleia Legislativa Regional.

Capítulo II

Apreciação na Generalidade e Especialidade

A presente Proposta de Decreto Legislativo Regional deu entrada nesta Comissão, a 16 de Janeiro, para efeitos de apreciação e de emissão de parecer.

A Comissão, após a apreciação do diploma emitiu, na generalidade e especialidade parecer favorável ao presente Projecto de Decreto-Lei.

Horta, 23 de Janeiro de 2001.

O Relator, *Clélio Toste Meneses*

O presente relatório foi aprovado por unanimidade.

O Presidente, *Manuel da Silva Azevedo*

A Redactora: *Maria da Conceição Fraga Branco*